



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Ciências Sociais**

**ROSENI SANTANA DE JESUS**

**POR QUE A PESCADORA É MARISQUEIRA?**  
**IDENTIDADE DE GÊNERO NO QUILOMBO DE SÃO BRAZ –**  
**SANTO AMARO/BAHIA**

**CACHOEIRA - BAHIA**  
**2016**

**ROSENI SANTANA DE JESUS**

**POR QUE A PESCADORA É MARISQUEIRA?  
IDENTIDADE DE GÊNERO NO QUILOMBO DE SÃO BRAZ –  
SANTO AMARO/BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ângela Lúcia Silva Figueiredo

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zelinda dos Santos Barros

**Cachoeira – BA  
2016**

---

JESUS, Roseni Santana de  
POR QUE A PESCADORA É MARISQUEIRA? Identidade de gênero no quilombo de  
São Braz – Santo Amaro/Bahia  
Cachoeira, 2016.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ângela Lúcia Silva Figueiredo  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zelinda dos Santos Barros  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

**POR QUE A PESCADORA É MARISQUEIRA?  
IDENTIDADE DE GÊNERO NO QUILOMBO DE SÃO BRAZ –  
SANTO AMARO/BAHIA**

**ROSENI SANTANA DE JESUS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ângela Lúcia Silva Figueiredo (Orientadora)  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/BA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zelinda dos Santos Barros (Co-orientadora)  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/BA)

---

---

Dedico esta dissertação ao meu noivo  
Júnior Calazans por ser sempre presente;  
por me auxiliar com muita ternura,  
paciência e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Estudar o tema aqui abordado foi intensamente prazeroso, mas também exigiu de mim muita dedicação, força e perseverança, pois tudo ocorreu em um momento em que eu passava por alguns problemas pessoais, assim este trabalho é resultado de uma pesquisa que se tornaria inviável sem a colaboração de um grande número de pessoas amigas, às quais gostaria de expressar meus profundos agradecimentos.

Em primeiro lugar à **Deus**, meu alicerce, o ser que tem iluminado minha mente e meus caminhos, me proporcionando sabedoria e forças em todos os momentos de minha vida;

Ao meu amado noivo Júnior Calazans que esteve todo o tempo ao meu lado, que me apoiou em tudo e me aconselhou sabiamente nos momentos de indecisão. Agradeço por estar ao meu lado sempre buscando formas de contribuir com meu trabalho, pelo amor, confiança, companheirismo, paciência e compreensão.

À minha família, em especial minha mãe Dionice de Santana, por todo apoio incondicional e pela compreensão.

A todas as pessoas que me receberam em São Braz, que generosamente compartilharam comigo momentos de sua vida, me proporcionando um valioso conhecimento pessoal e acadêmico. Meu agradecimento especial à Flordinice (Muri) pelo compartilhar dos conhecimentos, pelos momentos que me proporcionaram muitos risos, mas também pelas repreensões que me ensinaram muito de sua personalidade forte. Agradeço a Maria da Paixão (Tuta) pelo carinho, pela atenção e disponibilidade em compartilhar os segredos de seu cotidiano. Agradeço a Cristiane e seu companheiro Val por me permitir participar de suas atividades cotidianas no mar, no manguezal e no íntimo de sua residência. Agradeço à Everaldinho pelo empenho em contribuir com meu trabalho, e a Nildes e Carla pelo acolhimento e amizade. Agradeço a coordenação da associação quilombola pela aceitação e empatia.

No âmbito acadêmico, um agradecimento especial à minha estimada orientadora, Ângela Figueiredo por ter acreditado em minha capacidade intelectual e me apoiar nesta empreitada e a minha co-orientadora Zelinda Barros pela forma cuidadosa com que me orientou; as professoras Ana Paula Comim e Suzana Maia pelas relevantes contribuições durante a qualificação.

Ainda no âmbito acadêmico aos membros da equipe de pesquisa MITO em especial Maria das Candeias pela dedicação, empenho e compartilhamento do aprendizado.

Minha imensa gratidão ao professor Diosmar Filho, pela amizade incontestável, pela prestatividade e apoio em um momento em que ninguém se dispôs me ajudar. Agradeço a Wellington pelo incentivo e apoio durante os trabalhos de campo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida

## RESUMO

O ano de 2009 marca a eminência da organização da comunidade de São Braz no município de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia em busca do título como verdadeiros proprietários de seu território, ano em que os moradores conquistaram a certidão quilombola emitida pela Palmares. Anteriormente a auto definição de São Braz surgiram dezenas de comunidades quilombolas no mesmo território e centenas em todo o Brasil. Os sinais eleitos pelos moradores para caracterizar sua pertença étnica foram os processos de trabalho da pesca e da mariscagem e as territorialidades constituídas por serem as principais atividades de subsistência do coletivo. Tais sinais são evocados como forma de demonstrar aos órgãos governamentais e a sociedade as fronteiras de diferenciação existente entre eles e outros. O presente estudo busca compreender para além desta relação entre grupos, as relações internas entre homens e mulheres negras quilombolas no âmbito do trabalho. Assim o principal objetivo é identificar a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, raça e etnicidade as representações, hierarquias e agência de gênero acionadas, transmitidas e reforçadas no processo de trabalho. Nota-se que as representações dos moradores separam as atividades em “leves” e “pesadas”, sendo as primeiras atribuídas às mulheres, enquanto estas últimas são de atribuição masculina. No entanto o que se percebe é que na prática o quesito força não determina as tarefas exercidas entre homens e mulheres, pois na relação cotidiana surgem casos emblemáticos de mulheres que desafiam os papéis tradicionais e ultrapassam estas fronteiras mantendo uma agência na área da pesca. Todavia, no que tange as identidades de pescadores e marisqueiras estas mulheres que realizam a pesca são denominadas marisqueiras, enquanto os homens são os pescadores, independente da atividade que exerçam. Fica claro uma divisão de gênero onde pescador e marisqueira se apresentam como termos normativos usados para nomear e distinguir a figura masculina da feminina. Os dados foram trabalhados a partir da metodologia etnográfica com técnicas de observação participante e entrevistas em profundidade onde se conclui que a configuração das identidades de pescador e marisqueira não diz respeito as habilidades e sim as agências estabelecidas a partir da socialização de gênero que ocorrem de formas diferenciadas entre homens e mulheres na comunidade de São Braz.

**Palavras-chave:** Pesca. Marisqueira. Comunidade quilombola. Gênero. Agência. Identidade. Processo de trabalho.

## ABSTRACT

The year 2009 marks the eminence of the organization of the São Braz community in Santo Amaro, Bahia Reconcavo in search of the title as true owners of their territory, the year they won the quilombo residents certificate issued by the Palmares Foundation. In previous years the self definition of São Braz emerged dozens of quilombo communities in the same territory of Bahia Reconcavo and hundreds throughout Brazil. Signs elected by residents to characterize their ethnicity were fishery work processes and shellfish and territoriality established to be the main collective subsistence activities. Such signs are evoked as a way of demonstrating to government agencies and the general society the existing differentiation of boundaries between themselves and others. This study seeks to understand beyond this relationship between groups, the internal relations between men and maroon black women in the work. So the main objective is to identify from a gender intersectional perspective, race and ethnicity representations, hierarchies and gender driven agency, transmitted and reinforced in the work process. Note that if the representations of the residents separate the activities in "light" and "heavy", the former being attributed to women, while the latter are male award. However what we see is that in practice the Question force does not determine the tasks carried out between men and women because in everyday relationship we realized emblematic cases of women who challenge the traditional roles and beyond these borders keeping an agency in the fishing area. However, regarding the identities of fishermen and seafood restaurants these women who perform fishing are called seafood restaurants, while men are fishermen, independent of the activity engaged. Clearly the establishment of borders in gender relations that form hierarchies. Therefore, Fishing and shellfish are presented as normative terms used to name and distinguish the male figure of the female. Data came from the ethnographic methodology participant observation techniques and in-depth interviews which concludes that the configuration of the fisherman and seafood restaurant identities not about the skills but the agencies established from the gender socialization occurring forms differentiated between men and women in São Braz community.

**Keywords:** Fishing. Seafood restaurant. Quilombo community. Genre. Agency. Identity. Work process.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Entrada da comunidade de São Braz.....	26
<b>FIGURA 2</b>	Mulher exercendo atividade que requer força física no trabalho da pesca.....	45
<b>FIGURA 3</b>	Processo da pesca sendo realizado por mulher.....	54
<b>FIGURA 4</b>	Processo da pesca sendo realizado por homem.....	55
<b>FIGURA 5</b>	Processo da mariscagem sendo realizado por mulher (catando siri)....	58
<b>FIGURA 6</b>	Processo da mariscagem sendo realizando por homem (catando ostra).....	59
<b>FIGURA 7</b>	Mariscagem: atividade em contato direto com a lama.....	68
<b>FIGURA 8</b>	Pesca, atividade com uso de instrumentos (vara, rede, canoa).....	69
<b>FIGURA 9</b>	Gráfico 1 - comunidades certificadas de 2004 a 2015.....	77
<b>FIGURA 10</b>	Gráfico 2 - comunidades tituladas de 2004 a 2015.....	78
<b>FIGURA 11</b>	RGP - Carteira de Pescadora Profissional .....	83
<b>FIGURA 12</b>	Gráfico 3: Principal atividade de subsistência em São Braz.....	92
<b>FIGURA 13</b>	Gráfico 4: Atividades de subsistência secundarias em São Braz.....	92
<b>FIGURA 14</b>	Reunião da associação quilombola com o INCRA para iniciar o processo de titulação da comunidade .....	96
<b>FIGURA 15</b>	Ato das pescadoras em frente ao mercado modelo contra o Decreto Federal 8425/2015.....	103
<b>FIGURA 16</b>	Pescadoras beneficiam marisco na praça em protesto ao Decreto Federal 8425/2015.....	103
<b>FIGURA 17</b>	Pescadoras e marisqueiras abrem a bandeira do território pesqueiro.....	108
<b>FIGURA 18</b>	Socialização de gênero masculina.....	113
<b>FIGURA 19</b>	Socialização de gênero feminina .....	116
<b>FIGURA 20</b>	Muri beneficiando siri na frente de sua casa.....	124
<b>FIGURA 21</b>	Muri pescando siri .....	134
<b>FIGURA 22</b>	Socialização no porto onde se encontram as pessoas que trabalham na pesca e/ou mariscagem.....	138
<b>FIGURA 23</b>	Comércio na feira de Santo Amaro.....	157

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
<b>CIPA</b>	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoas Físicas
<b>CPI-SP</b>	Comissão Pró-índio de São Paulo
<b>CPP</b>	Conselho Pastoral da Pesca
<b>CRQS</b>	Comunidades Remanescentes de Quilombos
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>GPS</b>	Guia da Previdência Social
<b>HGE</b>	Hospital Geral do Estado
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>LER</b>	Lesão por Esforço Repetitivo
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MITO</b>	Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo Bahia
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MOPE-BA</b>	Movimento dos Pescadores da Bahia
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>MPA</b>	Ministério da Pesca e Aquicultura
<b>MPP</b>	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
<b>NIT</b>	Número de Identificação do Trabalhador
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
<b>PIS/PASEP</b>	Programa de Integração Social/ Patrimônio do Servidor Público
<b>RGP</b>	Registro Geral de Pesca
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>SEAP</b>	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFRB</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
<b>Z27</b>	Zona 27

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. PESCADOR E MARISQUEIRA: RELAÇÃO DE GÊNERO NA MARISCAGEM E PESCA ARTESANAL EM SÃO BRAZ</b> .....	41
2.1 AGÊNCIA DE GÊNERO E HIERARQUIZAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DA PESCA E MARISCAGEM ENTRE OS QUILOMBOLAS DE SÃO BRAZ/BAHIA....	65
<b>3. INVISIBILIDADE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MARISQUEIRAS</b> .....	75
3.1 PRÁ MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE AGENTE QUER. PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER .....	89
<b>4. MURI: SOCIALIZAÇÃO E AGÊNCIA FEMININA NOS PROCESSOS DE PESCA E MARISCAGEM</b> .....	109
4.1 MURI: “PESCADORA AQUI É A MINHA PESSOA, PESCO, MARISCO... SEI TUDO DE MARÉ...” .....	119
4.2. PESCA: O MUNDO DE HOMENS!?	126
4.2.1. Ao tempo da maré .....	127
4.3. MARISCAGEM: O MUNDO DE MULHERES!?	139
4.4. BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO: PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DO PESCADO E MARISCO .....	147
<b>5. CONSIDERAÇÕES</b> .....	158
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	162
<b>APÊNDICE A</b> .....	165

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se desenvolveu pelo aprofundamento das relações de gênero nas experiências do trabalho de pesca e mariscagem realizada por mulheres e homens da Comunidade Quilombola de São Braz no município de Santo Amaro, Recôncavo baiano.

Basicamente procuro compreender as relações entre os moradores de São Braz e sua influência na formação das agências femininas no ambiente de trabalho da pesca e mariscagem, atento para as fronteiras demarcadas a partir das relações de poder e suas estabelecem hierarquias.

As relações internas entre homens e mulheres negras quilombolas atraem minha atenção, a partir do momento em que realizando uma pesquisa de campo anterior e buscando compreender a formação de uma identidade política, ou seja, na identidade quilombola<sup>1</sup>, deparei com questões intensamente complexas envolvendo o cotidiano dos moradores da comunidade estudada, qual seja, os moradores de São Braz, uma pequena comunidade negra rural do município de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia.

A Instrução Normativa (IN) nº 20 publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao qual a população está submetida por vivenciar o processo de titulação das terras como quilombola, afirma no Art. 7º que a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto-definição da comunidade (MDA, 2008, pg. 14).

Em seguida o *inciso* primeiro esclarece que a auto-definição será demonstrada através de simples declaração escrita da comunidade interessada, nos termos do Artigo 2º do Decreto 4.887/03. Embora o INCRA declare que é levado em consideração a auto-definição do grupo, nota-se que a auto-definição precisa ser comprovada uma vez que o grupo passa por um longo e cansativo processo de caracterização de seu território no processo de titulação.

A comunidade é submetida a um estudo técnico realizado em diversas etapas de acordo com o Art. 10 da IN 20 é abordado informações cartográficas, fundiárias,

---

<sup>1</sup> Na oportunidade, fiz uma etnografia da comunidade, cujo tema aborda a configuração da identidade étnica a partir de seus elementos contrativos, o que insere o trabalho no campo de estudos da Antropologia da Etnicidade. O objetivo geral proposto no trabalho foi identificar os *sinais diacríticos* que conformam a identidade étnica do grupo, tanto os apontados por eles quanto por quem interage com a coletividade. A pesquisa gerou dados usados na construção de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 24 de agosto do ano de 2013 na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. Neste esforço que chega a ser desgastante de caracterizar o território e assim comprovar ao grupo externo sua pertença étnica, a comunidade pesquisada apontam sinais que a vão diferenciar de outros grupos, ou em outras palavras, os moradores lançam mão de sinais que vão caracterizar sua pertença étnica, os quais Fredrik Barth denomina *diacríticos*, ou seja, “as características que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como vestuário, moradia ou estilo geral de vida” (BARTH, 1998, p.194).

O trabalho anterior que objetivava identificar os sinais diacríticos que conformam a identidade étnica quilombola do grupo, identificou o *modo de vida* dos moradores como sinal de caracterização.

São eleitos como pontos mais relevantes os *processos de trabalho* da pesca e da mariscagem e as *territorialidades*. O *processo de trabalho* sendo “aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-a a seus controles e transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida” (WEISHEIMER, 1985, p.19).

Os processos da pesca e da mariscagem são apontados por serem estas as atividades laborais de maior importância socioeconômica para a sustentabilidade dos moradores, e aqui podemos englobar a captura, o beneficiamento e a comercialização de peixes, moluscos e crustáceos. Completamente ligado a este conceito estão as territorialidades que designam “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2002).

Em São Braz o território é formado por um uso centenário a partir de atividades laborais, lúdicas e religiosas. Tais características são eleitas pela coletividade e apontadas pela população externa como fronteiras étnicas estabelecidas entre o grupo e seu entorno, no que se refere à construção da identidade quilombola.

O foco da pesquisa se mantinha no processo de construção da identidade étnica quilombola, voltada para o público externo, que, nos termos bartinianos, consiste na demarcação e manutenção das fronteiras, ou seja, o grupo busca delimitar as fronteiras que os diferenciam de outro grupo, o que ocorre a partir de um contato direto entre grupos, uma vez que as diferenças culturais existem e se confirmam não pelo isolamento, mas pelo contato, pelo embate, conflito entre grupos (a diferença só existe na relação).

No decorrer da pesquisa é constatado que os moradores não possuem um profundo conhecimento do termo quilombola embora reivindique tal identidade, o que é compreensível uma vez que o conceito de quilombo passou por um longo processo de ressignificação ao longo do tempo. Entretanto as atividades da pesca e da mariscagem, cujos processos foram eleitos como diacríticos, passaram a ser alvo de minha atenção. Nota-se muito claramente que existe uma confusão interna (mas não apenas) entre as representações, nomeações, agência de gênero e definição do pescador, pescadora, marisqueira ou marisqueiro.

Percebi a existência de uma complexidade em torno das referidas identidades e uma divisão de gênero muito marcante entre os moradores onde as mulheres se nomeiam marisqueiras enquanto os homens são os pescadores. Diante do cenário exposto e das inquietações suscitadas, destaco algumas questões que se apresentam relevantes.

O problema geral diz respeito a três pontos cruciais: quais representações, hierarquias e agência de gênero são acionadas, transmitidas e reforçadas no processo de trabalho? Este é o principal problema que envolve o tema aqui exposto por ter me chamado a atenção no contato empírico com o campo de pesquisa. Uma confusão existente em torno da identidade de pescador e marisqueira na comunidade.

Estas identidades aparecem na arena pública no momento em que o coletivo ao eleger os diacríticos objetiva configurar a identidade étnica quilombola em busca de direitos que visem sua melhoria de vida. Neste momento de participação política me chamou a atenção a organização das mulheres na reivindicação de direitos e a presença significativa destas na coordenação da associação quilombola.

As moradoras lutam para garantir seu território e assim manter seu modo de vida, sendo que o principal meio de subsistência está completamente ligado aos processos de trabalho que envolve a pesca e a mariscagem, é nesse contexto que surgem os problemas específicos: como a luta pela manutenção do processo de trabalho tem impactado nas representações, hierarquias e agências de gênero acionadas, transmitidas e reforçadas por ela mesma? Como ocorre a socialização de gênero no processo de trabalho, ou qual a importância do processo de trabalho na socialização de gênero?

Os questionamentos foram surgindo no decorrer da pesquisa de campo e, portanto, o tema aqui apresentado se estabelece como desdobramento da pesquisa anterior, entretanto, abordamos questões inteiramente internas ao grupo, não busco identificar os diacríticos, mas analisar as relações internas que envolve este diacrítico,

ou seja, as relações e construção da identidade de gênero nas atividades laborais nos mangues, rios e mar. Aqui consideramos homens e mulheres pescadoras e marisqueiras os/as profissionais que trabalham em toda a cadeia produtiva da pesca e/ou mariscagem.

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar quais são as representações, hierarquias e agência de gênero acionadas, transmitidas e reforçadas no processo de trabalho.

São objetivos específicos: a) mensurar os impactos da luta do coletivo pela manutenção do processo de trabalho nas representações, hierarquias e agência de gênero; b) analisar como ocorre a socialização de gênero e agência feminina no processo de trabalho, ou qual a importância do processo de trabalho na socialização de gênero e agência feminina.

Estes se apresentaram como pontos norteadores do presente estudo e conduziram toda a pesquisa. Para fim de responder os questionamentos aqui suscitados e cumprir os objetivos geral e específicos foi produzido um estudo etnográfico em São Braz, numa comunidade quilombola do Recôncavo da Bahia.

Como veremos a seguir, trata-se de uma população que luta pelo auto reconhecimento enquanto quilombola e pela propriedade definitiva de seu território.

A escolha por desenvolver o estudo do tema em questão no universo empírico aqui referido e analisado - acredito que já tenha ficado claro - diz respeito ao fato de ter me deparado em uma pesquisa anterior realizada na comunidade, com as problemáticas ora apresentadas. Entretanto torna-se necessário pontuar as razões que me levaram à escolha desta comunidade quilombola de pescadores e marisqueiras no início da pesquisa anterior. Faz-se indispensável compreender a motivação pela escolha da referida comunidade em um território como o Recôncavo da Bahia que apresenta uma grande articulação social e política de comunidades de pescadores e pescadoras artesanais.

O primeiro contato que tive com os moradores ocorreu no ano de 2011 enquanto pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde me graduei em Ciências Sociais e ingressei no grupo de pesquisa “Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia - MITO”, desta universidade.

O grupo de pesquisa estuda populações tradicionais, é composto por alunos de diversos cursos da UFRB. Foi a inserção no MITO que me possibilitou visualizar os diversos desafios vivenciados pelas mulheres quilombolas de São Braz, assim como os vivenciados pelos homens.

Meu interesse inicial era por outra comunidade quilombola do Recôncavo da Bahia, São Francisco do Paraguaçu, a comunidade onde moro está localizada no Vale do Iguape, Reserva Extrativista Maria Bahia do Iguape.

Meu interesse não era apenas pelo fato de residir na localidade, motivações são inúmeras, São Francisco do Paraguaçu foi certificada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005, desde então viemos sofrendo por sucessivos ataques dos fazendeiros e mídia. Foi em meio a este conflito territorial que duas lideranças da comunidade tombaram Altino da Cruz e Maria das Dores de Jesus Correia.

Em 14 de maio de 2007 São Francisco do Paraguaçu passou por uma terrível violência envolvendo latifundiários e um grande meio de comunicação, a Rede Globo de Televisão. A Emissora produziu e exibiu por dez minutos em horário nobre uma reportagem tendenciosa atacando a legitimidade de nosso processo de identificação como quilombola. Neste mesmo ano foram registrados conflitos envolvendo a emissora e as comunidades quilombolas de Marambaia no Rio de Janeiro e Baixo Parnaíba no Maranhão.

A falsa denúncia mobilizou uma sindicância da Palmares de Brasília para a investigação da acusação contra São Francisco, o que constatou a legitimidade e seriedade do processo e reconhecimento do coletivo. Após o ocorrido produzimos uma série de manifestações para externar a revolta sentida pelas discriminações expressas na reportagem vinculada em 2007<sup>2</sup>.

A situação nos levou a unir forças para articular estratégias de luta não contra as organizações que tentavam nos abater, eu diria que, naquele momento de enfrentamento, as forças almejadas, acumuladas e usadas eram pela manutenção do território, da cultura e, portanto, pela garantia da vida, o que apenas seria possível com a superação e vitória daquele ataque. Surgiu a necessidade de dar visibilidade a nossa luta, a nossa história de resistência.

Enquanto intelectual, eu precisava falar de nossa realidade no que se refere a uma história emblemática de resistência, fortalecer uma população que buscava resistir contra diversas formas de opressão; eu precisava possibilitar que meu povo falasse de se

---

<sup>2</sup>Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=i63UN73lDvg&feature=share> O dia em que o quilombo de São Francisco enfrentou a Rede Globo”. Acesso em 05.06.2016.

Documentário Direito de Resposta, disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=vxJO0Rj\\_Ynk&feature=share](http://www.youtube.com/watch?v=vxJO0Rj_Ynk&feature=share) Acesso em: 05.06.2016.

Documentário Direito de Resposta parte II. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=PyM\\_Bb-ymNQ](http://www.youtube.com/watch?v=PyM_Bb-ymNQ) Acesso em: 05.06.2016.

próprios, de suas experiências, possibilitar o grito preso na garganta a centenas de anos de sofrimento e opressão.

Em 2011, ao me inserir no grupo MITO, encontrei a oportunidade de compartilhar experiência e contribuir com outras comunidades que vivem histórias de conflito territorial. Em agosto de 2012 passei a estar no grupo como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Como bolsista tive maior viabilidade para realizar meus estudos, infelizmente a bolsa não cobria os custos para que eu pesquisasse em outra comunidade a não ser em São Braz, que ficou sendo a comunidade envolvida no projeto apoiado pelo programa. Foi este o cenário que me levou a estudar na comunidade de São Braz.

São Braz está localizada a 4 km de Santo Amaro, mais conhecido como Santo Amaro da Purificação, município do Recôncavo da Bahia, do qual faz parte. Seguindo a BA 878 em direção ao município de Saubara, a comunidade é a primeira via a esquerda que fica a 3 km do entroncamento. Esta vem vivenciando conflitos e resistindo aos mesmos desde tempos remotos.

Para informar o leitor a respeito da cultura local considerou-se interessante fazer um histórico da resistência do povoado para levá-lo a compreender melhor o sentimento de pertença da população à uma identidade de pescador e marisqueira, proporcionando o entendimento mais fiel de que momento e elementos foram propícios para a configuração da identidade.

Segundo relatos de moradores e dados organizados pelo pároco local, a história de São Braz<sup>3</sup> se inicia em 1710, ao remontar o surgimento do engenho de nome São Braz, cujo proprietário foi o capitão da Companhia da Ordenança do Recôncavo da Parativa, Sebastião Borges de Barros. O que teria dado origem ao nome da comunidade e assim ao engenho foi o fato de terem encontrado uma imagem do santo São Brás no fundo do mar no local.

Em 1787, pertencia ao coronel Antônio Gomes de Sá e a sua mulher D. Francisca da Rocha Pita, que por sua vez, o comprou do capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita (SUZANA MOURA MAIA, 2013).

No fim da década de 90 em 1793 a propriedade do engenho passa para o filho do casal, Gaspar de Araujo Gomes de Sá que por herança transmite para Maria Rosa Góis Moreira Pinho. Em 1859, a propriedade do referido engenho passa a pertencer à Inácio

---

<sup>3</sup>Grande parte dos dados relativos as caracterizações da comunidade de São Braz foram extraídas do meu Trabalho de Conclusão de Curso (JESUS, 2013).

Borges de Barros, o Barão do Rio Fundo, através do casamento com Maria Rosa. Em 1870 Este deixa a propriedade para suas três filhas: Tereza, Luzia e Raimunda Borges de Barros, que em 1942 vende parte desta propriedade a João Clímaco de Araújo Silva (conhecido pela comunidade como seu Nenê).

Em posse da área, ao construir no decorrer da década de 40 uma fábrica de cal no vilarejo, seu Nenê traz sua família e trabalhadores de outra propriedade no Sítio Camaçari, uma propriedade que se localiza numa área entre a comunidade e Cachoeira. Após a morte de seu Nenê, em 1964 sua viúva Carlinda da Paixão vende parte da propriedade a Dr. Ivo Amado, o atual dono da propriedade<sup>4</sup>. Dr. Ivo Amado é um médico bastante conhecido no município de Santo Amaro, um latifundiário que possui grande propriedade das terras que envolve a comunidade de São Braz.

Ali teria sido um Engenho e passou a ser uma fazenda, “Fazenda São Braz” e que posteriormente ficou conhecido como “Arraia de São Braz”. “*Aqui era tudo mato, tinha apenas algumas casas, uns gatos pingados, agente vivia livre, fazia o que queria*”, afirmou Cláudia, uma das moradoras da comunidade, numas das oficinas de cartografia realizada em 2012, sobre o histórico do local.

Não se tem dados detalhados sobre a fase de decadência do engenho por consequência do declínio da cana-de-açúcar no período em que este passa a pertencer a seu Nenê em 1942, mas a partir de uma história generalizada dos engenhos e fazendas do entorno, podemos deduzir que o engenho de São Braz foi ocupado pelos antigos escravos ao ser abandonado por seus antigos senhores (MAIA, 2013).

A partir de então, a população que se formou no local tinha como principal fonte de renda o plantio de mandioca, aipim, milho, batata, etc., mas com a construção de uma fábrica de papéis no município, *Penha Papéis*, em 1969 os lavradores e lavradoras sofreram uma pressão muito grande pelos proprietários da fábrica. “*Homens armados invadiram as roças e destruiu tudo, não deixaram nem agente arrancar as plantações. Prometeram indenização aos plantadores, mas nem todos foram indenizados, os indenizados usaram o dinheiro para construir casa*”, relata um morador também na oficina de cartografia. Os responsáveis pela destruição deram a alguns agricultores uma

---

<sup>4</sup>Como sinalizado, os dados aqui contidos foram coletados por história oral no projeto de extensão “Cartografia Social de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Recôncavo da Bahia” realizada na comunidade para a construção da cartografia social do local entre junho de 2011 e agosto de 2012. Reunimos os moradores mais velhos da comunidade em uma oficina para sistematizar a história do local e assim compreender o histórico do local. Tivemos também acesso à uma espécie de revista antiga que contém dados referentes a comunidade, assim como o pároco local nos ajudou a organizar os dados a partir de conhecimentos obtidos por recortes de jornais e revistas onde continham dados do surgimento da localidade.

irrisória indenização. Não se sabe ao certo o autor da indenização nem quantas pessoas foram indenizadas. Onde se possuía o plantio de roças e uma pequena vila de pescadores em São Braz, foi implantada a monocultura do bambu, disseminada para o abastecimento da fábrica de papeis.

A fábrica *Penha Papéis* é uma das maiores fabricantes de papel reciclado da região Nordeste e está localizada em Santo Amaro. Com uma produção de 120 mil toneladas por ano, a Penha dedica-se a fabricação de embalagens. A unidade que se estabeleceu em Santo Amaro, é uma das quatro do Grupo Penha que se instalou na Bahia em 2005. Inicialmente trabalhava com aquisição de papelão para fabricação de papel e depois passou a utilizar como energia a biomassa de bambu. O bambu era implantado não apenas no município de Santo Amaro, mas também em Cachoeira e São Francisco do Conde

Com a expropriação feita pela *Penha*, os moradores foram obrigados a se adaptarem a uma nova forma de territorialidade, desta maneira passam a fazer da pesca e mariscagem suas principais atividades econômicas. Sentiu precisão de usar também o bambuzal como fonte de renda, ou seja, a população retira do bambuzal a matéria prima necessária para a confecção artesanal de palitos de churrasquinho e queijo. Vale dizer que a retirada do material pela população é feita sem o consentimento do proprietário. É a respeito das identidades relacionadas ao trabalho, em especial aquelas reconfiguradas a partir dos processos demandados pelas principais atividades de subsistência local que trata o presente texto.

Como explicitado acima, as principais atividades socioeconômicas do local passaram a ser a pesca artesanal e a mariscagem (coleta de marisco) em concomitância com outras atividades secundárias, como a prestação de serviços diversos, a fabricação artesanal de palitinhos para queijo e churrasco, a agricultura familiar e coleta de frutas silvestres realizadas principalmente na Ilha de Cajaíba - área localizada no município de São Francisco do Conde, próximo da comunidade.

As atividades de pesca e mariscagem são de grande relevância econômica e cultural para a comunidade, tanto para o consumo interno quanto para o comércio através da venda de peixes e mariscos nas feiras livres, bem como a culinária que atrai a atenção dos turistas, pois os pratos principais servidos nos restaurantes, como a *mariscada* são feitos com frutos do mar. A comunidade também é conhecida pelas manifestações culturais, como o Samba Chula, que ganhou repercussão internacional, a Festa da Lavagem de São Brás e a Festa dos Mentirosos.

Além dos conflitos relacionados com a posse da terra e da garantia do trabalho, a comunidade continuou enfrentando vários problemas derivados da poluição do Rio Pitinga e conseqüentemente, sua área de pesca e mariscagem, pois o referido rio passa pelo município (Santo Amaro) e suas águas poluídas pelos dejetos da Penha Papeis deságuam na maré onde os moradores exercem a atividade.

Destaco também outro conflito que atingiu a comunidade: a contaminação por materiais pesados como chumbo e cádmio pela fábrica de chumbo. A fábrica foi implantada em Santo Amaro em 1960 pela empresa francesa *Penarroya Oxide AS*, em 1989, esta foi vendida para a empresa *Plumbum Mineração e Metarlúgica Ltda.* Localizada à noroeste da zona urbana do município de Santo Amaro, a 300 metros do Rio Subaé, os afluentes líquidos eram descartados no Rio com seu baixo volume de água e que não possui nenhum tratamento, o que ocasionou a contaminação de sedimentos e moluscos de toda região por matérias como cádmio e chumbo.

O material foi utilizado como aterro nas ruas, o que é apontado como principal forma de contaminação. A Fábrica se encontra fechada, mas os impactos continuam afetando os moradores da região que sofrem com a contaminação do sangue por estes materiais pesados.

O estopim do conflito se deu em 2009 com a ameaça da construção de um mega empreendimento turístico e hoteleiro a ser realizado inicialmente pela empresa *Propert Logic* na Ilha de Cajaíba, uma das áreas utilizadas como sustento pelos moradores e comunidades circunvizinhas. A população de São Braz se vê motivada a se organizar e lutar contra outras formas de territorialidade prestes a ser imposta com a chegada do empreendimento ECO RESORT GOLF ILHA DE CAJAÍBA.

A Ilha de Cajaíba possui oito quilômetros de extensão e está localizada no município de São Francisco do Conde. Na época do Brasil Colônia foi construído no local o *Engenho da ilha de Cajaíba*, implantado para a produção de açúcar. Figuras ilustres como governador geral Men de Sá e o barão de Cajaíba, um dos líderes da Sabinada habitaram na Ilha.

O barão de Cajaíba tratava os escravos com crueldade, onde mediante rebeldia não hesitava em jogá-los vivo no mar. Hoje a população local resiste em perder este território que faz parte da sua história de resistência. A Ilha é um ponto de extrema importância para a pesca e a mariscagem local, abrigo para pescadores em dias de tempestade, coleta de cajá, jenipapo, manga dentre outras atividades que dão

subsistência a população do entorno, em especial as comunidades quilombolas de São Braz, Cambuta e Acupe.

A ameaça à subsistência dos moradores provocou um conflito que desembocou na reivindicação da identidade quilombola por parte da comunidade. Tal reivindicação se sustenta no Decreto 4887 da Constituição Federal e visa a garantia do território e de um modo de vida próprio e, surge também como uma forma de acessar direitos coletivos. Em seu artigo 68, o decreto 4887 aponta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Com o intuito de obter o reconhecimento da propriedade definitiva e garantir a permanência e a manutenção de suas culturas, os moradores se articulam politicamente ou coletivamente para enfrentar um conjunto de problemas que ameaça a sua sobrevivência enquanto comunidade e nesta articulação eles assumem a identidade quilombola, uma identidade política em busca de direitos.

É neste contexto, como já explicitado acima que a coletividade se organiza para destacar/enfatizar *sinais diacríticos*, ou seja, eleger traços que caracterizem sua pertença étnica enquanto grupo quilombola. Inicia-se, portanto o processo de *etnogênese*, um modelo proposto por José Maurício Andion Arruti (2006) ao estudar a comunidade do Mocambo. O modelo de *etnogênese* busca dar conta de algumas dimensões centrais nos processos de emergência das comunidades quilombolas, se trata de um processo quadripartido em *nominação, identificação, reconhecimento e territorialização*.

O processo de *etnogênese* dos moradores de São Braz se iniciou no ano de 2009. A *nominação*, uma das partes do modelo, diz respeito ao momento de institucionalização do grupo de modo geral, ou seja, quando acontece a descoberta dos direitos de um determinado grupo heterogêneo que passa a se estabelecer em uma categoria jurídica buscando se caracterizar a partir de sinais comuns, passando então a ser visto como um sujeito de direitos e deveres coletivos e objeto de ação do Estado.

O processo de *nominação* dos quilombos é comum à todas as comunidades. Já foi amplamente discutido por pesquisadores da área, como é o caso de Banton (1977) e também de Arruti (2006) e Little (2002) como ocorreu o processo de nominação das comunidades negras rurais e como o conceito de quilombo foi sendo resemantizado ao longo do tempo, sendo as comunidades negras também denominadas Terras de Preto, Mocambos, etc.

A visibilidade política das populações negras foi possibilitada a partir do surgimento de uma consciência negra a partir de sua organização política iniciada na década de 80 (Little, 2002).

O autor se refere a uma visibilidade que deu início:

À formação de associações regionais, tais como a Associação de Moradores das Comunidades Rumo - Flexal no Maranhão (1985) e a Associação de Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Município do Oriximiná no Pará (1990), e à realização de eventos regionais, tais como o I Encontro de Comunidades Negras Rurais no Maranhão (1986) e o I Encontro de Raízes Negras no Pará (1988), seguiram-se eventos de ordem nacional, como o II Seminário Nacional Sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros em Goiás (1992) e o I Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos (1994), culminando com os festejos, em todo o país, em 1995, do 300º aniversário da morte de Zumbi dos Palmares (LITTLE, 2002, p. 14).

Estes encontros foram fundamentais para dar impulso ou estímulo às comunidades se organizarem em busca do título de seus territórios como quilombolas. Não discutiremos aqui o processo de *nominação* da comunidade estudada, pois como já foi dito este processo é comum a todas as comunidades quilombolas e já foi amplamente discutido. Todavia, discutiremos mais adiante a respeito da organização política das mulheres marisqueiras da comunidade de São Braz.

Foi tal organização que deu início ao que seria o processo de *identificação* de que fala Arrute. Não se trata mais da *nominação*, mas de uma segunda fase, é o momento em que os moradores se auto identificam com uma identidade, formando um coletivo que se mobiliza em busca de direitos e contra o desrespeito sofrido, é onde se percebe em que contexto emerge a organização do movimento pelo título definitivo do território e quais os aspectos que mobilizam o grupo nesta luta por direitos. Aqui se encontra o ponto crucial e que permeia grande parte deste trabalho, a mobilização dos moradores em especial as mulheres quilombolas marisqueiras em busca de direitos e contra a invisibilidade da categoria.

Após a fase da *identificação*, o modelo de *etnogênese* compõe o que seria a fase do *reconhecimento* e é a organização dos moradores quem faz com que eles alcancem esta fase. O *reconhecimento* é o momento em que se torna público o desrespeito sofrido pela coletividade e sua organização pela delimitação do território pleiteado. A comunidade buscou se organizar para dar visibilidade ao desrespeito vivenciado, foram feitas inúmeras reuniões para conquistar o início dos trabalhos de titulação, onde em muitos destes encontros eu estive presente. A comunidade de São Braz se encontra na fase que engloba o processo de *territorialização*, onde:

Compete ao INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2008, pg. 13)

Até o início do mês de maio do corrente ano, o INCRA enquanto órgão responsável pelas atribuições citadas acima e registradas no Art. 5º da IN 20 do INCRA era vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entretanto no dia 12 de maio do mesmo ano, com a posse do presidente interino Michel Temer foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 726, onde o Art. 12 define que:

A Lei nº 10.683, de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:  
Art.27IV- Ministério da Educação e Cultura: k) assistência e acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2016).

O Art. 12 da MP de 2016 altera o artigo 27 da lei nº 10.683 de 2003, onde transfere a competência da titulação das terras das comunidades quilombolas do INCRA para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Oito dias após a MP 726, em 20 de maio foi feita uma retificação

Mantendo a titulação das terras quilombola com o Incra ao transformá-la em atribuição do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Por fim, no dia 27 de maio, o Decreto 8.780 transferiu a competência para regularizar as terras quilombola para a Casa Civil juntamente com a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. O Incra também passou a ser um órgão vinculado ao ministério próximo a presidência da república (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2016).

A Casa Civil é hoje a responsável pela titulação dos territórios quilombolas. Nota-se que em menos de um mês de governo Temer houve várias mudanças a respeito da regularização das comunidades quilombolas o que “aumentam as preocupações sobre o futuro da política de titulação das terras quilombolas” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2016).

A comunidade de São Braz foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2009, mas apenas em outubro de 2011, o INCRA que ainda era responsável pelas regularizações, iniciou seus trabalhos no local, dando início aos processos de regularização e titulação do território. Foi neste ano que o órgão realizou uma licitação pública nacional, na modalidade pregão para a construção de

relatórios antropológicos em comunidades quilombolas. Com a finalidade de elaborar os laudos antropológicos, agruparam vinte e uma comunidades em cinco grupos.

No Primeiro Grupo estaria a comunidade quilombola de São Braz (Santo Amaro), a comunidade de Fazenda Porteira (Entre Rios), a comunidade de São Tiago localizada no Vale do Iguape (Cachoeira) e as comunidades do Dendê, Caonge, Engenho da Ponte, Engenho da Praia e Calembá, sendo as cinco demarcadas como um único território (Cachoeira).

Estas comunidades, dentre as quais São Braz, tiveram reuniões com a equipe do INCRA para dar início aos trabalhos de construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que se apresenta como uma das fases do processo de titulação da área. Os trabalhos do INCRA são realizados com muita morosidade, o que pode significar longos anos de espera e resistência para se ver realizar o sonho da propriedade definitiva do território. A comunidade precisa permanecer unida e focada com o objetivo.

Na **Figura 1** abaixo, visualizamos a entrada da comunidade, a estrada asfaltada forma a rua principal conhecida pelos moradores como “Rua Nova” que logo chega ao fim na pequena praça de paralelepípedos. A vasta área de bambuzal no decorrer da estrada denuncia a expropriação sofrida pela população no final do ano de 1969.

Vemos que logo ao chegar à comunidade algo demarca a existência de uma população jovem no local. As primeiras construções a serem vistas são um campo de futebol, do lado direito, e uma quadra poliesportiva, do lado esquerdo, áreas de lazer que reúnem os moradores. Trata-se de uma população cujos 79% dos moradores possuem idade entre 0 a 59 anos, destes, 53,8% possuem menos de 30 anos.

**FIGURA 1: ENTRADA DA COMUNIDADE DE SÃO BRAZ**



Fonte: Jesus, 2016

A comunidade possui um contingente populacional de aproximadamente 742 pessoas, distribuídas em 193 núcleos familiares<sup>5</sup>, tal distribuição possibilita a existência de mais de uma família em uma mesma casa. Estas casas formam 16 pequenas ruas, algumas pavimentadas e outras sem pavimentação. As casas são de construção, mas existem várias de barro ou pau a pique. Várias pessoas aterram o manguezal com cascalho de forma que parte de suas casas, na maioria das vezes o quintal, é constituída pela área aterrada dentro do mangue.

A restrição territorial sofrida pela população faz com que estes, em alguns casos, precisem realizar tal prática com o intuito de conseguir um local de moradia. Os esgotos de mais da metade das residências são descartados dentro do manguezal, uma vez que 51,8% das casas não possuem fossa séptica. Tal ocorrência, assim como diversos outros fatores como, por exemplo, o descarte dos dejetos químicos da Fábrica Penha Papéis. Desta forma, as atividades da pesca e da mariscagem que ocorriam nas proximidades do local ficaram prejudicadas pela poluição.

---

<sup>5</sup> - Dados referentes aos 193 questionários aplicados em campo em 2011, com 193 representantes de núcleos familiares pelo Grupo de Pesquisa Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia - MITO do qual sou integrante desde 2011.

Os moradores enfrentam problemas muito como o abandono sofrido pelo poder público local, conflito territorial, descaso do Estado, dentre outros. São pessoas sofridas que vivem na resistência, mas que não perdem a esperança e o carisma. O estudo aqui apresentado apenas foi possível pela participação dos moradores, em especial as mulheres, que como veremos em seguida, se destacam como autoras deste trabalho.

O estudo envolveu o estabelecimento de um processo de negociação, aceitação e empatia durante o trabalho de campo, uma vez que a maioria dos contatos foi estabelecida durante o processo de pesquisa. Sendo assim foi necessário me familiarizar com o campo, conhecer a dinâmica e os códigos locais a fim de lograr sucesso na busca de compreensão da realidade estudada e de definição de quais são as informações imprescindíveis, que pessoas deviam ser entrevistadas ou tomadas como interlocutoras, dentre outras escolhas que foram feitas no decorrer da investigação.

Apenas através do método etnográfico foi possível alcançar tal propósito, pois afinal de contas, “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (CLIFFORD GEERTZ, 1978, p.04).

Assim minha inserção no campo de pesquisa se constituiu como fator obrigatório para a realização do estudo.

Se, inicialmente, o trabalho de campo representou uma oportunidade de ultrapassar os limites teóricos e metodológicos impostos pela “antropologia de gabinete” - na medida em que abriu a possibilidade de se estudar in loco a vida, os costumes, os mitos, os ritos, as formas de estruturação e organização das sociedades primitivas - com o tempo, este se tornou uma quase exigência na produção de conhecimento e desenvolvimento da própria disciplina, além de designar uma espécie de “rito de passagem” (em especial, de iniciação) ao aspirante a antropólogo (ROCHA, 2006, pg. 102)

O método etnográfico com o trabalho de campo me aproximou dos moradores e me possibilitando o entendimento de seu modo de vida, pois pude conviver com eles e identificar suas dificuldades, representações a respeito delas e estratégias para superá-la ou lhe dar com tais dificuldades. Pude compreender de forma mais intensa como se dá a relação cotidiana entre os moradores e especialmente entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. Paralelo ao método etnográfico foi feito em um momento específico a coleta de dados a partir do método quantitativo.

No ano de 2011 quando nós, equipe do MITO iniciamos nossos estudos no local fizemos inicialmente uma pesquisa de cunho quantitativo sobre o levantamento sócio econômico da localidade. Nela fizemos entrevistas estruturadas com questionários

padronizados sobre escolaridade, atividade econômica principal e secundária, autoafirmação indenitária, religião, local onde nasceu, dentre outras informações.

A metodologia qualitativa com a utilização de alguns dados estatísticos nos possibilita visualizar dados importantes como, por exemplo, a população com quem trabalho, número de pescadores e marisqueiras na comunidade, quem está exercendo a atividade, número de homens e mulheres cadastradas na colônia de pescadores, dentre outros dados quantitativos considerados relevantes para o resultado da pesquisa.

Os dados desta pesquisa também são usados neste trabalho, entretanto como já enunciado, esta é uma etnografia sobre a relação de gênero entre pescadores e marisqueiras na comunidade quilombola de São Braz, Santo Amaro, Recôncavo da Bahia.

É, portanto, um estudo mergulhado e conduzido majoritariamente por uma metodologia qualitativa, cujos indicadores utilizados são os discursos e ações de homens e mulheres no e sobre o trabalho.

O método quantitativo não se destaca aqui, pois para além de pretender conferir a dimensão dos fenômenos, o que marca a pretensão do referido método, busquei explorar seu significado substantivo. Na ocasião a busca foi mergulhar no íntimo dos pesquisados através da pesquisa qualitativa, o que é impulsionado pela Antropologia, que se identifica com este tipo de método de pesquisa.

A partir da pesquisa qualitativa que permite as “entrevistas do tipo semi-estruturado com um único respondente (a entrevista em profundidade) ou com um grupo de respondentes (o grupo focal)” (George Gaskell, 2002, p. 64), realizei entrevistas semi-estruturadas individuais (em profundidade), ou seja, entrevistas abertas com homens e mulheres de várias idades da comunidade de São Braz.

Como critério para a seleção foquei em homens e mulheres que se definem com a identidade de pescador e/ou marisqueira, já que existem pessoas no local que não se reconhece como trabalhadora desta área. Meu interesse maior se manteve em pessoas que estivessem exercendo a atividade de pesca e/ou mariscagem, não descartando, todavia, as que já exerceram, mas que agora não as realizam mais por estarem aposentadas, realizando outra atividade, ou qualquer outra razão, mas que tem ou teve vínculo com o referido trabalho.

As mulheres que entrevistei foram tanto as que se auto declaram pescadoras como as que se declaram marisqueiras. Mulheres que residem na comunidade e trabalha no mar e/ou manguezal.

O método etnográfico me possibilitou acompanhar o cotidiano de homens e mulheres que realizam a pesca e de mulheres que exercem a mariscagem, assim como das que atuam nas duas áreas. A coleta de dados, a pesquisa empírica foi feita com visitas frequentes a São Braz entre janeiro e fevereiro de 2015 com o intuito de observar o cotidiano dos moradores, em especial das mulheres trabalhadoras da pesca e/ou mariscagem.

Na oportunidade fiz entrevistas com treze moradores, sendo nove mulheres e quatro homens, entrevistas de aproximadamente uma hora e trinta minutos. Os dados coletados na comunidade no ano de 2012, bem como as entrevistas realizadas foram utilizadas para a análise referente ao objetivo deste estudo. Assim somam-se um total de dezoito entrevistas analisadas cujos autores constam como fontes orais no fim deste trabalho.

As entrevistas aconteceram nas casas das pessoas entrevistadas e algumas vezes na casa da vizinha ou em seu local de trabalho (maré, colônia de pescadores, peixaria, feira, mercadinho). Como o cotidiano dos moradores é muito agitado, as entrevistas foram quase todas realizadas no local de trabalho. A maioria das vezes em que eu procurava as pessoas para a entrevista, elas estavam realizando alguma atividade e não se recusavam a responder nem conversar sobre o trabalho da pesca ou mariscagem, o que era favorável para a compreensão do assunto já que muitas coisas eu podia observar na prática. Apenas no momento de captura do pescado ou marisco, no mar ou manguezal é que não era viável a entrevista, pois estes lugares de água e lama se caracterizam por ser um ambiente tenso onde toda concentração deve ser voltada para a atividade.

Para as entrevistas utilizei um roteiro que abordava questões relacionadas as percepções dos moradores a respeito de suas identidades de marisqueira ou pescador, assim como a da pescadora ou marisqueiro, além de questões envolvendo o cotidiano dos moradores e a socialização nos espaços de trabalho.

O roteiro foi utilizado buscando conduzir as entrevistas de forma o mais natural possível, como um diálogo de mão dupla, embora tenha sido notório que a presença de um gravador de voz, utilizado para registrar as falas, inibia as pessoas entrevistadas. Em algumas entrevistas, como foi o caso de duas marisqueiras, não foi permitido por elas o uso do gravador de voz.

As entrevistadas estavam desinibidas e como falava a respeito da disputa de poder envolvendo as lideranças, não permitiu a gravação do diálogo. Em todo caso me

foi muito útil o caderno de anotações que levava sempre a mão enquanto permanecia na comunidade, onde anotava aspectos imprescindíveis das experiências destas mulheres.

É completamente necessária a aproximação, o convívio direto com a população estudada, o trabalho de campo torna-se imprescindível na realização da pesquisa, é indispensável apreender o conhecimento e a cultura locais, é neste sentido que a *pesquisa de campo*

Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia (GILBERTO VELHO, 2008, p. 123)

Tendo em vista a necessidade de conhecer estes aspectos que não aparecem à superfície é que utilizo o método etnográfico. Trata-se de uma pesquisa de campo que nos coloca próximo aos nossos entrevistados em uma relação de mão dupla. A etnografia é uma prática de pesquisa de campo que produz dados antropológicos científicos a partir da interação mútua estabelecida em campo, num contexto específico entre pesquisador e os sujeitos pesquisados (ROCHA, 2008).

A técnica mais plausível e que mais me aproximou de uma compreensão das experiências dos pescadores e marisqueiras de São Braz, foi a observação participante, com a tentativa de me posicionar no lugar destas pessoas e ver a partir de seus pontos de vista. A observação participante junto aos moradores me permitiu conhecer e compreender importantes aspectos da vida da coletividade que não aparecem a primeira vista, mas que são fundamentais para o entendimento do significado dos acontecimentos dentro do contexto.

A técnica da observação participante é trabalhada por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) como a única forma possível de captar o *excedente de significação*, aspectos que fogem ao uso do método. Trata-se de algumas dimensões da realidade sociocultural que o método não consegue dar conta. Desta forma, alguns sentidos e significações só podem ser apreendidos por um momento não metódico, sendo neste caso com a observação participante. Cabe aqui lembrar que o autor não está buscando opor os momentos metódicos e não metódicos, pelo contrário, ele salienta que existe uma relação de complementaridade entre ambos os momentos.

A observação participante me lançou no mundo desta população me fazendo sentir o verdadeiro sentimento a respeito do papel dos homens e das mulheres nestas

comunidades, bem como a valoração da participação feminina nesta relação de gênero. A técnica foi estabelecida num convívio íntimo com o cotidiano destas mulheres.

Pude participar do dia-a-dia dos e das entrevistadas, dentre as mulheres, três não convivem com um homem e gerem seus próprios lares como verdadeiras chefas de família. Pude participar e observar atividades realizadas em suas casas, *catando* (limpando) siri, ostra e peixe, fazendo palitos, fazendo faxina. Interagi também em seus espaços de trabalho, fora dos ambientes domésticos, na maré, no manguezal, no mercadinho e na feira onde vendem o marisco.

A observação participante foi fundamental para se perceber as representações desveladas no cotidiano das moradoras, as hierarquias estabelecidas e as agências femininas no processo de trabalho e na luta pela manutenção destes processos. É na observação participante que se percebe como ocorre a transmissão e como são reforçados estes aspectos.

Com o auxílio de uma máquina fotográfica pude registrar momentos importantes para a análise deste estudo, algumas destas imagens poderão ser vistas em vários momentos do texto. Para a coleta dos dados foram utilizados outros procedimentos como observações livres e conversas informais. A utilização do gravador de voz foi importante, pois concordando com Roberto DaMatta (2010) ao analisar os dados coletados em campo, ele nos possibilita identificar exatamente qual foi a pergunta feita pelo pesquisador no momento da entrevista e qual a resposta fornecida pelo entrevistado neste diálogo. Detalhes que na análise do material não conseguimos recapitular, pode estar contido na gravação da entrevista.

Para facilitar a interpretação dos dados, o primeiro passo foi fazer uma transcrição com boa qualidade das entrevistas realizadas em campo, o que significa transcrever todas as palavras faladas.

Contudo, Bauer (2008, p.85) sugere que “o que é realmente falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente”.

No entanto, ao fazer uma boa transcrição consequentemente estamos fazendo uma interpretação dos dados ali contidos. Neste momento estamos ouvindo a entrevista atentamente e de maneira minuciosa, isso faz com que

Escutando mais de uma vez a fita, você se impregna auditivamente da entrevista, revive a cena, mas agora desprendido da obrigação de interação (conduzir a entrevista e prolongar o intercâmbio). É então que elabora no segredo de seu laboratório pessoal, hipóteses de trabalho, que explora novas pistas, que constrói um início de análise (BEAUD, 2007, p. 162).

Neste novo momento de análise, de reviver as entrevistas e relembrar das cenas, do contexto no qual as entrevistas foram realizadas, ou seja, ao ler e reler as transcrições, uma técnica que ajudou na análise dos dados foi no decorrer do texto ir assinalando e fazendo anotações e comentários às passagens do texto que dialogam com os objetivos, hipóteses e problemas de pesquisa. Desta forma faz-se uma análise temática a partir dos tópicos que o roteiro foi seguindo nas entrevistas.

Concordando com Bauer,

Um procedimento proveitoso é construir uma matriz com os objetivos e finalidades da pesquisa colocados como temas no título das colunas, e o que cada entrevistado (grupo) diz, como se fossem as linhas. Isso costura os dados, juntando as respostas de um modo acessível. Em uma coluna final se acrescentam notas e interpretações preliminares (BAUER, 2008, p. 85).

Ao colocar o que cada entrevistado diz, e assim dividir por tema cada uma destas falas em um recorte que formem unidades, e reagrupando as respostas repetidas, é possível cruzar os resultados e fazer interpretações preliminares de cada tópico mantendo sempre em vista os objetivos da pesquisa. Afinal de contas, ao descrever a partir de anotações e observações o universo pesquisado estamos interpretando as informações, até porque toda descrição tem certo grau de interpretação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

A análise abrange todos os tópicos a fim de serem alcançados todos os objetivos específicos de forma que exista uma conexão, uma interação do conjunto que na análise final da interpretação e das interpretações dê conta do objetivo geral. A análise e a interpretação dos dados resultam no mergulho da pesquisadora no *corpus* do texto. Este momento desvela dados que demonstre a interpretação que o pesquisador faz dos dados coletados num contexto de seu universo empírico.

A partir dos dados apresentados, a hipótese de pesquisa aqui construída sugere que do ponto de vista das representações do trabalho, os moradores consideram que trabalhos mais pesados devem ser executados por homens, enquanto que os considerados mais leves devem ser exercidos por mulheres, ainda que os dados empíricos demonstrem que os trabalhos atribuídos às mulheres também são pesados. Por estas representações, na relação de poder estabelecida a partir das relações de gênero, a hierarquia de gênero instituída valoriza mais os trabalhos realizados pelos homens.

Entretanto a luta pela manutenção do processo de trabalho tem propiciado um protagonismo feminino que implica no questionamento das hierarquias de gênero no âmbito laboral. Tal protagonismo começa a ser desabrochado com a inserção das mulheres no processo de *etnogênese* pelo qual a comunidade começou a passar em 2009 com a descoberta dos direitos enquanto quilombola.

Foram registradas no Brasil 2648 comunidades quilombolas até dezembro de 2015, na Bahia, foram identificadas 660 comunidades (BRASIL, 2015).

Uma parcela de 37 comunidades que foram certificadas pela Palmares até 2013 está localizada no Recôncavo da Bahia<sup>6</sup>. Em maio do ano em curso 143 comunidades foram certificadas, assim sendo “o número de comunidades quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) sobe para 2.821” (CPI-SP, 2016).

Apesar de o número ser significativo, ainda é pouco os trabalhos acadêmicos e antropológicos existentes sobre comunidades negras quilombolas no Recôncavo e, principalmente, que abordam as relações internas na configuração da identidade de gênero no processo de trabalho da pesca e mariscagem, configuração a partir de representações, relação de poder e de agência de gênero acionadas, transmitidas e reforçadas pelos próprios atores envolvidos.

O termo gênero surge na Sexologia, nos anos 1950, como uma rejeição ao determinismo biológico na construção do masculino e do feminino e, nos anos 1960, passou a ser entendido como categoria que expressa as diferenças e marca a construção social de homens e mulheres (SCOTT, 1995). Autoras como Ortner (1979), Scott (1995) e Grossi (2004) refutam as diferenças biológicas, pois elas só têm significado por serem culturalmente criadas. A questão da diferença deixa de estar associada apenas ao Estado e o que acontece e o que as mulheres dizem no âmbito privado (doméstico) passaram a ter evidência na arena pública. Aqui estudamos estas relações internas de gênero em São Braz, que como vimos anteriormente repercutem na arena pública principalmente a partir do processo de *etnogênese* da comunidade.

Maria Angélica Motta-Maués (1999), em um estudo sobre comunidades de pesca no Brasil revisou trabalhos acadêmicos antropológicos, como dissertações, teses,

---

<sup>6</sup> - Aqui considerando como municípios que formam o Território do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriça, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra, Varzedo, dados disponível em <http://www.midiareconcavo.com.br/noticia/606/confira-a-lista-das-33-cidades-do-reconcavo-baiano>, acesso em 11 de junho de 2016.

livros e artigos produzidos nas décadas de 70 e 80. A autora demonstra que nos anos 50 e 60 foram produzidos apenas dois trabalhos sobre pesca, sendo o de Gioconda Mussolini (1945, 1946) nesta primeira década sobre os pescadores caiçaras de São Paulo e nesta segunda década, o de Alcida Rita Ramos (1965) sobre os pescadores portugueses originários de Povoá de Varzim, atuando no Rio de Janeiro.

Referente a este recorte de tempo pude identificar alguns trabalhos que é preciso destacar, como o de Bernardes (1958) e Brito (1960) sobre pesca também no Rio de Janeiro, o de Pierson e Teixeira (1947) e Mourão (1967) com os pescadores de São Paulo e ainda o de Luís da Câmara Cascudo (1957) sobre a pesca de jangada do Nordeste. Nas duas décadas subsequentes aumenta de forma muito tímida a produção de trabalhos sobre pesca no Brasil, não chegando a 15 os autores e autoras que demonstram interesse pelo tema. A década de 90 apresenta uma queda na produção de estudos sobre o tema.

Dos mais de vinte antropólogos que escreveram suas dissertações de mestrado pesquisando em comunidades pesqueiras – entre os quais dez deles estudando especificamente a atividade da pesca, nos seus vários aspectos –, apenas três continuaram suas carreiras acadêmicas voltadas para a mesma temática (MOTTA-MAUÉS, 1999, pg. 384).

Nota-se uma carência de produção de estudos acadêmicos sobre pesca no Brasil neste período que envolve 1999. A autora também constata a ausência da questão da mulher e das relações de gênero nestes trabalhos, ou seja, a mulher e as questões de gênero em comunidades pesqueiras não têm sido levantadas como temas de produção acadêmica na elaboração de dissertações e teses.

Em seu artigo, Carlos Emanuel Sautchuk (2014, 383) fala da constatação de que “as etnografias sobre pesca mostram a participação quase exclusiva de homens na chamada pesca ‘profissional’ ou ‘efetiva’, seja ela industrial, seja artesanato.”

Nota-se que dos trabalhos citados, nenhum deles são realizados no Recôncavo da Bahia, sendo este um território de efervescência de comunidades de pesca e mariscagem. Vale notar que os trabalhos das décadas anteriores não abordam os trabalhos de mariscagem, sendo este de maior atribuição feminina.

Recentemente foram produzidos alguns trabalhos<sup>7</sup> com mulheres em comunidades de pesca e mariscagem no território do Recôncavo da Bahia, como é o caso do relatório final da pesquisa “Relações de Gênero entre Pescadores e Marisqueiras

---

<sup>7</sup> KUHN, 2009; GOMES, 2009; ROSÁRIO, 2010; SILVA, 2010; SOUTO, 2004.

Quilombolas no Recôncavo da Bahia” apresentado em 2012 ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e realizado pelo grupo de pesquisa MITO na comunidade de São Braz.

O relatório elaborado pelo grupo de pesquisa – que contém contribuições do estudo que realizei para a produção deste trabalho, pois como já ficou explícito, faço parte do grupo de pesquisa e trabalhei na produção do referido relatório - discute as diversas formas do processo produtivo e como ocorre a atuação de homens e mulheres nas diversas atividades realizadas na comunidade de São Braz.

O presente estudo perpassa esta questão e mergulha especificamente nos processos de trabalho da pesca e marisqueira, analisa as identidades de pescador e marisqueira, confrontando as noções e representações dos agentes locais com as agências femininas e hierarquias acionadas, transmitidas e reforçadas, sendo visível a escassez de trabalhos que buscam compreender estas problemáticas. Além do mais o estudo privilegia os relatos das mulheres, mas em um movimento relacional. Por se tratar de hierarquias e dinâmicas de gênero, atentamos para as representações e agências masculinas.

Ao analisar a agência dos moradores nas atividades produtivas aqui referidas, busco observar de forma relacional a valoração da atividade feminina. No que se referem aos papéis entre os gêneros de modo geral, existe uma invisibilidade feminina em detrimento do que seria o papel do homem em atividades econômicas. Flax (*apud* Silva, 2010, p. 8) sugere que “a opressão da mulher e dominação masculina nas sociedades são resultados das relações sexistas que impõem aos corpos sexuados femininos e masculinos significados sociais, culturais e simbólicos de diferenciações”. Isso pode ser constatado ao observarmos uma cultura específica, onde visualizamos a subalternidade feminina a partir de elementos ideológicos que desvalorizam os papéis femininos, esquemas simbólicos e classificações sócio estruturais onde as mulheres são excluídas dos espaços de poder (ORTNER, 1979, p. 97-98).

Várias autoras feministas (NICHOLSON, 2000; ORTNER, 1979; SCOTT, 1995, entre outras) discutem a questão da subalternidade feminina em comparação à masculina, e é nesse sentido que Ortner (1979), ao falar sobre as avaliações culturais, destaca três tipos de evidências que mostram como cada sociedade em seus próprios termos consideram as mulheres inferiores aos homens:

(1) o elemento de ideologia cultural e as colocações informativas que explicitamente desvalorizam as mulheres e com elas, seus papéis, suas tarefas, seus produtos e seus meios sociais com menos prestígio do que os relacionados aos homens e às funções masculinas correlatas; (2) esquemas simbólicos, tais como a prerrogativa de violação, que poderão ser interpretadas *implicitamente* como uma colocação de avaliações inferiores; e (3) as classificações socioestruturais que excluem as mulheres da participação no, ou em contato com algum domínio no qual reside o maior poder da sociedade (ORTNER, 1979, pg. 97-98).

A desvalorização do trabalho feminino, bem como a exclusão da mulher em áreas de domínio e poder social é um tema bastante discutido e pode ser percebido e estudado em suas especificidades em qualquer sistema particular, como sugerido pela autora. Entretanto, nota-se que as teorias desenvolvidas na primeira fase da antropologia feminista nos anos 60 e 70 por feministas brancas de classe média eram universalistas e unilaterais.

Feita esta reflexão de forma genérica, o foco aqui colocado se volta não para esta universalização da mulher, mas para as especificidades das mulheres negras, pois:

Muito embora o gênero tenha um lugar de destaque, ele não é o único produtor de diferença, devendo, portanto, ser tomado no cruzamento com outros elementos produtores de diferença tais como raça, etnia, nacionalidade, geração e classe (BONNETTI, 2011).

Neste sentido, busco interseccionar gênero, raça/cor e etnicidade, uma vez que, neste contexto de desigualdade, a mulher negra é interseccionalmente oprimida e há a invisibilidade das mulheres quilombolas.

A categoria “mulher” não é universal e os estudos mais recentes (BONETTI, 2011; CALDWELL, 2000; FIGUEIREDO, 2008; NICHOLSON, 2000) ao questionar este feminismo hegemônico, propõem a interseccionalidade, uma análise que leve em consideração as especificidades das mulheres, uma vez que estas possuem distintas experiências de vida, daí a importância de estudos que leve em consideração não apenas a dominação por sexo, como também a raça, classe, sexualidade.

As mulheres negras vivenciam as dominações de forma diferenciada das mulheres brancas e “a interseccionalidade recusa qualquer tentativa de escape ao debate racial e ao racismo entre nós e em torno de nós, confrontando a hegemonia da branquidade” (JUREMA WERNECK, 2014, pg. 326).

O debate este que o feminismo mais tradicional se recusava a estabelecer com esta visão feministas negras como Caldwell (2000) trazem reflexões sobre o “ser mulher”, fugindo da noção tradicional das feministas brancas de classe média e

buscando noções que compreendam as especificidades das experiências das mulheres, pois “se o Brasil era um país racialmente desigual, a situação era muito pior para as mulheres negras” (FIGUEIREDO, 2008, p. 238).

Na primeira fase das teorias feministas, as mulheres foram representadas como uma categoria social indiferenciada, mas, desde o final dos anos 70 que na Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, mulheres não brancas têm levantado questões a respeito de como a interseção entre o gênero, a raça e a classe causa diferenças na experiência das mulheres (CALDWELL, op. cit.2000).

Esta terceira fase do feminismo nas décadas de 80 e 90, mostra como:

O afastamento em relação ao feminismo mais tradicional encorajou as feministas não brancas a refletir mais sobre as diferenças do que sobre as pretensas similaridades entre as mulheres, ou sobre aspectos que elas supostamente têm em comum” (CALDWELL, op. cit. 2000, p. 02).

As feministas negras foram levadas a estudar a discriminação sofrida pelas mulheres a partir de suas próprias experiências de exclusão e assim desenvolver seus próprios conceitos de gênero e feminismo.

Para além do véu das teorias, encontrar os/as sujeitos/as concretos/as, as pessoas, as mulheres negras e todas as outras mulheres, não como objeto ou objetivo, não como alguém de quem se quer falar, mas como enunciatórias de suas realidade, perspectivas e projetos (WERNECK, 2014, pg. 327).

As mulheres são sujeitas de fala, e nossas experiências precisam ser colocadas a partir de nossos pontos de vista, nós enquanto sujeitas concretas enunciando nossas realidades.

Stolcke (1990) levanta a questão central das desigualdades de gênero nas sociedades de classe, assim, sendo o resultado histórico da naturalização das desigualdades sociais. Isso leva a autora a problematizar o porquê se destaca como indicadores das desigualdades, dentre tantas outras diferenças, as sexuais e raciais em consonância com as de classe, e como ocorre a interseção entre estas diferenças, ocasionando a opressão feminina de modo geral, mas também intragênero.

No Brasil, os estudos sobre mulher se estabeleceram formalmente no início dos anos 80, após as críticas de não brancas dos Estados Unidos e Inglaterra ter alcançado um público mais extenso. A inserção da raça nos estudos feministas acadêmicos só aconteceu no Brasil no final dos anos 80 (CALDWELL, op. cit.). Um dos fatores relevantes defendido pela autora para a lentidão ou recusa da incorporação da raça nos

estudos brasileiros é a falta de tradução dos trabalhos de não brancas americanas para o português e o fato de a agenda dos estudos sobre mulher não ser influenciada pelos “*insights*” críticos destas estudiosas sobre a inserção da raça nos estudos de gênero.

Caldwell também traz a lume que:

Ao examinarmos a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres no Brasil, é também importante notar até que ponto as críticas ao essencialismo feminista feitas por brasileiras negras passaram despercebidas pela maioria das intelectuais da área no país (Caldwell, pg. 05).

Os “*insights*” das brasileiras negras sobre suas especificidades não foram priorizados pelas pesquisadoras da área. Os estudos sobre mulher negra eram feitos por pesquisadoras ou ativistas negras, assim sendo, vale notar o número reduzido de mulheres negras nas universidades brasileiras, dificultando o desenvolvimento da pesquisa sobre a dominação racial das mulheres (Caldwell, *id*).

Os estudos sobre gênero que incorporam as diferenças de raça/cor como alerta Figueiredo (2008) são desdobramentos dos estudos sobre as relações raciais e das necessidades das militantes negras. Tais estudos, todavia, resultam do interesse político e acadêmico das pesquisadoras que se auto afirmam negras, que se negam a ser produzidas pelo olhar de outras pessoas e, desta forma, afirmam os estereótipos antes negados.

A partir das reflexões provocadas pelas autoras citadas, isso significa que as brasileiras negras já criticavam em décadas mais anteriores o feminismo mais tradicional, mas suas demandas não eram priorizadas, sendo um dilema enfrentar a dominação racial no país. “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLEZ, 1984, pg.224).

Portanto é preciso “delimitar a análise de gênero a contextos locais, e de fazê-la levando em conta a especificidade social, cultural e histórica das experiências e das identidades das mulheres” (CALDWELL, 2000, pg. 03).

Aqui estudamos as experiências de vida de homens e em especial mulheres negras quilombolas e pescadoras e marisqueiras. Ao abordar o tema proposto, este trabalho contribui para o campo de estudos em gênero, raça e etnicidade.

No que se refere às mulheres quilombolas de São Braz, podemos destacar que no trabalho de pesca e mariscagem, importantes como motores da economia local e do

sustento das famílias, a participação das mulheres é efetiva em várias etapas dos processos. “Eu vou pescar, chega em casa eu fervento, cato e eu mesmo vendo na feira” (TUTA, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015).

Com uma idade de 51 anos, Tuta conserva uma aparência jovem, sua beleza e simpatia expressada em um sorriso meigo e espontâneo, conquistam a todos. Mora com a filha mais nova e optou por não se casar. Embora o trabalho de Tuta seja na maioria das vezes com o marisco, assim como muitas mulheres da comunidade, a trabalhadora também realiza a pesca, e quando as mulheres não participam da captura do pescado, realizam o beneficiamento e/ou comercialização dos mesmos.

Em muitas atividades desenvolvidas na comunidade (palitaria, agricultura, comércio, etc.) principalmente na pesca e mariscagem, existe uma hierarquização entre as exercidas por homens e mulheres, onde não há uma valorização da participação da mulher, embora seu papel seja de fundamental importância para a realização dos processos da atividade. Isso ocorre pela divisão de gênero que permeia as relações entre homens e mulheres, onde estas possuem um papel de subalternidade.

Até o ano de 2009 o trabalho das mulheres na pesca não era reconhecido pela legislação, apenas em junho do mesmo ano a Lei nº 11.959, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca passa a considerar toda a cadeia produtiva, englobando, portanto, o beneficiamento e a comercialização.

Como veremos mais adiante no capítulo que discute a participação política das mulheres, este foi considerado um grande avanço para as mulheres, pois estes processos da atividade são de maior atribuição feminina, portanto algumas destas mulheres começaram a acessar os benefícios previdenciários como pescadoras profissionais.

Em março de 2015 esta conquista entra em retrocesso com o Decreto 8425 que desconsidera o trabalho das mulheres as intitulando como *apoiadoras da pesca*, o que provoca uma reação destas mulheres que intensificam o enfrentamento político em luta contra o retrocesso dos direitos, como veremos no capítulo 2. A invisibilidade feminina em comparação a valorização imposta sobre os homens está completamente relacionada as relações de gênero que provoca uma hierarquização nas atividades onde o trabalho das mulheres é inferiorizado.

Aqui, falamos das hierarquias e agências de gênero, ou seja, dos desafios internos enfrentados nos processos de trabalho da pesca e mariscagem. Para tanto, dividiremos nossa abordagem em três capítulos.

No capítulo 1, buscarei identificar quais são as representações, hierarquias e performances de gênero que os moradores acionam na realização do trabalho da pesca e mariscagem. Tornou-se crucial para a análise desta proposta observar quais pontos dos aspectos citados os coletivos transmitem e conseqüentemente reforçam neste processo de trabalho. Discutiremos aqui a respeito das relações internas estabelecidas no processo de pesca e mariscagem pela formação de hierarquias e jogo de poder existente nas atividades enquanto principais para a subsistência local. Abordaremos as nuances que giram em torno das noções de pescador e marisqueira, confrontando o discurso sobre as noções com o discurso sobre as noções na prática destes agentes.

No capítulo 2, analiso a história de luta e resistência dos moradores, focando a participação das mulheres, neste sentido busco mensurar os impactos que a luta pela manutenção do processo de trabalho exerce sobre as representações, hierarquias e performances de gênero. Busco, portanto, compreender de que forma a luta na arena pública pela garantia do território para a manutenção do trabalho da pesca e mariscagem impacta nas relações de gênero.

No capítulo 3, a reflexão se volta para a questão da análise da socialização de gênero no processo de trabalho da pesca e mariscagem e sua influência na agência feminina ou para a importância do processo de trabalho na socialização e agência feminina.

As representações de gênero é o que permeia toda a relação interna dos trabalhadores da pesca e mariscagem na comunidade quilombola de São Braz, está completamente interligada com as hierarquias estabelecidas e agências de gênero desenvolvidas entre os agentes locais. Sendo assim faz-se necessário identificar as representações, hierarquias e agências de gênero que permeiam as relações envolvendo os processos de trabalho da pesca e mariscagem, o que discutiremos logo a seguir.

## 2. PESCADOR E MARISQUEIRA: RELAÇÃO DE GÊNERO NA MARISCAGEM E PESCA ARTESANAL EM SÃO BRAZ

Nem todo homem tem vergonha do talento, mas tem homem que tem vergonha de dizer que é marisqueiro porque da lama, não quer se sujar, já a pesca não, só suja o pé. É só limpar e chega em casa limpo” (D. ZEFA, 65 anos, marisqueira aposentada, janeiro de 2015)

Neste capítulo, a discussão gira em torno de três pontos cruciais e que permeiam o desenvolvimento de todo o trabalho, a saber: representação, hierarquia e agência de gênero. Tais pontos são discutidos a partir da análise feita com as marisqueiras e pescadores da comunidade quilombola de São Braz, Bahia. Aqui buscamos identificar quais representações, hierarquias e agências de gênero que são acionadas, transmitidas e reforçadas por estes atores no processo de trabalho das atividades da mariscagem e pesca artesanal.

Consequentemente abordamos questões referentes ao conflito interno instituído, uma vez que este se apresenta como parte integrante do processo de identidade, um conflito estabelecido a partir das relações de poder e da formação de fronteiras desvelado no dialogo contraditório entre a representação e agência do grupo.

Desta forma, atentamos para as noções que os moradores possuem a respeito de cada uma das categorias (pescador/pescadora, marisqueiro/marisqueira), bem como a representação destes na construção histórica das referidas identidades. Abordamos as divisões de gênero que se estabelecem no exercício dos processos da pesca e mariscagem entre os moradores, tecendo considerações de natureza analítico-reflexivas sobre o estabelecimento de hierarquias nestes processos.

A comunidade de São Braz é caracterizada por um modo de vida próprio que se expressa pelos processos realizados nas atividades da mariscagem e pesca artesanal e nas territorialidades. A pesca e a mariscagem se constituem como principal meio de vida para os moradores locais, sendo eleitas como sinal de diferenciação por se constituírem como atividades de subsistência tradicionalmente realizadas pela coletividade.

São os processos que compõem a cadeia produtiva da pesca e mariscagem, juntamente com as territorialidades construídas pelo coletivo que são apresentadas como principais características do modo de vida do grupo sendo, portanto eleitas como *sinais diacríticos* para a pertença étnica quilombola dos moradores. Neste trabalho, não pretendo identificar os sinais diacríticos dos moradores, nem exploro os processos

demandados pelas atividades da pesca e mariscagem como diacríticos, o que realizo aqui é uma análise a respeito das ideias que permeiam as relações internas deste coletivo buscando confrontar estas com a ação feminina observando como se apresentam as hierarquias nestes processos.

Na configuração das identidades de pescador e marisqueira os termos puramente normativos já estabelecem uma divisão de gênero na realização das atividades. Enquanto norma, a categoria de pescador vem para nomear a figura masculina e a categoria de marisqueira a feminina. Orientada por estas terminologias, a população compreende que os homens possuem papéis diferentes e, portanto, nomações diferenciadas em relação as mulheres e que as identidades a serem reivindicadas por homens e por mulheres são distintas.

Um ponto crucial e que estimula o tema desta pesquisa se encontra na questão que se tornou um nó para os moradores, uma vez que eles não conseguem explicar, mas também não se preocupam em refletir sobre a questão. Os moradores caracterizam a pesca como a atividade realizada no mar e a mariscagem como a atividade realizada na lama, no manguezal incluindo os processos de beneficiamento do marisco e a comercialização.

Assim sendo quem realiza a pesca é pescador/a e quem exerce a mariscagem é marisqueiro/a. Entretanto em entrevistas com moradores da localidade, em uma pergunta mais específica, ao pedi que me explicassem um pouco quem pode se considerar um pescador ou pescadora e quais as atividades exercidas na pesca, a resposta que surgia de imediato enfatiza com muita clareza a existência da divisão de gênero na formação das identidades na pesca e mariscagem.

Não, o pescador porque ele é homem. Ele exercita coisas na maré que tem mulher que não ariscam fazer, como por exemplo, pescar de rede. Tem mulheres, porque é um trabalho muito pesado. Aqui em São Brás só minha irmã, Muri, e uma ou duas mulheres que ariscam a esticar a rede porque é um trabalho bem pesado (CARLA, 32 anos Janeiro de 2015).

Marisqueira é porque é mulher, pescador é porque é homem, a única diferença para mim é essa aí (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Vimos que apenas os homens são denominados de pescador enquanto as mulheres são as marisqueiras. Carla é uma mulher de 32 anos de idade e se declara marisqueira, ela reage numa tentativa de justificar porque a pesca é atividade de homem, para ela a pesca é muito “pesada”, é um trabalho realizado sob muita penúria, que exige força, portanto, para o homem. Embora nas entrevistas que realizei na

comunidade apareçam divergências nas opiniões onde algumas mulheres consideram que há diferenças entre o trabalho da marisqueira e do pescador, enquanto outras não apontam diferenças, o que é interessante notar é que independente do trabalho que exerçam, homens e mulheres são nominadas distintamente, onde fica expresso uma divisão de gênero.

Tuta é moradora da localidade, possui 51 anos de idade e também se afirmar como marisqueira, para ela não existe diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres, como vimos a diferença que ela aponta está relacionada apenas ao termo. No decorrer da pesquisa, nos momentos em que estive com Tuta compreendi que ela possui uma percepção de que tanto homens como mulheres possuem a capacidade de realizar as mesmas atividades (com pouca exceção), mas são nominados distintamente como se a palavra pescador fosse o masculino de marisqueira da mesma forma que a palavra genro é o masculino de nora, por exemplo.

Esta percepção foi notada também em Cristina, pois embora sua opinião se distinga da de Tuta, - que pensa a pescaria e a mariscagem como o mesmo trabalho - afirma que pesca camarão com o esposo e que, portanto, é marisqueira e ele pescador. Para ela a atividade “tem diferença. Porque mariscar você vai para dentro do mangue, para lama, tirar sururu, tirar ostra e para pescar você pesca no mar com a rede dentro da água” (CRISTINA, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Cristina tem 32 anos de idade e começou a exercer a atividade desde seus 8 anos, ela possui sete filhos os quais sustenta da atividade da pesca e mariscagem juntamente com seu esposo que também exerce a função. A trabalhadora considera as diferenças que envolvem o trabalho da pesca e da mariscagem e embora realize a pesca ela é marisqueira por ser mulher.

Como observamos, a compreensão que Carla traz a respeito deste tema segue uma tentativa de explicar a diferença atribuída às identidades reivindicadas por homens e mulheres na área de trabalho da pesca e mariscagem pela força física. Em relação a isso Tuta também defende a força física como um privilégio para os homens na realização do trabalho

Porque a mulher não vai com a rede, não pega chumbo, aí a gente não faz, eu mesmo não aguento de esticar chumbo como eles fazem, então tem a diferença nisso, no pescador e a marisqueira. Que a rede de arrasto sai 4 h da manhã... 4h da manhã não que agente [mulheres] sai 4 h, depender disso não... É esticar o chumbo, é pescar longe, camarão, que Murico até pesca de ressa, mas eu já não sei pescar de ressa (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015)

Embora Tuta defenda que não existe diferença nos trabalhos realizados por homens e mulheres como vimos, a trabalhadora pontua aqui duas exceções que distingue estes trabalhos. Ela também aponta a *força* como um diferencial entre o trabalho de homens e mulheres, a força para pescar de rede - pois tem o chumbo que é pesado; outro quesito apontado é o *pescar longe* da comunidade, pois como veremos no capítulo sobre socialização e agência feminina, a marisqueira mostra o perigo que a mulher está exposta ao ir pescar sozinha em lugares longe da comunidade, pois ela pode ser surpreendida por homens que possam lhes atacar.

A concepção de que a atividade pesqueira é uma condição essencialmente masculina é um dos maiores entraves para uma maior articulação e mobilização das mulheres neste quesito. Elas próprias referem à atividade de pesca como “algo difícil”. “trabalho pesado pra homem mesmo, que é quem tem força”. Ou seja, a invisibilidade do trabalho feminino e do esforço que ele requer embaça a percepção que as mulheres têm delas mesmas (MAIA, 2013, pg. 37).

Contudo o argumento da força para diferenciar a participação de homens e mulheres nas atividades da pesca não se sustenta na medida em que mulheres da comunidade também são fisicamente capazes de realizar as referidas atividades, como é o caso de “Murico”. “Tem Lúcia, tem Anizia, tem Tuta minha irmã (Maria da Paixão), todas moram aqui, as duas chegaram da maré nestante” (MURI, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015). Além destes nomes que surgem na comunidade podemos identificar outras mulheres que trabalham intercalando a pesca e a mariscagem, como é o caso de Cristina e outras mulheres que trabalham com os maridos ou filhos.

A referência feita à força como explicação para se excluir a mulher da pesca, não se sustenta, soa contraditório. Referem-se à força para realizar tarefas tais como puxar rede, manejo de embarcação, força para manusear o leme ou remo (principalmente quando se rema contra o mar), para colher os munzuás (material utilizado na captura de siri), dentre outras.

A contradição no argumento de força entre os moradores está não apenas no fato de existirem mulheres que também realizam a atividade da pesca e executam todas estas tarefas com desempenho.

**FIGURA 2: Mulher exercendo atividade que requer força física no trabalho da pesca**



Fonte: Jesus, 2015

Na **Figura 2**, Cristiane controla uma canoa de fibra motorizada de aproximadamente seis metros de comprimento, apenas com o auxílio de um remo. Sabe-se que este tipo e tamanho de canoa são intensamente pesados para ser manejado por um remo, entretanto a marisqueira desempenha esta função com muita habilidade. A foto foi tirada na tarde do dia 12 de janeiro de 2012 em uma pesquisa anterior a esta, a trabalhadora possuía 37 anos de idade. Hoje Cristiane se encontra com 37 anos, tem uma personalidade marcante, decidida e é bastante simpática.

Ela é muito comunicativa e batalhadora, possui uma filha sobre a qual mantém atitudes muito firmes, é ela quem possui o domínio em relação a casa e a família. Pesca com o esposo, trabalha em casa cuidando dos afazeres domésticos e ainda cuida do beneficiamento do pescado do qual é responsável pela venda. A figura mostra o momento em que ela e eu fomos trabalhar no manguezal e quando estávamos nos aproximando do mangue, ela desligou o motor da canoa e começou a remar para a lama.

O motor foi desligado, pois como nos aproximamos da lama a hélice do motor poderia ser danificada e até quebrar se em funcionamento colidisse com a lama ou até pedra escondida entre a lama. Posicionada na *popa* da canoa, com as mãos e com o

auxílio de um remo ela movimentava a embarcação, com a perna esquerda apoia o corpo, enquanto a perna direita é utilizada para o apoio do corpo, mas principalmente para a condução do leme que vai direcionar a canoa.

A mulher não é sexo frágil, a mulher não é frágil nem tão pouco delicada, vamos dizer, a mulher que luta com a maré ela é igual ao homem, ela pode fazer o mesmo trabalho, é o mesmo sacrifício de acordar cedo, de ir pra maré, de catar seus próprios mariscos, de procurar alguém pra vender, até porque é seu próprio ganho, sua... é você ter sua renda própria o invés de ficar esperando o marido fazer, ela mesmo corre atrás pra fazer (CARLA, janeiro de 2015).

Aqui vimos uma contradição do argumento da força, mas a contradição está também na atividade que “compete” à mulher, ou seja, na mariscagem, pois nos processos da mariscagem as tarefas são tão ou mais *puxadas* do que as da pesca. Ao realizar a mariscagem, as mulheres de São Braz precisam percorrer uma longa distância de suas residências até o local de trabalho por dentro do manguezal e, portanto, muitas vezes também precisam usar embarcação, o que exige habilidade e força para o manuseio das mesmas e elas conseguem executar com precisão e eficiência.

As hierarquias são estabelecidas no processo de identidade, ao separar o a) *pescador*, b) *marisqueira*, c) *caranguejeiro*. As hierarquias são delimitadas a partir do momento em que surgem as características das identidades constituídas, o que mostra que as mulheres vão assumir a identidade cujas atividades que a caracteriza são inferiorizadas. O que bem ilustra Grossi (2004) ao remeter ao trabalho de Álvaro Pereira sobre o homem na enfermagem, onde, mesmo havendo mil enfermeiras num hospital e apenas um enfermeiro, este um enfermeiro ocupava o cargo de chefia.

Embora alguns moradores identifiquem algumas mulheres como pescadoras, no decorrer da pesquisa especialmente nos diálogos pude constatar que suas colocações vão reforçando ainda mais a representação que possuem a respeito das identidades diferenciadas, mostrando de forma mais forte como tais identidades são configuradas a partir da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres na comunidade. Os moradores utilizam os termos que nomeiam os pescadores e as marisqueiras, entretanto, a utilização dos termos não condiz com a definição e representação que eles possuem do próprio termo, representação esta que é comum entre a coletividade.

Nos diálogos que mantive com Carla, dentre os quais um ocorreu em sua residência, pude perceber mais uma vez o problema que gira em torno do uso do termo pescador e marisqueira e da representação que possuem destas categorias. A experiência

de Carla é importante para pensarmos a agência feminina na comunidade. Suas contribuições aparecem com mais intensidade no próximo capítulo ao pensarmos a agência feminina a partir da inserção das mulheres nos movimentos políticos. Atualmente ela ocupa o cargo de coordenadora administrativa da associação quilombola e a partir desta posição compõe o Movimento das pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP). A postura séria esconde a simpatia e amabilidade que forma a personalidade da marisqueira, mas que só aparece mediante um contato mais aproximado com a mesma. É aparentemente tímida, mas logo busca vencer a timidez com uma postura comunicativa adotada pela responsabilidade que possui na comunidade enquanto coordenadora da associação quilombola, em seu cotidiano se apresenta como uma mulher brincalhona e decidida.

Era o oitavo dia do ano de 2015, dias que se sucediam o *réveillon*, as ruas estavam calmas, nas portas das casas não encontramos as pessoas sentadas produzindo palitos para churrasco ou beneficiando o pescado como de costume, exceto um jovem que fazia palitos na varanda da casa de sua mãe com o objetivo apenas de ajudá-la. Os pescadores não estavam nas ruas costurando suas redes ou se movimentando para ir ou chegando da pesca ou mariscagem. O dia chuvoso culminou com o fim do feriado, o que ocasionou a pouca movimentação dos moradores em atividades laborais.

Fui à comunidade com duas pessoas amigas da mesma universidade, que me acompanhavam na pesquisa naquele dia. Fomos num transporte que faz linha de Santo Amaro para a comunidade. Pela manhã, aproveitamos para conversar com alguns moradores. Uma das pessoas que me acompanhava também faz parte do Grupo MITO e possui um vínculo de pesquisa com a comunidade, embora ela esteja atualmente pesquisando mais frequentemente um grupo quilombola vizinho.

Na casa de uma das lideranças local, ao chegarmos, a moradora ficou feliz em nos ver em sua casa, estava cheia de novidade para nos contar e questionar. Neste dia ela não permitiu que eu ligasse o gravador de voz, tinha muita crítica sobre alguns problemas envolvendo a comunidade e buscava mesmo, uma forma de desabafar. Não a inibiu o fato de estar comigo um amigo que para ela era desconhecido, falava incessantemente de questões da comunidade, da associação quilombola, do movimento de pescadores que fazia parte, de questões pessoais e de trabalho. Ela aproveitou nossa permanência na casa para vender roupas também, pois estava comercializando roupas para implementar a renda da família.

Conversamos com ela e saímos pelas ruas, queria cumprimentar as pessoas e que percebessem que eu estava sempre presente entre eles, não queria que nosso vínculo fosse esquecido. O dia não saiu bem como planejei, pois, a chuva me impediu de encontrar as pessoas nas ruas como de costume.

Ainda assim, à tarde eu estava ali, debaixo de chuva, tentando descobrir onde era a casa de Carla. A chuva não parava e, quando finalmente acreditávamos que chegamos ao local onde iríamos encontrá-la, sua mãe nos mandou para outra rua, onde seria a nova moradia dela, pois havia casado e foi morar com o marido.

Finalmente encontramos a residência de Carla. Ela se define como uma marisqueira quilombola, mas não estava realizando a atividade naqueles dias, devido ao seu casamento que realizou e à mudança de residência, ainda estava reorganizando sua vida. Em sua casa nova, Carla nos mostrou entusiasmada os cômodos da moradia e como tinha sido tudo decorado com muito amor.

Ela se dispôs a conversar sobre o tema de minha pesquisa como havia combinado mais cedo pela manhã, quando a vi na rua indo para a sede do município onde a população resolve questões como pagamento de contas, internet, compras, processos judiciais, etc..Como já mencionado, foi dialogando com Carla a respeito da representação que ela possui de pescador, ou seja, quem é o pescador, que ela com muito entusiasmo e segurança esclarece que “o pescador ele conhece a hora de maré, no caso quando ela tá vazando, ela tá enchendo, os ritmos que a maré faz, quando tá na preamar, na baixamar, várias coisas.”(CARLA,32anos, janeiro, 2015).

Observa-se no discurso de Carla, assim como nos de vários moradores locais, como vimos também o de Cristina que a atividade da pesca está inteiramente interligada com o ambiente do mar, enquanto a mariscagem com o da lama. “A pesca em si, na minha concepção, a pesca você vai pescar o camarão, o peixe e as outras coisas que vem de arrasto, que se arrasta” (Carla, Janeiro, 2015).

A pesca é, portanto, realizada com apetrechos, dentro da água do mar, embarcado e, portanto, exige conhecimentos a respeito do movimento da maré. “E a marisqueira é a que tá dentro do mangue. Ela conhece o mangue todo, na minha concepção”(Carla, Janeiro de 2015). A mariscagem, por sua vez, se caracteriza por ser uma atividade exercida dentro do manguezal ou no beneficiamento de mariscos.

Em uma reflexão a respeito das intervenções do Estado em comunidades tradicionais do Recôncavo da Bahia, Luciene Assunção da Silva (2010) se remete a uma análise feita por Ellen Woortmann (1992) numa tentativa de separarem três os locais de

atividade da pesca e mariscagem, sendo que “no *mar de fora*, os homens são os principais responsáveis, já o *mar de dentro*, fica reservado ao masculino e feminino, enquanto que a *praia*, onde se encontra os mangues e manguezais é reservado às mulheres e as crianças” (pg. 2).

Com isso a autora separa muito rigidamente os espaços explorados por homens e mulheres sem que seja apresentada nenhuma restrição. A autora apresenta o espaço da *praia* como uma área onde ficam os mangues e manguezal, entretanto a caracterização não pode ser feita de tal forma uma vez que a praia e o manguezal são áreas completamente distintas. Se por um lado a *praia* é uma área coberta de areia que fica na beira do mar, por outro lado, o manguezal é uma área formada por mangues de diversas espécies e coberta por lama, localizada próxima a rios ou mares.

Apesar de no território do Recôncavo da Bahia em questão, a agência feminina ser majoritariamente voltada para as atividades dentro do manguezal e a masculina voltada para a pesca no mar ou rio, não se pode deixar de pontuar a existência de uma agência feminina voltada para a pesca como também a existência de homens que tiram o sustento do manguezal.

Ainda em sua reflexão, Silva (2010, p. 02) traz as considerações de Nancy Chodorow e Sherry Ortner, considerações estas feitas na década de 70, para pontuar que na relação de gênero “as mulheres se ocupam de atividades que requerem menor planejamento, ao mesmo tempo em que não as afastam dos domicílios e cuidados com os filhos”. O trabalho no manguezal, em muitos casos – o que não significa dizer que em todos os locais - durante centenas de anos, era realizado por populações tradicionais quase que no fundo dos quintais das residências.

Isso ocorria pelo fato de que estas populações se estabeleciam próximo as áreas de pesca e de mariscagem, ou por situações de estratégia de sobrevivência ou pela expropriação sofrida pelos grandes latifundiários que se apossavam destas áreas. Desta forma, as mulheres não precisavam se deslocar de seus espaços domésticos para irem tão longe realizar a atividade. Daí mais um motivo para a atividade dentro do manguezal ser uma atribuição das mulheres já que precisavam cuidar da casa e das crianças.

Como tem sido uma marca das sociedades ocidentais, as atividades realizadas por homens são em grande medida concentradas fora dos lares, enquanto as atividades realizadas nos espaços familiares são vistas como atividades não remuneradas e, portanto, atividades para as mulheres, e especificamente às mulheres negras.

Entretanto, com o passar do tempo, por diversos fatores (desgaste, poluição, dentre outros), o manguezal foi sendo cada vez mais depredado, restando apenas os manguezais mais longínquos e, por isso, as mulheres precisam se deslocar cada vez mais longe para realizar a mariscagem. A comercialização, um dos processos da cadeia produtiva da pesca e mariscagem que é de maior atribuição feminina, pode ser observada sua realização cada vez mais fora dos espaços domésticos.

A subordinação das mulheres nos espaços de trabalho sempre se constituiu como uma forte marca da ideologia patriarcal e ao acusar a divisão sexual do trabalho as feministas brancas buscam inserção no mercado de trabalho, entretanto:

Feministas negras como Lelia González e Luiza Bairros perceberam também que a liberação aparente de feministas brancas era relacionada à subordinação continuada de mulheres negras: o serviço doméstico das negras nas casas de famílias brancas, permitiu às mulheres brancas entrar cada vez mais na força de trabalho (KIA LILLY CALDWELL, 2000, pg. 10).

Mas o movimento feminista como acusa Gonzalez (*apud* CALDWELL, 2000), ignorava e, sobretudo não refletia a respeito da exploração sexual das mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas. Se por um lado há tradicionalmente a valorização do trabalho realizado pelo homem, por outro, ainda que a mulher realize de igual modo os trabalhos fora dos lares, impera uma invisibilização destes trabalhos. Na maioria das vezes ao retornar de uma jornada de trabalho realizada fora, cabem ainda a estas mulheres os afazeres domésticos.

Ao abordarmos a situação da mulher na pesca artesanal e mariscagem, percebermos que, “a mulher trabalha muito mais do que o homem, sem contar com o trabalho da casa que quando agente chega ainda vai lavar roupa, depois ainda vai fazer comida, depois sentar, catar” (TUTA, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015). A fala de Tuta está refletindo a respeito da trabalhadora da pesca, onde os trabalhos realizados pelas mulheres são múltiplos em relação aos realizados pelos homens, “por isso que o trabalho pra mulher é mais, porque o homem ele vai e ele chega em casa e pode até descansar. E a mulher não, a mulher ainda vai cuidar das coisas de casa, ainda vai cuidar de filhos” (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015). Grande parte das mulheres exerce as mesmas atividades que os homens, mas ainda são responsabilizadas pelos afazeres de casa.

Eu acho assim, que o homem trabalha, mas não é igual a mulher. A mulher ta sempre mais acima do homem, porque agente chega, né. Agente chega cozinha o marisco... Ele chega traz o marisco deixa aí dentro de casa, não vai

catar, tomou o banho dele, comeu, vai para a rua, quem termina de fazer é a mulher, então tem a diferença. A mulher ta sempre acima do homem, embora num ganhe mais, menos valorizada, mas a mulher trabalha muito mais do que o homem, sem contar com o trabalho da casa que quando agente chega ainda vai lavar roupa, depois ainda vai fazer comida, depois sentar, catar. Eu mesmo já catei a ostra o marisco de ontem, mas não catei o siri porque... Há, deixa o siri aí porque meus dedos já estavam doendo, guardei um pouco o siri, porque corda que estica demais arrebenta, então deixa aí, não tem precisão de eu ta na correria, então peguei e guardei, mas o sururu e a ostra já foi catado. E homem não faz isso, deve ta onde? Aí, chegou meu irmão, que tava aqui bebendo... Eles tudo já foi pescar, mas não terminou em casa, quem terminou em casa foi quem? Foi a mulher, catou o siri, a outra, tratou o peixe, eles já estão tomando cerveja na rua.... Não tem diferença? (Maria da Paixão, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015).

Percebe-se, nas entrevistas, que há o reconhecimento da maior demanda de trabalho para as mulheres, e uma consciência por parte destas mulheres de que seus trabalhos não são valorizados.

Minha mãe morava praticamente na maré. Ela ia de manhã, ferventava o seu siri, ferventava o marisco todo de tarde quando chegava, aí ia carregar água, ia lavar roupa, ia fazer não sei o quê, aí aquele marisco daquele dia já ficava pra o outro dia. No outro dia, cedo ela ia pegar água aqui na fonte pra encher as coisas de dentro de casa de novo, sentava pra catar, quando terminava de catar ela ia de novo pra maré (CARLA, 32 anos, Janeiro de 2015).

Carla recorda como sua mãe desde tempos mais antigos já tinha uma vida agitada e de grandes responsabilidades. Ela mostra como a mãe tirava o sustento da casa nas atividades da maré, de onde ela fazia a captura do marisco e ela mesma beneficiava em um constante ciclo que envolvia os afazeres de casa e as atividades da maré. “É um trabalho que muitas vezes não é valorizado e você vende, você compra o balde, você vai ferventar, você vai catar e quando você acha um comprador, o comprador acha que tá caro” (CARLA, 32 anos, Janeiro de 2015).

Percebe-se um acúmulo de trabalho tanto para as mulheres das gerações passadas como ainda na geração da contemporaneidade. Embora o beneficiamento seja fundamental para a valorização do pescado, o fato deste processo ser realizado por mulheres, o valor oferecido pelo produto fruto do trabalho das mulheres pescadoras e marisqueiras é inferior ao tempo de trabalho por elas dedicado à realização do mesmo.

Fassarella (2008) relembra como os dados de pesquisas sobre o tema mostram uma conciliação de tarefas domésticas e atividades profissionais tanto na pesca como fora deste âmbito. Ela salienta que

Além do trabalho profissional, a mulher se divide no dia a dia entre atividades de casa, de cuidados dos filhos, quintal e animais, tarefas que

merecem destaque pelo grau de importância que têm para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo (pg. 175).

A invisibilidade destes trabalhos ocorre pelo fato de não serem remunerados. Mas e o trabalho da mariscagem, por que não tem valor social se gera renda para as famílias? A autora mostra que quando a profissão é realizada na própria residência esta é considerada como “bico”, o que atinge as mulheres uma vez que estas são responsabilizadas pelo processamento dos mariscos e pescados, tarefas realizadas principalmente nas residências. Assim sendo a baixa remuneração dos trabalhos femininos está relacionada também com o encargo doméstico atribuído ao processo de beneficiamento. (FASSARELLA, 2008).

A defesa feita pela autora é de que uma vez que o processamento é feito para fim de comercialização, o fato de o manuseio e preparo de crustáceos, peixes e moluscos serem feitos em casa não descaracteriza a atividade. “Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família” (FASSARELLA, 2008, pg. 189).

Como bem pontua Fassarella, é o fato de as mulheres se responsabilizarem pelo lar e todas as suas demandas, que permite ao pescador concentrar sua preocupação na pesca, o que lhe possibilita uma maior capacidade para suportar o desgaste físico-emocional que a atividade provoca, neste contexto a importância do trabalho da mulher é crucial, mas é visto como ajuda.

Outro aspecto que sustenta a desvalorização do trabalho da mulher no âmbito da pesca e especialmente na mariscagem é o fato de que o trabalho da mariscagem é visto como algo desordenado. Entretanto da forma como está colocado por Silva (op.cit.), se sustenta uma idéia de que a atividade da mariscagem requer menor planejamento do que a pesca, o que não pode ser afirmado, uma vez que a mariscagem é uma atividade onde as marisqueiras precisam planejar com antecedência cada passo do trabalho. Elas planejam com quem irão ao trabalho ou se o realizará sozinhas (o que é muito difícil de ocorrer), refletem inclusive a respeito do risco que correm ao optar por estarem só realizando tal atividade dentro do manguezal;

Planejam qual marisco irá capturar no dia de trabalho, embora durante a captura elas levem para casa todos que consigam apanhar. Entretanto, antes de saírem de suas casas precisam planejar para que saibam qual tipo de recipiente devem levar para

melhor armazenar o marisco. Podem levar para o mangue sacos, baldes plásticos, *colfo* (espécie de recipiente artesanal confeccionada a base de cipó), latas, etc.

Precisam saber também se levarão ferramentas básicas, pois se forem tirar ostra precisarão de um facão ou ferro, se forem retirar sururu precisarão de um gancho de ferro (para as que preferem utilizar a ferramenta ao invés dos dedos), se forem capturar aratu precisarão de uma linha de nylon com um pequenino anzol, dentre outras habilidades que precisam ser levadas em consideração no momento do planejamento;

É preciso planejar o horário de saída para o manguezal como também o horário de saída do manguezal para casa e, para tanto se leva em conta o horário da maré. O horário de saída para o trabalho precisa considerar se irá com embarcação ou a pé, se a área é perto ou longe da comunidade, pois estes detalhes influenciam diretamente no horário de saída;

Em tempo de chuva planejam ir para o mangue e estarem em suas casas antes da trovoadas ou irem após a trovoadas. Em casa na volta do manguezal ainda continua o planejamento, devem planejar o beneficiamento e ainda a venda, se cozinham o marisco no mesmo dia ou no dia seguinte, se *cata* e vende imediatamente ou se armazena, se vende em casa, na feira, na venda, no restaurante. Se decidirem vender na feira, precisam planejar que horas irão, em que transporte, onde levarão o produto, se em sacos de meio quilo, de um quilo ou duzentos e cinquenta gramas (pensando no consumidor, com isso visam a possibilidade de vender mais rápido as porções), se ficam na feira o dia todo ou apenas pela manhã (depende do produto e da quantidade de gelo que tiverem levado para a feira). São inúmeros os planejamentos que requerem a atividade na mariscagem.

Em relação a definição das atividades, a partir do discurso, os moradores mostram a representação que tem da pesca como a atividade realizada no mar e a mariscagem como a atividade realizada no manguezal. Quem realiza atividades no mar, realiza a pesca, ou seja, é pescador/pescadora; quem realiza atividades dentro do manguezal, ou participa do beneficiamento dos mariscos está exercendo a mariscagem e, portanto, é marisqueira/marisqueiro.

Entretanto, as representações começam a se confundir na medida em que aprofundamos a reflexão sobre as categorias ou identidades estabelecidas, pois embora haja uma referência à mulher pescadora e ao homem marisqueiro, tal referência aparece apenas quando os moradores enumeram as categorias existentes na comunidade.

“Tem pescador, tem a marisqueira, tem o marisqueiro e tem a pescadora também (...) ainda tem o caranguejeiro” (Carla, Janeiro, 2015).

**FIGURA 3: Processo da pesca sendo realizado por mulher**



Fonte: Jesus, 2015

**FIGURA 4:** Processo da pesca sendo realizado por homem



Fonte: Jesus, 2015

A **Figura 3** e **4** mostram os processos da pesca sendo executados por homem e mulher, na primeira imagem, uma mulher pescando siri assim como na segunda imagem um homem realiza a mesma tarefa. A foto foi tirada no ato da atividade, que ocorreu bem cedo pela manhã, horário que é realizado a pesca. A imagem escura das fotos é pelo fato das imagens terem sido capturadas na madrugada. A primeira figura mostra a agência feminina na pesca, a imagem foi capturada na alvorada, aproximadamente cinco da manhã, momento em que a pescadora atuava na atividade.

Em suas mãos um remo o qual utiliza para movimentar a canoa e, sua posição na *proa* da embarcação mostra claramente que o utiliza também para governar, controlar a canoa. À sua frente o material utilizado na atividade, *munzuá*, utilizado na pesca do siri.

A figura 4 mostra a atividade sendo realizada pelo homem e ocorreu por volta das quatro horas da manhã. A diferença nos horários de realização da atividade nestes dois casos é pelo fato de representarem dias diferentes e, portanto, maré diferente.

Veremos no capítulo 3 que os dias de trabalho divergem de acordo com a maré (maré grande e maré pequena) que é diretamente influenciada pelas fases da lua. Outra influência no horário diz respeito ao local onde se pesca, se o local de pesca corresponder a uma área nas proximidades, como é o caso da figura 3, a atividade pode ser realizada um pouco mais tarde, pois ao contrário das realizadas em lugares mais distantes, não correm o risco de terem os apetrechos roubados.

É evidente a agência feminina na pesca, mas como vimos, mesmo estas mulheres que realizam atividades dentro da maré, atividades com redes, elas são denominadas marisqueiras “*mesmo que ela pesque ela é marisqueira*” (CARLA, 32 anos, janeiro de 2015). “Sou marisqueira, porque as vezes eu vou mais ele [o esposo] assim, quando eu não quero ir para a maré eu vou mais ele pescar. Puxo rede mais ele, dismalho camarão, colho a rede, sou marisqueira. Eu comecei a mariscar com 8 anos de idade” (CRISTINA, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Aqui percebemos que na comunidade referida a mulher ao participar de qualquer processo da cadeia produtiva da pesca ou mariscagem ela é sempre a marisqueira. Embora na definição dos moradores esteja explícito que quem exerce a pesca (no mar) é pescador/a, as mulheres que se enquadrem neste processo não são denominadas pescadoras.

Em seu trabalho sobre o papel do idoso na construção da memória social e sua relevância nos processos políticos identitários na comunidade de São Braz, Maria das Candeias (2013) faz uma breve análise a respeito da classificação dos trabalhadores nesta área de pesca. De acordo com a análise feita pela autora

Nos trabalhos realizados na maré, tanto nas gerações passadas como no presente, havia certa flexibilidade na divisão social do trabalho. No entanto, esta flexibilidade não é refletida nas categorias utilizadas quando as pessoas vão rememorar a trajetória de seus pais e descrever suas identidades de trabalho no presente. Assim, na maioria das vezes o homem é lembrado e classificado como pescador e a mulher como “mariscadeira”. Neste sentido, mesmo havendo uma maior predominância dos homens na atividade da pesca e as mulheres na coleta e catação de mariscos, e a atividade de pescador ser referida ao homem e de marisqueiras a mulher, já nas gerações passadas, homens e mulheres pescaram e mariscaram conjuntamente. A denominação pescadores e marisqueiras ou mariscadeiras predomina principalmente enquanto uma forma de classificação (CANDEIAS, 2013, pg. 79).

Há uma constatação de que há mulheres que pescam e homens que mariscam, no entanto, as classificações são empregadas distintamente conforme o sexo de cada trabalhador/a, no discurso de Cristina, vimos que ela trabalha com seu esposo na pesca

do camarão, no mar, com rede, onde ela puxa a rede e retira o camarão das malhas (*dismalha*) para pôr no balde, portanto seguindo a definição dos moradores do que é a pescadora, Cristina está enquadrada nesta definição e seria uma pescadora. Observando o próprio discurso da trabalhadora, notamos que está se identifica como marisqueira. Por outro lado, ainda que os homens realizem a mariscagem eles são reconhecidos como pescadores, fato que também contradiz a definição apresentada pelos moradores.

Ele [esposo] é pescador. A diferença é que os homens gostam mais de pescar do que mariscar, mas ele também marisca, ele faz os dois, mas ele pesca mais do que marisca. Ele só vai para o mangue quando a pescaria ta fraca, quando não ta dando camarão aí ele vai para o mangue mariscar, mas quando ta dando camarão aí ele pesca. (CRISTINA, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

O esposo de Cristina realiza a atividade no mar, assim como ela (ou melhor, eles praticam juntos) também exerce atividades dentro do manguezal, mas notamos que a ele é designado a identidade de pescador. Percebe-se, então, uma caracterização diferenciada a partir das identidades reivindicadas, distinção a partir das definições empregadas nas categorias estabelecidas, onde tais definições não condizem com a prática ou realidade dos agentes locais. Uma distinção que está ligada a uma relação de gênero, onde se delimitam hierarquias nos processos das atividades. As identidades não estão ligadas as habilidades existentes nos moradores, mas às agências de gênero estabelecidas a partir da socialização de gênero.

A definição apresentada pelos moradores do que é a pesca e a mariscagem aparece num primeiro diálogo com o coletivo. Em um bate-papo mais aprofundando passamos a perceber que os moradores reconhecem a existência da mulher na atividade da pesca, assim como reconhecem a existência do homem realizando atividades de mariscagem, entretanto consideram que independente da atividade realizada as mulheres têm a identidade de marisqueira, enquanto ao homem “não se utiliza essas palavras assim, marisqueiro... Não se utiliza, ele diz que marisca: ‘— eu marisco’, mas é o pescador” (CARLA, 2015).

As identidades são sempre diferenciadas, e são diferenciadas pela agência de gênero estabelecida, pois não há atividades que apenas os homens conseguem fazer nem atividades que só mulheres conseguem, “*porque homem também pesca a mesma coisa que agente pesca: siri, ostra, caranguejo, tudo igual, então pronto, só há diferença no nome pescador e marisqueira*” (TUTA, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015).

O que ocorre é que a partir da socialização de gênero que se perpetua na comunidade, as representações são moldadas desfavorecendo uma participação mais ativa das mulheres no que seria as atividades do mar (a pesca) e direcionando a ação feminina para as atividades da mariscagem.

Embora os moradores distingam entre duas identidades específicas, mostram que tanto o homem quanto a mulher conseguem realizar as mesmas atividades, ou ao menos pontuam mulheres que as realizem tão bem quanto o homem, ou homens que as exerçam tão bem quanto a mulher. Por não saber exatamente o que distingue uma identidade da outra, ao serem questionados, eles se utilizam de respostas curtas e sem muita reflexão como “*pesca é mais para homem*”.

**FIGURA 5: Processo da mariscagem sendo realizado por mulher (catando siri)**



Fonte: Jesus, 2015

**FIGURA 6: Processo da mariscagem sendo realizado por homem (Catando ostra).**



Fonte: Junior Calazans, 2015

Nas **Figuras 5 e 6**, mulher e homem realizam atividades que caracterizam a mariscagem, uma vez que se trata de beneficiamento do marisco, siri na primeira imagem e ostra na segunda. As fotos foram tiradas no mesmo local, já que os mariscos foram beneficiados na mesma área, mas em dias diferentes. Assim sendo, nos termos da representação da definição que os moradores têm a respeito das atividades, estas são atividades de marisqueira e marisqueiro e, portanto, estaríamos diante da imagem da marisqueira e marisqueiro respectivamente.

Mas o que se percebe é que o coletivo possui representações diferenciadas a respeito do que são as atividades laborais de pesca e mariscagem e do que são as identidades de pescador e marisqueira. Embora estejam intimamente relacionadas, não são as mesmas representações.

A agência feminina na pesca são casos emblemáticos como Flordinice, conhecida por todos como Muri. Conheci Muri em um encontro casual, no momento em que eu passava pela frente de sua casa. Já tinha visto Muri nas primeiras estadias na comunidade, além do mais estamos falando de uma figura muito popular entre os

moradores e os pesquisadores que ali vão e estamos falando de uma mulher que protagoniza parte deste trabalho.

Indo para o porto principal da comunidade com o intuito de encontrar alguém realizando a atividade, no caminho do porto me deparei com uma casa aberta e uns baldes cheios de *ostras* cruas ainda em suas conchas em cima de um banco improvisado de madeira na frente de uma casa. Parei para fotografar e resolvi chamar a atenção das pessoas que estavam no interior da residência com o intuito de conversar com a pescadora que coletou as ostras.

Foi neste momento que encontrei Muri. Não a reconheci, entretanto, ela se lembrou de mim como uma das pesquisadoras do grupo que há algum tempo estuda na comunidade (MITO).

Muri é uma mulher de 61 anos de idade, sua história de vida e a forma como ela transita entre as identidades de pescadora e marisqueira, no que se refere ao processo de trabalho da pesca e mariscagem é demasiadamente interessante, o que estimulou a criação de um capítulo para refletir sobre a socialização de gênero e a agência feminina na pesca e mariscagem, a partir da experiência de Muri, o que veremos mais adiante, no capítulo 3.

Muri é uma das poucas mulheres na comunidade que evoca e lhe é atribuída a identidade de pescadora. Ela não atribui papéis diferenciados para homens e mulheres na atividade da pesca, para ela homens e mulheres realizam as mesmas atividades na maré. Ela vai além ao observar que as mulheres trabalham mais que os homens, haja vista existem homens que só vão pescar e se acomodam, não fazem mais nenhum tipo de atividade, por outro lado as mulheres fazem de tudo, vão para a maré pescar e ainda vão para o manguezal.

Ela considera que, para ser pescadora ou pescador, não tem que realizar apenas atividades no mar, é preciso saber mariscar. “Para ser pescador tem que mariscar também, tirar ostra, tirar sururu, o siri” (Muri, pescadora, 25 de janeiro de 2015). Ela realiza atividades na pesca (mar) e na mariscagem (manguezal), e tudo está traduzido como atividades da maré. Na pesca, Muri executa as mesmas atividades que os homens como

Puxar a rede, jogar a rede dentro da água de novo, puxar de novo, tirar os camarão do lixo, jogar o lixo fora, botar o camarão lá no balde e trazer para cá.. Peixe agente bota em um balde e o camarão no outro, depois vem para casa, leva para a porta da venda, chega as pessoas compram e depois divide o

dinheiro e cada qual pega a sua parte, o dono da rede divide uma parte para cada (MURI, pescadora, 25 de janeiro de 2015).

A pescadora não apresenta grandes preocupações com as categorias que lhes são atribuídas, mas como ela realiza todos os processos referentes a pesca e também à mariscagem, por realizar as mesmas atividades que os homens e ainda outras mais, ela não aceita ter um tratamento diferenciado dos homens, não aceita que seu trabalho seja inferiorizado, desvalorizado. Não aceita ser tratada como diferente num grupo de homens onde tem apenas ela de mulher. Exige ser tratada como igual e ser considerada como uma pescadora já que é assim que eles são tratados.

Nota-se não apenas na visão das mulheres marisqueiras como também na visão das que pescam e mariscam a noção de que a mulher para ser pescadora deve ser uma pessoa forte e determinada. “elas são retadas na maré, Goró até de ressa pesca, sabe o que é ressa? Aquela rede de nylon que pega camarão” (MURI, pescadora, 25 de janeiro de 2015).

Tal representação atribuída à mulher pescadora está relacionada ao fato de que consideram a pesca como uma atividade de atribuição masculina e, portanto, as mulheres que realizam tal atividade são sempre masculinizadas. São consideradas mulheres “*retadas*”, fortes, corajosas ou másculas. A fala de Adilma também mostra a pesca como algo de atribuição masculina. Adilma é filha de Muri, ela tem 37 anos de idade, é marisqueira e mora com seu companheiro na comunidade. Ao perguntar se ela já realizou a pesca, ela externa a falta de interesse em fazê-la: “eu nunca fui não, porque é mais coisa de homem, este trabalho é mais para homem (...) a maioria das mulheres não faz este trabalho”. E a reação de Muri diante da declaração da filha mostra a existência da masculinização destas mulheres na pesca quando ela diz logo em seguida: “ela me considera um homem”.

Muri é considerada por muitos como pescadora por realizar atividades ditas de homem e reivindica tal identidade pelo mesmo motivo. Diante da representação que permeia o imaginário da população de São Braz onde a mulher para ser pescadora tem que ser “*retada*”, Muri é masculinizada.

Ela mora só, é aparentemente séria e agressiva, quando ao usar sua voz de timbre agudo e tom áspero, expressa o que pensa sem ter medo de represálias, bebe muito nos bares principalmente na companhia de homens, fala muitos palavrões, mantém os cabelos curtos, se interessa por futebol dentre outras coisas. Tais aspectos nos levam à reflexão sobre a construção da masculinidade a partir da atividade, e aqui

atentamos para uma atividade mais relacionada à agressividade na construção do masculino.

Alguns rituais de construção da masculinidade mostram que é, principalmente, no corpo que se constroem as diferenças simbólicas de gênero (GROSSI, 2004, p. 7). Na cultura ocidental, a masculinidade é construída pela violência. Na sociedade Kaxinawá, por exemplo, uma população indígena amazônica “os meninos precisam aprender a ser fortes e violentos, às vezes têm que aprender a ser matadores” (MCCALLUM, 1999, pg. 16). A violência marca, portanto uma agência masculina construída para diferenciar os corpos masculinos do feminino que por outro lado é caracterizado pela delicadeza e submissão.

Na comunidade tradicional de São Braz também encontramos tal percepção. Muri tem um gênio forte e não aceita ganhar menos que um homem. Ela trabalha “de igual por igual” e, portanto, tudo deve ser dividido “de igual por igual”, inclusive o lucro da venda do pescado. Assim sendo, o dono da rede “divide no meio. Uma parte para cinco moços e uma parte para ele e a rede. 50% para ele e a rede e 50% para os quatro moços comigo”.

O grupo é composto por seis homens (*moços*), dentre eles o dono da rede. O dono da rede tem direito a 50% dos lucros por ser ele quem possibilita a realização da atividade, já que sem a rede não seria possível realizar a pesca específica. Os outros cinco participantes dividem em partes iguais os outros 50% dos lucros.

O interessante é que o grupo é formado apenas por homens, entretanto quando um dos *moços* não pode comparecer, Muri é chamada para compor a equipe, ou seja, uma mulher é chamada para desempenhar o mesmo papel exercido por um homem, o que mostra a consciência de que há na mulher a mesma capacidade de realizar trabalhos ditos de homem, o que mostra a consciência de que há na mulher a mesma capacidade de realizar trabalhos ditos de homem. Todavia, ela só é convidada quando um homem se ausenta, ela é uma espécie de pescador reserva, assim como há jogadores reserva no futebol. Contudo não há um reconhecimento do trabalho de Muri mesmo quando esta realiza um trabalho dito masculino. Na pesca os trabalhos da mulher é nitidamente invisibilizado, pois as atividades com rede são exercidas majoritariamente por homens e vista como atividade exclusiva dos homens.

A área da pesca é que pescaria é mais lado homem, as mulheres normalmente não pescam de rede, certo. As mulheres pescam mais de munzuá, que é o sirí, né. Aqui elas não pescam caranguejo, apenas os homens (...), então a

marisqueira entra nesta área, de marisco, crustáceo que elas normalmente pegam, ostra sururu que é diferente da pesca de rede que elas normalmente não vão, não pescam (ITO, pescador, 37 anos, fevereiro de 2015).

Adailton ou Ito é um pescador muito carismático, conhecido como Ito, ele tem uma canoa de fibra conduzida por motor, com a qual ele realiza a pesca. Ele possui uma opinião muito marcante ao demarcar a pesca como um trabalho para homens.

Que pescam, não pescam não, elas podem [...] assim, pelo menos a que eu vejo. Uma, ela vai pescar assim, por exemplo, siri, dali ela passa e dá uma ajuda aos homens que estão lá pescando. Ela não sai com eles para pescar, ela tá pescando, tirando ostra e de repente ela vai e ajuda na pesca, que ela também entende, mas ela... A função dela não. Se tá precisando de alguma coisa, se tá puxando a rede, ou suspendendo a rede, na hora que tá suspendendo a rede ou, por exemplo, camarão está pulando na rede, aí ela vai lá e ajuda eles suspenderem a rede para o camarão não sair da rede. Ela tá pescando, não é? Mas ela não foi diretamente com ele para poder pescar com eles, mas se no momento precisar da ajuda dela para pescar ela pesca normalmente como qualquer outro homem, mas ela não sai para pescar com eles (ITO, pescador, 37 anos, fevereiro de 2015).

Aqui o pescador mostra uma consciência de que conhece uma mulher que entende de pesca e realiza a *pesca normalmente como qualquer outro homem*. Ainda que ela *entenda* da atividade e saiba realizar e a realize com sabedoria e empenho, existe a percepção da pesca como trabalho de homem. Ainda que elas pesquem vão ser entendidas como um ser em um meio inadequado, que não o seu. E como forma de demarcar o lugar da mulher unicamente na mariscagem e fora do ambiente do mar, elas vão ter seus trabalhos inferiorizados. Na entrevista transcrita acima, percebemos mais uma vez que a mulher que intercala atividades de pesca com mariscagem não é reconhecida como uma pescadora, e sim como marisqueira.

Pescador, marisqueira, categorias normativas que marcam as identidades de homens e mulheres. O quesito força aparece para caracterizar atividades de atribuição masculina e, em meio às identidades, aparece a figura do caranguejeiro, uma atribuição também exclusivamente masculina.

A atividade é realizada por homens, os moradores consideram a *tirada* de caranguejo um trabalho muito “*duro*”, e, portanto, difícil de ser realizado por mulheres. Os homens que a realizam possuem uma identidade específica, “o caranguejeiro, pelo menos aqui nessa área, o pessoal que é caranguejeiro, chama um ao outro de caranguejeiro. Entendeu?” (Carla, Janeiro de 2015).

O caranguejeiro trabalha exclusivamente com a *tirada* de caranguejo no manguezal, ou seja, “arranca o caranguejo de dentro do buraco” e por ser considerado

um trabalho *duro*, apenas os homens realizam em São Braz, no entanto em outras comunidades, como o caso do quilombo de São Francisco do Paraguaçu, por exemplo, uma comunidade quilombola de Cachoeira, no território do Recôncavo da Bahia, as mulheres em maior número são quem realizam a atividade.

O trabalho no mangue é atribuído às mulheres, o que leva a uma resistência dos homens em realizar atividades neste ambiente, a captura do caranguejo é, todavia, realizada dentro do manguezal, no entanto na comunidade se perpetua uma representação desta como uma atividade de atribuição masculina, e que demarca a identidade de homens como caranguejeiro. Os homens resistem em declarar que executam atividades de captura de mariscos no mangue, mas

Se for tirar um caranguejo aí para eles tá bom, porque aí eles já acham que é trabalho de macho, porque já é mais braçal. Eles pensam assim. E tirar ostra, tirar sururu é mais leve, aí eles não vão, aí eles vão, vão para dentro do mangue pegar o quê? Pegar caramuru... Eu não vou pegar caramuru porque é arriscado (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

A grande questão posta na divisão sexual do trabalho que separa atividades no mar e atividades no mangue está inteiramente relacionada com a reflexão que abrange o dilema da força física. Aos homens cabem as atividades *pesadas*, enquanto que as mulheres são responsabilizadas pelos trabalhos leves. Assim sendo apenas o fato de a captura do caranguejo ser considerado um trabalho *duro*, justificaria a atuação do homem dentro do manguezal realizando tal atividade, uma vez que de acordo com suas próprias representações, as mulheres não seriam capazes de fazê-lo.

Ainda que a captura do caranguejo seja uma atividade efetivada dentro do manguezal, como a captura de vários outros mariscos, os homens que a realiza não assumem a identidade de marisqueiro e sim de caranguejeiro. Surge outra identidade que os diferenciam da mulher, isso confirma a distinção a partir das questões de gênero que impõe papéis diferenciados para homens e mulheres. Reivindicar para si a identidade de marisqueiro significa afirmar que realiza e compartilha com as mulheres as mesmas atividades.

As representações que os moradores possuem das identidades de pescador e marisqueira são acionadas com mais intensidade na arena pública, nos momentos de interesses e negociações políticas. De modo geral os trabalhadores não refletem sobre as representações, pois estas já estão postas em seus imaginários, ou seja, foram naturalizadas. São, entretanto, transmitidas no cotidiano dos moradores de geração em

geração na realização do processo de trabalho da pesca e mariscagem, tais transmissões são habitualmente reforçadas neste processo de difusão do conhecimento, onde não há qualquer questionamento por parte dos aprendizes. Considerando estas observações veremos a seguir o estabelecimento de hierarquias e agência de gênero nos processos de pesca e mariscagem.

## 2.1 AGÊNCIA DE GÊNERO E HIERARQUIZAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DA PESCA E MARISCAGEM ENTRE OS QUILOMBOLAS DE SÃO BRAZ/BAHIA

A maior parte das atividades realizadas no Quilombo de São Braz forma identidades que implicam em relação de poder. No trabalho da pesca e da mariscagem as hierarquias se apresentam nas representações dos moradores onde consideram o trabalho das mulheres como ajuda. Tal representação se configura a partir da forma como a legislação brasileira tem tratado a participação destas mulheres na cadeia produtiva da pesca onde o trabalho feminino tem sido considerado como apoio ao trabalho do homem, como veremos no próximo capítulo.

Na cadeia produtiva da pesca, os processos que envolvem a atividade são a captura, o beneficiamento e a comercialização. Destes processos, na maioria das vezes, as mulheres ficam responsáveis por duas destas etapas, cabendo ao homem apenas uma delas. Os homens, muito raramente, realizam os três processos, cabendo a eles a atividade de capturar, seja em alto mar ou em menor escala, no mangue.

Por outro lado, nas atividades do mangue, as mulheres realizam os três processos, apenas a captura no mar que ocorre com menos intensidade. São, para tanto a marisqueira, mas “marisqueira que faz tudo na maré: Pesca de rede, costura rede, e pega ostra e pega sururu. E tem pescador que só vai mesmo pescar e vem para casa, não faz mais nada, só fica na porta da venda bebendo junto comigo” (Muri, pescadora, 60 anos, fevereiro de 2015). Com este entendimento, Muri percebe a pesca como uma atividade específica, apenas na maré, enquanto a mariscagem é uma atividade mais completa, na maré e no manguezal, a mariscagem, portanto engloba os processos da pesca.

A hierarquia estabelecida pode ser percebida não apenas na área da pesca e mariscagem como também em áreas como comércio, agricultura, dentre outras, onde os homens são privilegiados. Sherry Ortner (1979) já mostrava que o elemento de ideologia cultural e as colocações informativas desvalorizam de maneira explícita as

mulheres e também suas tarefas, papéis, meios sociais e produtos em comparação ao homem.

Tal subalternidade feminina foi por muito tempo respaldada no determinismo genético que defendia a inferioridade entre machos e fêmeas por diferenças inatas. Desta forma, pensava-se uma condição feminina associada ao aparelho reprodutor (biológico). A relação *homem/mulher*, quando associada à dicotomia *natureza/cultura*, explicita a subalternidade feminina, onde a mulher estaria mais próxima da natureza, numa ideia de que a *natureza feminina* seria imutável. Por outro lado, o homem é associado à cultura num sentido relacionado à diferença, o homem visto como um ser superior em relação à mulher.

Na contemporaneidade, podemos visualizar esta relação nos processos da pesca e mariscagem, onde a mulher possui a identidade de marisqueira. Mariscagem enquanto atividade realizada em grande parte com as mãos e os pés dentro do manguezal, lançando o corpo em contato direto com a flora e a fauna que forma aquele ambiente, com a lama, com a natureza. Esta natureza que por muito tempo foi usada para se referir à figura feminina, num sentido de invisibilizar o trabalho das mulheres. A mulher relacionada a natureza seria então um personagem incapaz de criar e transformar.

A mariscagem é realizada diretamente com a natureza, os indivíduos sendo inevitavelmente contagiados por aquele espaço que forma o manguezal. Na realização das atividades, seja ela *pegar siri*, *tirar ostra*, *tirar caranguejo*, *tirar sururu*, *pegar aratu*, dentre outras, as pessoas ao chegarem ao local apenas iniciam o trabalho quando entram no mangue, quando descem da canoa, se tiver sido o caso, pois podem ter ido a pé, enfrentando uma longa caminhada. Na área planejada andam por dentro da lama e os seus conhecimentos especiais ajudam para que não caiam num buraco mais profundo, mas em todo caso os corpos são sempre tragados pela profundidade da lama, inúmeras vezes fica parte (até o umbigo) enfiado na lama.

Mas se você for pescar não acontece isso, porque a maioria dos pescador fica mais dentro da canoa. Ele não joga o lance? Lá na ponta de lá só fica uma pessoa ou duas; na de cá fica dez ou cinco tudo dentro da canoa, só salta mesmo na hora de correr a rede... Volta para dentro da canoa de novo, para tornar jogar outro lanço lá na frente... E no mangue fica o tempo todo dentro da lama até você vim embora. A maré não esvaziou, não tá vaziano? Você não soltou aqui, a maré não tá aqui? Ela vai até lá (apontando uma distância com a mão), você fica dentro do mangue tirando marisco quando ela volta é que você sai (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos, fevereiro de 2015).

Algumas atividades requerem o uso de ferramentas em sua realização. Para tirar a ostra, por exemplo, é necessário um facão, para retirar o sururu pode ser utilizado um gancho, todavia ainda que utilizem ferramentas, estas não impedem o contato direto com o local da coleta (a lama). Além do mais, o uso de ferramentas nas atividades de mariscagem, na maioria das vezes atrapalha o desempenho das trabalhadoras. “O sururu se pega de gancho, mas eu tirava mais de dedo, machuca, mas eu tirava mais de dedo, tirava quase três baldes de sururu. Com gancho eu sempre tirei menos” (SUELEN, 21 anos, marisqueira, agosto de 2013).

A marisqueira não tem habilidade com o gancho, portanto o instrumento atrapalha o desenvolvimento da atividade e faz com que o exercício não tenha grandes resultados. Embora os dedos sejam intensamente machucados na atividade ela os utiliza, pois com ele ela tem um desempenho melhor, portanto sempre os utilizam para a retirada do marisco.

Suelen é uma jovem que hoje possui 24 anos de idade, mas sua fisionomia provocada em decorrência das responsabilidades que lhes são impostas pela vida lhes atribui uma aparência mais velha. Ela é alta e a primeira vista aparenta ser demasiadamente séria, mas em meio a uma conversa é possível conhecer a garota simpática e comunicativa que ela é.

De modo geral, não há a flexibilidade para a inovação ou transformação no ambiente do manguezal, pelo menos uma transformação capaz de interferir de maneira que desconecte o corpo humano do ambiente. Os mariscos são capturados, coletados, tirados, arrancados ou não o são, a única forma é o contato direto. A coleta é feita por unidade, e exige paciência, determinação e força de vontade, na maioria das vezes as mulheres precisam sentar na lama, ficar agachada, ajoelhada, assumindo posições que os homens se recusam fazer por puro machismo (como a *de quatro*).

Homem só quer saber mesmo da pesca. Tem sim, tem uns que tem vergonha sim, porque são machistas, porque acham que só é trabalho da mulher. Tirar uma ostra, tirar um sururu não é trabalho de homem (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

A marisqueira explica sua percepção a respeito dos homens da comunidade em relação ao trabalho da mariscagem. Apenas os homens que não tem vergonha de serem vistos dentro do manguezal realizam o trabalho. Muitos são os que têm vergonha de exercê-lo por considerar humilhante realizar atividade de atribuição feminina. Aqui está posto o machismo, a vergonha da lama.

No ambiente do manguezal, o contato com a lama é eminente. Este contato direto e constante do corpo humano com a natureza dos manguezais nos mostra como o determinismo biológico ainda está muito presente no imaginário das pessoas e por isso se referem a mariscagem como atividade perfeitamente adequada as mulheres.

“É como eu lhe falei aqui nestante, é como eles falam. Homem é... Como é? Homem é machista. Tem alguns machistas” (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015). A marisqueira insiste em suas declarações que há um preconceito para com o trabalho das mulheres. Para ela apenas o machismo justifica a resistência dos homens à atividades da mariscagem.

**FIGURA 7: Mariscagem: atividade em contato direto com a lama.**



Fonte: Jesus, 2015

Na **Figura 7**, uma marisqueira da comunidade, realizando a mariscagem do sururu. Ela retira o sururu que se encontra por entre as raízes do mangue, a figura mostra como a atividade é realizada com as mãos diretamente na lama em um contato íntimo com a natureza.

A tirada de sururu é realizada majoritariamente pelas mulheres, esta é uma atividade que exige que a marisqueira esteja dentro do manguezal. Ela utiliza as mãos e o dedo indicador é a principal ferramenta de trabalho. A lama do mangue guarda segredos e mistérios, mas a marisqueira introduz o indicador na lama para a retirada do sururu e a grande questão é que ela não sabe o que pode existir embaixo da lama além

do marisco. Ostra, vidro, toco de mangue, espinho, objetos como estes podem colocar em risco a atividade, causando danos à saúde da trabalhadora. Ainda que não haja nenhum destes objetos embaixo da lama, o marisco em si pode causar danos ao dedo ou mão da marisqueira. A concha do marisco pode romper e cortar o dedo, com a constância da atividade, o dedo e principalmente a unha é completamente castigada, sofrendo grandes danos.

**FIGURA 8: Pesca, atividade com uso de instrumentos  
(vara, rede, canoa)**



Fonte: Jesus, 2015

Em oposição a esta “natureza imutável” da mulher marisqueira, é apresentado o homem pescador, cujo trabalho da pesca ocorre com o uso de instrumentos como redes, anzóis ou varas. O que lançaria o homem na posição de *cultura* e, portanto, um ser transformador, superior em relação à mulher. A forma de realização da atividade está em constante transformação, a captura do peixe, por exemplo, era realizada com redes feitas de cordão, hoje em dia as redes são confeccionadas com nylon, um tipo de material de maior durabilidade, pois o cordão apodrecia em contato com a água.

A **Figura 8** mostra uma pesca onde o uso de instrumentos é fundamental durante toda a atividade. A imagem foi capturada no fim da tarde, quando os pescadores foram

colocar a rede que iria dormir na maré para ser retirada no dia seguinte. A canoa de madeira levada a reboque a uma canoa de fibra motorizada, por ser menor é mais leve, o que facilita o manuseio da rede.

A canoa de fibra é um meio de transporte mais rápido e menos cansativo, pois os pescadores não precisam remar e podem percorrer uma distância maior em menos tempo. Enquanto um pescador conduz a canoa motorizada, na canoa de madeira amarrada a esta por uma corda está outro pescador lançando a rede de “*ressa*” ao mar. Uma ponta desta rede de “*ressa*” está presa numa vara e a vara que aparece na imagem foi usada para amarrar a outra extremidade também dentro do mar após ser lançada toda a “*ressa*”.

A “*ressa*” é uma modalidade de rede utilizada para capturar peixes que passam na superfície da água. Algumas “*ressas*” são utilizadas paradas na água, mas na maioria das vezes elas passeiam pela maré, as cortiças existentes servem para mantê-la em cima da água. Existem algumas com malhas menores que outras e são utilizadas de acordo com os pontos de pesca, na captura de espécies específicas.

O ambiente da maré favorece a transformação na realização das atividades. É possível ressignificar o uso de instrumentos e criar novas formas de captura do pescado. Os instrumentos utilizados estabelecem uma separação ou distanciamento entre o corpo do indivíduo e a natureza, a água, a lama.

A captura do siri que era feita com o ‘*jereré*’ ou ‘*cupicheu*’ (um arco de arame preso a uma rede de malhas pequenas com um suporte para o apoio das mãos), hoje é feito com o *munzuá*, armadilha no formato de uma caixa feita com ferro ou tubo de PVC20 mm e tela. A cultura transformadora e símbolo da diferença distingue o homem da mulher, portanto uma distinção entre a cultura e a pesca da natureza e mariscagem. Esta diferenciação que envolve homens e mulheres, muito discutida a partir de diferenças biológicas, é debatida e analisada hoje a partir da relação de gênero estabelecida entre ambos.

Neste sentido, as diferenças entre homens e mulheres na comunidade de São Braz, principalmente no que se refere as atividades laborais, também não podem ser justificadas pelas diferenças biológicas, senão por uma divisão de gênero. Podemos observar a divisão de gênero acionada, transmitida e reforçada nas relações dos pais com os filhos, em que desde cedo meninos e meninas são submetidas a processos de socialização de gênero diferenciados, como veremos no capítulo 3.

Os processos das atividades são exercidos de forma que as hierarquias sejam reforçadas. A pesca sempre realizada com o auxílio de uma embarcação possibilita ao homem atuar remando-a e/ou governando-a, cujo ato lhe trará status. Embora exista a agência feminina neste exercício, esta atuará tendo o conhecimento de que esta não é uma tarefa para mulheres.

Eu também sei remar, mas governar eu já não sei... Porque remar todo mundo pode pegar... Todo mundo quer dizer, né... Pode pegar o remo e remar, mas governar pra você saber aonde é que você... A direção na maré, você ter o controle da canoa, tem muitas mulheres que sabem. Eu já não sei governar. Porque tem quem reme, remar você aprende a remar assim como governar, mas governar é mais difícil porque você dá a direção na maré, você tem que dar direção na canoa (CARLA, marisqueira, 2015).

Governar a canoa assim como governar a casa, a família são responsabilidades que envolvem relação de poder, a casa e a família ocidental aponta o homem como o provedor, o líder, quem governa. A canoa por sua vez, é um dos principais instrumentos que regem o mundo da pesca artesanal, e governá-la é um ato de extrema responsabilidade para o *popero*, é ele quem tem o controle, quem dá a direção da embarcação e, portanto é o principal responsável por conduzir a embarcação para o melhor *ponto* de pesca e disso depende o alimento do dia das famílias representadas pelos tripulantes.

Quando Carla fala que “*tem muitas mulheres que sabem*” governar, ela se refere ao fato desta ser uma função de homens, e estas mulheres que governam são vistas como exceção, assim como são vistas como exceção as mulheres chefas de família, mais uma atribuição que demarca a fronteira entre homens e mulheres numa hierarquização a partir da relação de gênero.

Outro fator extremamente relevante para se pensar a superioridade da pesca na hierarquização das atividades exercidas na *maré* é o fato de que a água é vista como algo que limpa o corpo, enquanto a lama suja.

“Tem homem que tem vergonha de dizer que é marisqueiro porque da lama, não quer se sujar, já a pesca não, só suja o pé. É só limpar e chega em casa limpo” (D. ZEFA, 65 anos). D. Zefa, uma marisqueira aposentada da comunidade declara que os homens têm vergonha de se identificar como marisqueiros porque isso os caracterizam como trabalhadores do manguezal e, portanto, como pessoas que trabalham na lama. Daí a presença massiva de homens na pesca, pela questão da vergonha de se sujar com a lama do mangue, não se trata exatamente da vergonha de se sujar com a lama do mangue, mas de que terceiros saibam ou os vejam sujos de lama.

Pude identificar uma oposição entre mar e manguezal também na narrativa de Tuta. Os homens “Tira ostra, tira siri, os que não têm vergonha, né de ficar dentro do mangue” (TUTA, 51 anos), entretanto não se identifica nem tão pouco quer ser identificado como marisqueiro. Nota-se que a marisqueira também fala da vergonha que os homens têm de trabalhar dentro do mangue. A pesca é realizada no mar e a mariscagem efetivada na lama do manguezal, com exceção da coleta de alguns mariscos que é realizada na *coroa*<sup>8</sup>, como é o caso da lambreta, bebe fumo, sarnambi<sup>9</sup>, etc.

As atividades exercidas na lama que suja são funções atribuídas a mulher, enquanto as da água que limpa, ao homem. Neste imaginário sexista secular, os homens personificados como uma figura superior não podem ser inseridos em um espaço de natureza desordenada como se é pensado o ambiente da lama, do manguezal, portanto as mulheres são responsabilizadas por este meio.

As mulheres têm buscado autonomia e mesmo dentro dos manguezais, elas estão expostas a perigos tão reais e concretos como os existentes no mar, senão perigos mais constantes, pois a atividade dentro do manguezal assim como na pesca exige muitas habilidades, tal como conhecimento a respeito do horário da maré, fator que se apresenta como o mais importante nestes trabalhos. Com o conhecimento dos horários da maré é possível saber quando entrar e quando sair de dentro do manguezal, este é quem conduz o dia a dia dos pescadores e marisqueiras.

O manguezal também exige conhecimentos sobre os caminhos que adentram e saem dele sem cair em uma lama profunda; é preciso saber a lama adequada para cada espécie, como lugar de preferência do *sururu*, do *siri de mangue*, do *aratu*, do *caranguejo*, etc.; saber em qual buraco tem o marisco; as indumentárias adequadas para a atividade dentro da lama, habilidade como o manuseio da ferramenta, dentre outros.

O trabalho dentro do manguezal é muito perigoso e exaustivo. Em uma das vezes que fui ao manguezal com umas de minhas entrevistadas, estava também seu esposo e seu cunhado, eles ficaram mais detidos com as atividades da pesca enquanto ela foi para dentro do mangue. Embora declarado que sabe fazer o trabalho da pesca e o realiza em muitos momentos, ela conduziu a embarcação até o mangue onde foi trabalhar naquela tarde.

---

<sup>8</sup>Bancos de areia encontrados no meio do mar, em pontos específicos.

<sup>9</sup>Conchas marítimas que ficam enterradas na areia da coroa e podem ser utilizadas na alimentação e na produção de artesanatos.

As marisqueiras correm vários riscos dentro desta flora, se trata de um trabalho muito instável, nem todas as pessoas da comunidade arriscam exercê-lo. Apenas quem possui os conhecimentos exigidos na realização da atividade está apto para ir ao manguezal. Principalmente os manguezais mais longínquos oferecem muitos perigos para o/a trabalhador/a.

Tem rato. Tem o período de junho ou é de julho que tem muita cobra no mangue, aí se você não tiver cuidado você se bate com uma; Se perder no mangue. Tem muitas pessoas que se perdem; Se cortar com a ferramenta ; Os cortes no mangue. As furadas de outros peixes né, o niqum mesmo. Uma furada de niqum é... dói muito ; tem a coluna minha filha porque a lombar não aguenta não. É muita coisa (CARLA, 32 anos, janeiro de 2015).

Ser surpreendidas por raios, cair num buraco, pisar em vidros ou ostra dentro da lama dentre outros, são alguns perigos que põem em risco a saúde delas. São várias as doenças às quais as mulheres estão expostas neste ambiente. Em um estudo com as marisqueiras do estado de Sergipe, Vasconcelos, Aranha e Lima (2012) apontam algumas destas doenças ao analisar a relação entre trabalho, meio ambiente e saúde de mulheres que atuam na mariscagem nas cidades de Porto do Mato, Pirambu e Apicum.

Quanto às doenças adquiridas por familiares, causadas por problemas ambientais, foram citadas pelas marisqueiras as seguintes: problemas de pele, problemas respiratórios, disenteria, leptospirose, contaminação, infecções, inflamações, verminoses, alergias, machucados, doenças causadas por mosquitos, viroses, e outras (febre, dor de cabeça e desidratação) (VASCONCELOS, 2012, pg. 11).

A doença mais encontrada foi o problema de pele onde 71,4% dos moradores sofrem com o problema e os problemas respiratórios alcançam 53,1% dos moradores.

Um dos perigos mais significativos ao qual as mulheres estão expostas dentro do manguezal ou em todo processo de mariscagem (se referindo a captura, beneficiamento e comercialização) é a questão das doenças ocupacionais. Este é um tema que vale a pena investigar, pois é muito significativo entre as mulheres pescadoras e marisqueiras que são muito afetadas por estas doenças principalmente em decorrência do processo da captura e beneficiamento de mariscos. Este tema não será explorado aqui, pois não é o objetivo proposto.

Doenças ocupacionais são “as doenças que estão diretamente ligadas à atividade desempenhada pelo trabalhador ou as condições de trabalho as quais ele está submetido”(Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, 2013). As marisqueiras estão expostas a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), como a outras

doenças relacionadas ao trabalho, havendo casos de marisqueiras que foram detectadas com lama no útero causando sérios problemas a sua saúde.

Fui ao mangue com Cristiane, na tarde em questão trabalhamos muito, ao voltarmos para casa, no porto Cristiane exclamou que estava exausta eu, entretanto não estava cansada. “Claro, você foi passear, eu não, fui trabalhar!”, exclamou ela muito tranquila, mas em um tom de defesa. Expliquei que eu também estava trabalhando com ela, e logo me explicou que “trabalhar uma, duas ou até três vezes é divertido. Com menos de um mês já se torna desgastante e cansativo” (CRISTIANE, 2012).

É como eu tô dizendo, é tudo uma sabedoria, é um costume que você tem. Quando você se acostuma a fazer tal coisa, por exemplo, quando eu vou pra maré, no primeiro dia tô menos cansada, no segundo dia já pesa mais, no terceiro, no meu caso, você quase não levanta então vai um acúmulo. Porque você ainda tem que chegar, você ainda tem que ferver, você ainda tem que sentar pra catar, você ainda tem de ensacar, você ainda tem que ir vender, pesar e vender, então não é assim só pegar e vender e pronto você não vai chegar em casa e descansar. A pesca você chega, você escolhe, você vende. É rápido, é mais rápido (CARLA, 32 anos, janeiro de 2015).

De acordo com as marisqueiras, o trabalho da pesca é desgastante, entretanto a mariscagem supera as dificuldades e o esforço das atividades. Catar o siri, por exemplo, exige esforços intensos que podem ocasionar lesões em várias partes do corpo como na mão, pelo movimento repetitivo feito tanto na captura como no beneficiamento; pode ocasionar lesão na coluna pela postura no momento de realizar a atividade, onde as marisqueiras ficam quase que o dia inteiro sentadas; E ainda afeta a visão por ser uma atividade que cujo beneficiamento exige muito foco e esforço com os olhos.

Com relação ao tema aqui abordado, Leitão (2014) traz uma reflexão para nos alertar que o tema gênero e pesca está relacionado ao conceito de patriarcado. Um conceito que nos faz compreendê-lo a partir das desigualdades que abarcam as subjetividades que moldam os comportamentos femininos e masculinos na sociedade. E no caso da pesca artesanal, este conceito atinge a cadeia produtiva que diz respeito às diferenças sócio histórica construída e legitimada pela sociedade, diferenças em prol das desigualdades vivenciadas pela sociedade (LEITÃO, 2014, p. 393-394). E, desta forma, a mulher se firma como o agente invisível e ou inferior, uma invisibilidade respaldada por uma sociedade patriarcal, machista.

Em reação a esta exclusão, as mulheres quilombolas/marisqueiras de São Braz buscam meios de romper as barreiras da marginalidade que resistem no decorrer dos séculos contra as mulheres, e neste contexto, contra as mulheres trabalhadoras da pesca

e/ou mariscagem. Para elas, estas barreiras só irão começar a ruir com o esforço que elas fizerem para as derrubarem, não adianta representantes para falar por elas, apenas quem vivencia suas dificuldades pode gritar qual a sua dor.

Elas resistem a marginalidade, uma marginalidade que tenta destruir seu modo de vida, por isso elas requerem o direito de viver, de permanecer em seu território, de manter os processos de trabalho da pesca e da mariscagem que lhes dão subsistência. A organização do grupo se apresenta como única alternativa para esta missão. É sobre esta organização que trata o próximo capítulo.

### **3. INVISIBILIDADE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MARISQUEIRAS**

Porque tem muitas pessoas que tem a mente inversa, não pensa, no caso, eu preciso ser crítica, eu tenho que ser crítica porque eu tô a frente de uma associação então eu tenho que ver dois lados. Mesmo que a pessoa só queira olhar pra frente, não é pra você só olhar pra frente, você tem que visualizar ambos os lados, então se há alguma outra intenção, é investigando que a gente vai saber (...) (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015).

A ameaça da perda do território sofrida pelos moradores de São Braz principalmente em 2009 com o prenúncio da construção do ECO RESORT GOLF ILHA DE CAJAÍBA suscita nestes um temor pela sua sobrevivência. Os moradores se recusam a perder seu território e começam a lutar pela manutenção de seus modos de vida e conseqüentemente pela manutenção dos processos que envolvem a realização do trabalho da pesca e mariscagem que são seus principais meios de subsistência. Em meio a organização e participação política, as mulheres marisqueiras da comunidade compreendem que no que concerne ao trabalho da pesca e mariscagem, mesmo que precariamente, as ações mitigatórias são voltadas apenas para os homens pescadores. Esta hierarquia desenvolvida dentro da relação de poder demarca fronteiras que separam de forma sexista direitos de homens e mulheres, fato que insere as mulheres marisqueiras nos espaços de discussão política em busca de direitos sociais. Neste capítulo analisaremos a participação das mulheres de São Braz nos espaços de discussão política, buscando compreender os impactos da luta pela manutenção do processo de trabalho nas representações, hierarquias e agência de gênero.

Desde a década de 1950, as mulheres vêm se organizando para conquistar direitos iguais na sociedade.

Existe certo consenso entre pesquisadoras (es), ativistas e público em geral de que a organização das mulheres negras na contemporaneidade ocorreu pela exclusão dos movimentos negro e feminista. Dito de outra forma, como estes movimentos “não davam conta” da discussão da especificidade das mulheres negras, estas precisaram sair e se organizar em grupos para terem sua agenda contemplada (CARDOSO, 2012, pg. 184).

Se os movimentos não contemplam a agenda das mulheres negras, muito pior das mulheres negras quilombolas, pescadoras e/ou marisqueiras. Daí a importância das pescadoras e marisqueiras ocuparem os espaços políticos para por em pauta as especificidades de suas demandas. No mundo da pesca, “as profissionais desta cadeia produtiva reconhecem as conquistas, mas ainda identificam uma cultura de invisibilidade da autonomia das mulheres, enquanto sujeitos sociais nesta legislação” (LEITÃO, 2014, PG. 400).

Ao observar e analisar a comunidade de São Braz, percebe-se que a participação das mulheres é efetiva e significativa, tendo grande importância para a organização da coletividade na luta pela sobrevivência e na luta por direitos como a manutenção do território e atividades laborais.

Observa-se que a iniciativa dos moradores em se organizar pela busca de direitos ocorre no momento em que vai sendo desenvolvida paulatinamente uma consciência coletiva de suas exclusões de políticas públicas. A partir do ano de 2004 os moradores começam a passar por uma conscientização a respeito da exclusão sofrida pelos pescadores e marisqueiras. Inicialmente a participação dos homens era dominante, a participação mais expressiva das mulheres nestes espaços de discussão ocorre no ano de 2009 quando os moradores se sentem ameaçados em perder seu território de subsistência. Neste ano a comunidade foi surpreendida com a ameaça da construção do eco resort em questão e passam a se mobilizar mais intensamente em um enfrentamento contra a edificação.

Foi neste ano que a comunidade passou a reivindicar a identidade étnica quilombola e conseqüentemente os direitos da categoria garantidos no Decreto 4887, como o reconhecimento enquanto verdadeiros proprietários do território ocupado por eles e seus ancestrais e políticas sociais voltadas para comunidades tradicionais.

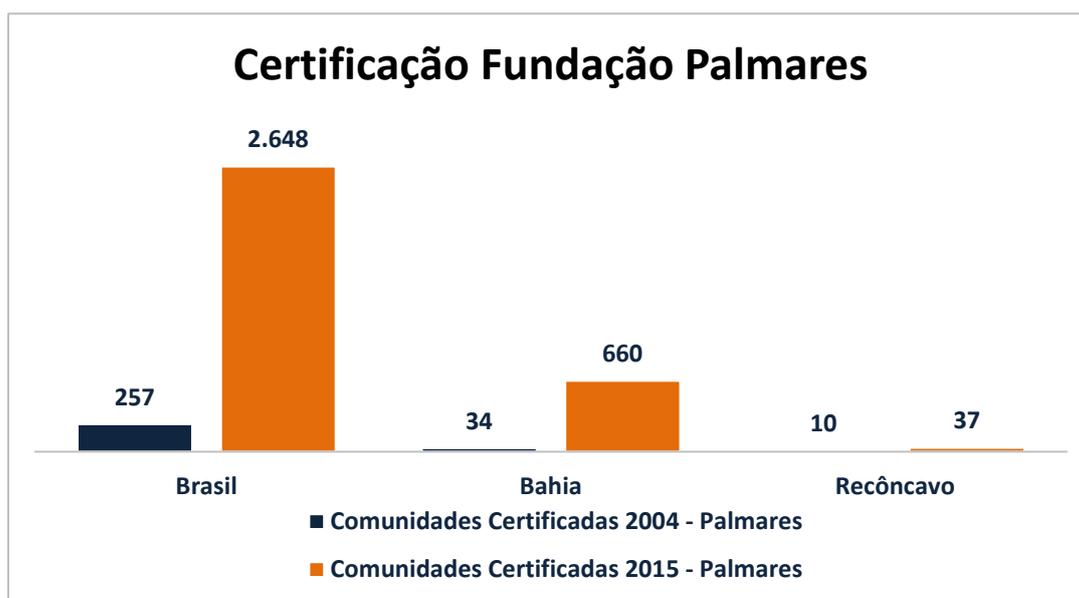
Apenas no ano de 2009 os pescadores e marisqueira se identificam com a identidade quilombola embora a regulamentação dos direitos concernentes à tal categoria estejam garantidos desde 1988. Os direitos dos quilombolas estão referidos na

Constituição Federal de 88, entretanto, mesmo após a criação do Artigo 68 da Constituição Federal, onde se implica o direito dos quilombolas no reconhecimento definitivo de sua propriedade, onde o Estado fica responsável por emitir o título do território, a atuação do Estado em relação à titulação das comunidades quilombolas não foi satisfatória para os movimentos negros.

Dezesseis anos após a criação do Art. 68 da Constituição apenas cento e três comunidades tiveram seus territórios titulados até final de 2004 como vimos no gráfico 2 a baixo, o que não significa que não existiam outras comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil.

**FIGURA 09**

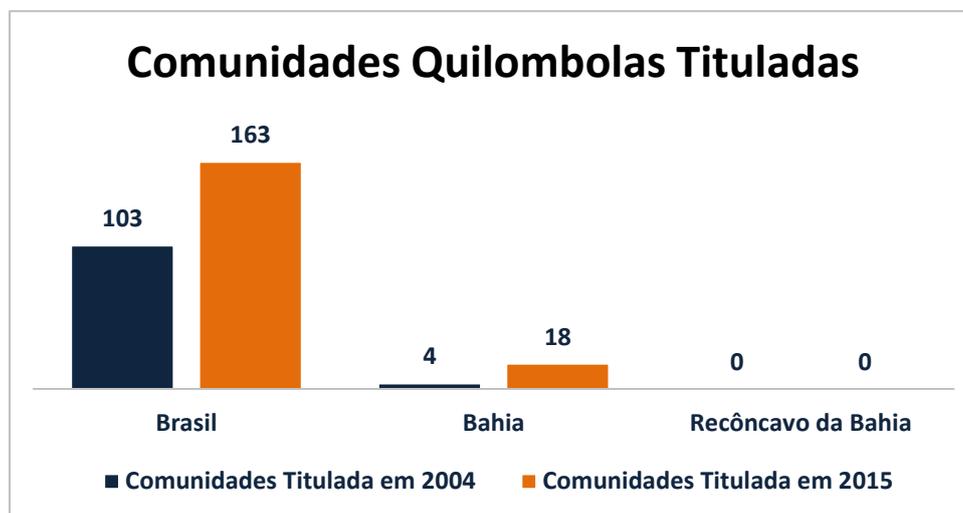
**Gráfico1: Comunidades certificadas de 2004 a 2015**



Fonte: Fundação Cultural Palmares (FCP), 2013.

**FIGURA 10**

**Gráfico2:** Comunidades Tituladas de 2004 a 2015



Fonte: Comissão Pró-Índio São Paulo, 2015.

Na verdade, ainda não havia chegado ao conhecimento das comunidades negras rurais uma discussão a respeito dos direitos. Foi após a criação do Decreto 4887 no ano de 2003 que o debate a respeito da categoria quilombola foi adentrando paulatinamente nas comunidades. O referido decreto tem por finalidade regulamentar o procedimento na titulação dos territórios quilombolas garantidos no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. .

Anjos (2006) traz dados em que considera que no ano de 2005 o conjunto das entidades afro-brasileiras representativas e organismos oficiais, registraram a existência de 2.284 comunidades quilombolas. Estes dados divergem dos apresentados pelo registro da Palmares que aponta a existência de 2.187 comunidades reconhecidas em 2013. Os dados trazidos pela Palmares abrangem oito anos mais, entretanto apresentam números inferiores aos trazidos por Anjos.

O **Gráfico 1** mostra que até dezembro de 2015 a Palmares registrou a existência de 2.648 comunidades quilombolas. O que ocorre é que fora dos muros da oficialização são inúmeras as comunidades quilombolas que resistem ao sistema de opressão, e que aos poucos vem tendo conhecimento referente à conquista do artigo 68.

Observando o gráfico 1, verificamos que apenas a partir de 2004 aumenta de forma significativa o número de comunidades certificadas, tanto no Brasil, quanto na Bahia e principalmente no Recôncavo da Bahia.

No **Gráfico 2**, todavia verificamos uma parcela insignificante na titulação das comunidades por parte do INCRA, tendo em vista a demanda apresentada. Na Bahia apenas 18 títulos foram emitidos até 2015, em uma região com 660 comunidades quilombola certificada.

No Recôncavo da Bahia a demanda pelas titulações das comunidades começa a crescer apenas a partir do ano de 2004, e isso tem relação com a chegada tardia da discussão referente à categoria Remanescente de Quilombo, já referida no Art. 68 em 1988 e reiterada no decreto 4887 em 2003. Esta defasagem de tempo ocorreu por uma questão específica. Os “mediadores” da discussão, ou seja, aquelas pessoas que iriam possibilitar o conhecimento das informações para as comunidades, o contato com a lei, não estavam atuando na região em questão.

Os “mediadores” não estavam atuando de forma efetiva no território do Recôncavo, mas sim em outros territórios da Bahia, como por exemplo, em Bom Jesus da Lapa, que foi um dos primeiros municípios baianos a se mobilizar pelo título de seu território enquanto quilombola.

Apenas em 2004 a discussão a respeito dos direitos dos/as quilombolas chega ao Recôncavo da Bahia de forma mais acentuada. O Conselho Pastoral da Pesca (CPP) teve um papel de extrema importância na acessória social destas comunidades, foi quem possibilitou o contato destas comunidades com os direitos destas garantidos na lei.

O CPP é uma pastoral social que está ligada a Comissão Episcopal e é formada por agentes pastorais, religiosos, padres e leigos comprometidos com o serviço da caridade solidária, Justiça e paz junto aos pescadores e pescadoras artesanais.

Os agentes do CPP sempre em busca de parceiros para propor às comunidades de pescadores/quilombolas, dentre outras, uma oportunidade de interação e conhecimento que lhes fortaleçam na luta por direitos e melhora de vida visando a construção de uma sociedade justa e solidária. Conhecimento este adquirido a partir de seminários e cursos de capacitação para as lideranças das comunidades. As lideranças que participam dos cursos têm o papel de atuar na comunidade como um “animador” e multiplicador dos conhecimentos adquiridos nos cursos. A participação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) é de fundamental importância neste papel de agentes multiplicadores e animadores dos grupos.

O MPP é formado por lideranças, representantes de diversas comunidades da Bahia, lideranças que se reúnem para lutar contra o modelo hegemônico de desenvolvimento que está instalado no país e que vai de encontro a perspectiva de saúde ambiental das comunidades tradicionais. Os diferentes grupos sociais por todo o país se reúnem formando redes que se articulam politicamente frente ao Estado para assegurar seus direitos ao território, formando lutas de caráter nacional. (LITTLE, 2002, 9.21).

É neste ano de 2004 que a discussão sobre a categoria “remanescente de quilombo” ganha destaque no Recôncavo da Bahia com a revolta da comunidade de *Salaminas Putumuju* no município de Maragogipe e comunidades de Cachoeira localizadas no Vale do Iguape. No ano seguinte, em 2015, quatro comunidades do município de Maragogipe e Cachoeira resistiram à opressão dos latifundiários e conquistaram suas certidões.

É nesse contexto de conhecimento e luta por direitos, discussão que dominava a região, que em meio ao conflito travado contra a perda de seu território que os moradores de São Braz se mobilizam reconhecendo uma identidade étnica quilombola.

Os moradores não aceitavam perder seu território de onde retiram o sustento e mantêm seu modo de vida, sua cultura. Com a perda do território, a população de São Braz já não poderia realizar a pesca e/ou mariscagem, portanto inicia-se a luta para a manutenção das atividades em seu território de resistência. A tomada de consciência e a crescente politização dos moradores no processo de luta permitiram às mulheres marisqueiras e pescadoras perceberem de forma mais nítida a exclusão de sua categoria de políticas sociais.

Neste processo de luta emerge um conflito interno entre pescadores e marisqueiras quilombolas onde a relação de poder demarca hierarquias. As mulheres ao reconhecerem sua exclusão de políticas previdenciárias começaram a reivindicar seus direitos e assim passaram a liderar as discussões nos espaços políticos.

O primeiro dos primeiros a participar desta reunião, deste grupo, desta organização foi eu e Zeca. Eu saía pelas portas chamando o povo, eu e Zeca, quando eu chegava da pescaria Gilmar<sup>10</sup> gritava, “- Duda, vai ter reunião tal dia, dá pra ir?” Nós ficava doidos menina, procurando gente para ir para a reunião. Eu, Zeca e Gilmar começamos. Aí foi reunindo o povo, aí foi indo divagar, foi indo devagar, aí começou, começou, aí quando nós viu que tava cheio de gente e vendo coisas erradas nós procurou sair (Duda, 39 anos, agosto de 2013)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup>Gilmar é um dos agentes da CPP.

<sup>11</sup>O nome de Duda e Zeca é fictício, pois se tratando de conflito interno torna-se necessário a preservação dos nomes reais dos entrevistados.

Aqui o pescador se refere a inserção das mulheres nos espaços de discussão. O início do movimento é caracterizado pela presença de alguns homens na liderança, onde logo depois as mulheres passaram a ser as integrantes expressivas na organização. Este momento de tomada da direção pelas mulheres, onde elas passaram a expor suas demandas, é expresso pelo pescador como um momento de desordem, onde ele considera que passaram a acontecer as “coisas erradas”. Inicia-se um conflito, pois após a chegada e participação das marisqueiras no movimento, alguns homens abandonam o coletivo se desvinculando da organização.

Por outro lado a participação das mulheres foi cada vez mais forte na associação, elas reivindicavam principalmente o título de seu território como forma de manter o modo de vida dos moradores, reivindicava também os direitos enquanto profissional da pesca e/ou mariscagem.

A pesca artesanal se apresenta como uma atividade que permite de imediato o desenvolvimento econômico autônomo, além de possibilitar a continuidade de uma tradição que garante a identidade de comunidades litorâneas e ribeirinhas. A importância da pesca artesanal não garantiu sua regulamentação, em 1967 é criado o Código de Pesca que apenas apresenta definições genéricas de quem é o pescador, o trabalho da mulher não é reconhecido. Em 79 o Registro Geral de Pesca traz para algumas mulheres uma possibilidade de comprovar sua profissão e acessar alguns direitos previdenciários. Mas apenas no ano de 2009 a legislação brasileira regulamenta a atividade pela lei n. 11.959/2009 (SILVA, 2012).

Nota-se que no ano de 1967 a pesca foi reconhecida como atividade importante para a economia brasileira, mas a legislação do país regulamenta a atividade apenas quatro décadas mais tarde. Com o Código de Pesca de 1967 apenas os homens passaram a ser reconhecidos como trabalhadores profissionais, ou seja, apenas os pescadores, portanto “a falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras impede seu acesso a muitos direitos conquistados pelas mulheres em outras atividades laborais” (VERA LUCIA DA SILVA, pg. 3, 2012).

Aqui Silva tratava da falta de reconhecimento que impedia o acesso das pescadoras aos benefícios previdenciários concebidos pela Previdência Social a todos e todas as profissionais. Hoje reconhecemos as vitórias conquistadas pela categoria, mas ainda é muito restrito e burocrático o acesso das mulheres pescadoras e marisqueiras aos referidos direitos.

As mulheres somente foram incluídas na categoria de trabalhadora nesta área doze anos mais tarde, onde

A partir de 1979, as pescadoras solteiras puderam obter seu reconhecimento profissional, mas dependem até hoje, assim como os homens, do/a presidente de colônia e de mais duas testemunhas, para atestar que são profissionais desta cadeia produtiva e, assim, poder acessar o Registro Geral da Pesca (RGP) (LEITÃO, 2014, pg.396).

Inicialmente, apenas algumas pescadoras solteiras, geralmente as que trabalhavam embarcadas, conseguiram registro de pesca como profissional por algumas colônias de pescadores. No ano de 2003 há um acesso mais amplo das pescadoras ao registro como profissional da pesca. Após esta conquista, no ano de 2005, por pressões dos movimentos de pescadoras e pescadores, algumas associações de comunidades de pesca e mariscagem também começaram a requisitar junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura os RGP.

Em 2009 a legislação passa a considerar que “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009, Art. 4º). O trabalho da pesca passa a constituir vários processos em sua realização como mostra a Lei citada.

Nessa legislação, o Art. 4º do Cap. III e o seu parágrafo único respondem a uma parcela da demanda das pescadoras, ao incluírem na condição de atividade pesqueira a comercialização e o processamento, funções essas desenvolvidas por muitas mulheres inseridas nessa cadeia produtiva (MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO, 2014, pg. 399)

Foi com o reconhecimento da mulher enquanto pescadora profissional que esta passa a ter acesso a algumas políticas sociais como segurada social, são políticas trabalhistas e previdenciárias como aposentadoria, auxílio doença, licença maternidade e seguro desemprego ou *defeso*.

**FIGURA 11: RGP Carteira de pescadora profissional**



Foto: Jesus, 2015

O *defeso* é um seguro desemprego destinado aos pescadores profissionais, e foi um direito conquistado a partir das lutas dos movimentos sociais. No estado da Bahia existem os *defesos* de camarão, de robalo, de lagosta e da piracema. O defeso corresponde a um determinado período onde a pesca é proibida por lei devido ao tempo de reprodução da espécie visualizando sua preservação. Nesse período os pescadores que sobrevivem da captura da espécie por serem impedidos de trabalhar e, portanto, não terem condições de se sustentar recebem o seguro desemprego.

Para se ter o direito ao benefício é necessário que o pescador trabalhe e comercialize a espécie. O pescador precisa ter a carteira de pescador profissional expedida e validada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap).

No Recôncavo da Bahia os pescadores recebem apenas o defeso do camarão. As especificações para a proibição da pesca do camarão na Bahia, estão na Instrução Normativa nº 14 de 14 de outubro de 2004 do Ministério do Meio Ambiente, onde o art. 1º proíbe anualmente o exercício da pesca da espécie “na área compreendida entre a divisa dos Municípios de Mata de São João e Camaçari no Estado da Bahia e a divisa dos Estados da Bahia e Espírito Santo, nos períodos de 1º de abril a 15 de maio e de 15 de setembro a 31 de outubro” (BRASIL, 2004).

O benefício ocorre duas vezes no ano, em duas parcelas de dois salários mínimos e pode ser sacado nas casas lotéricas ou nas agências da Caixa Econômica Federal.

A interdição da pesca do camarão ocorre para homens e mulheres duas vezes ao ano, uma em cada semestre, um equivalente há quatro meses. No primeiro semestre são os meses de abril e maio e no segundo semestre setembro e outubro, isso ocorre por ser o período de reprodução do camarão.

O valor é insignificante, e não dá para suprir as necessidades das respectivas famílias. Estas por sua vez passam a investir mais tempo na pesca do peixe e siri neste período.

As pescadoras de camarão, assim como os pescadores devem pagar por mês uma contribuição de 2,2% do valor adquirido na comercialização de pescados e mariscos à Previdência Social, pagamento que ocorre pela Guia da Previdência Social (GPS). A contribuição dos trabalhadores prova que este comercializa a espécie e, portanto, tem direito ao seguro desemprego ou *defeso* no período de proibição da pesca além de ter direitos a outros benefícios como salário maternidade, auxílio doença, aposentadoria, etc.

Para realizar a solicitação do benefício, o pescador ou pescadora deve pagar o GPS e procurar uma entidade cadastrada ou uma agência do INSS onde preenche o formulário do seguro desemprego. Este deve estar munido de documentos como carteira de registro geral da pesca (RGP); comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias, ou seja, o GPS; CPF; NIT; comprovante de residência em nome próprio ou de familiar; PIS/Pasep ou cartão cidadão/bolsa família e carteira de identidade. Pode realizar a solicitação do benefício apenas as pessoas que possuem RGP expedida com, no mínimo, um ano da data do início do *defeso*.

A lei da pesca de 2009 surge como um avanço para as mulheres trabalhadoras da pesca, pois estas passam a ser consideradas como pescadoras profissionais ao ser englobado como atividade de pesca o beneficiamento e comercialização. Embora tal equiparação não garanta o acesso das mulheres ao *defeso*, pois este benefício não adere a referida equiparação, sendo destinado apenas para quem exerce a captura, este possibilita o acesso das mulheres aos benefícios previdenciários.

Seis anos após a conquista de 2009, o Decreto 8425 de 31 de março de 2015 chega para negar este direito, a conquista representada na lei 11.959 de 2009 entra em retrocesso, pois o Decreto enquadra as mulheres pescadoras e marisqueiras como

“*apoiadoras da pesca*”. O modelo de economia familiar nele designado determina que as mulheres realizem a pesca juntamente com o marido, pai, irmão ou filho, ou seja, as colocam em dependência de um homem, sendo consideradas apenas apoiadoras destes.

As mulheres pescadoras e marisqueiras não aceitam este retrocesso e vêm se reunindo para combater o desrespeito sofrido pelo Decreto 8425. Em agosto de 2015, as pescadoras e marisqueiras da Bahia organizaram um ato de repúdio, onde ocuparam sede da Superintendência da Pesca e aquicultura na Bahia. Elas exigiam respeito as suas identidades culturais e modo de vida e reivindicaram seus direitos de trabalhadoras, independente do trabalho masculino.

As mulheres buscam dar visibilidade a seu trabalho. “É um trabalho que muitas vezes não é valorizado e você vende, você compra o balde, você vai ferventar, você vai catar e quando você acha um comprador, o comprador acha que tá caro” (Carla, janeiro de 2015). A inferiorização da participação da mulher nestas atividades é marcada por ser considerada como ajuda ao homem.

Para o MPP, o referido Decreto volta a ponderar como pesca apenas a captura do pescado, e desta forma a produção familiar tradicional passa a ser desconsiderada, excluindo do processo a maioria das mulheres pescadoras e marisqueiras. Há, portanto a negação da identidade das mulheres que fazem o beneficiamento do produto e que realizam a confecção dos materiais de trabalho nas referidas atividades.

Para o decreto, o pescador ou pescadora deve fazer da pesca seu exclusivo meio de vida, onde são categorias de inscrição no Registro Geral da Pesca, de acordo com o art. 2º:

IV - Embarcação de pesca - aquela pertencente a pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, que opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:  
a) pesca; b) aquicultura; c) conservação do pescado; d) processamento do pescado; e) transporte do pescado; f) pesquisa de recursos pesqueiros (BRASIL, 2015).

Aqui o inciso descaracteriza claramente como pescadores e pescadoras artesanais homens e mulheres que exercem outras atividades, mesmo aquelas tradicionalmente realizadas pelo coletivo como a agricultura e o artesanato, atividades que como já observamos acima são intercaladas com a pesca e mariscagem fazendo parte de uma cultura e modo de vida da população.

Não apenas a inserção na realização de outra atividade descaracteriza a classe trabalhadora, o parágrafo único do art. 3º dispensa da inscrição no RGP,

- I - pescadores e pescadoras de subsistência que praticam da atividade de pesca com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica;
- II - pescadores amadores e pescadoras amadoras que utilizam linha de mão ou caniço simples; e
- III - índios e índias que praticam a atividade pesqueira para subsistência. (BRASIL, 2015)

Aqui percebemos que o acesso ao RGP não pode ser concebido aos trabalhadores e trabalhadoras que pescam para subsistência, ou seja, para aquelas que realizam a pesca para consumo familiar, troca, escambo, sem finalidade de lucro. Todavia esta é uma marca das comunidades tradicionais, que mais uma vez não está sendo considerada.

Para além das críticas enunciadas acima, o MPP pontua o que está designado no Art. 2º, onde seu texto mostra que se por um lado o decreto dificulta o acesso dos pescadores e pescadoras artesanais ao RGP, por outro, ele facilita para os empresários.

- I - pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte
- II – pescador e pescadora profissional industrial - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria por cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer arqueação bruta. (BRASIL, 2015)

Os incisos transcritos acima consideram como pesca artesanal até aquela realizada com embarcação com arqueação bruta até vinte, o que corresponde às grandes embarcações que abrangem muito do empresariado.

Os trabalhadores e trabalhadoras da pesca por sua vez, principalmente as mulheres sofrem restrição no acesso ao RGP. Isso faz com que as mulheres pescadoras não tenham acesso a políticas sociais até então conquistadas com muita luta, é a perda de direitos destinados para os trabalhadores que possuem o Registro Geral da Pesca.

Se os homens desta categoria passam a ter dificuldade com os desafios trazidos pelo decreto 8425/2015, as mulheres passam a sofrer exclusão dos benefícios, uma vez que estas passam a ser consideradas *auxiliares* nesta atividade. Este ocasiona, portanto, a exclusão destas dos direitos previdenciários, bem como do seguro desemprego (*defeso*).

Um ponto interessante a se pensar é em que medida as representações sobre gênero e sua relação com o campo profissional prejudica o acesso das mulheres aos benefícios sociais. Aqui vemos que o defeso é destinado ao trabalhador que exerce a captura de determinada espécie, o que exclui as mulheres uma vez que esta é uma atividade de atribuição masculina sendo atribuído a elas o processo de beneficiamento e comercialização. As mulheres para as quais é atribuída a identidade de marisqueira, mas que participam desta cadeia produtiva são excluídas deste benefício como de outros direitos previdenciários.

Todavia, pescador e marisqueira são termos puramente normativos. Neste caso, a hierarquia se estabelece a partir da nomenclatura que impõe diferença e inferioridade as denominadas marisqueiras.

Diante da marginalização em que as mulheres de São Braz se viam postas, viu-se a necessidade de se inserirem de forma mais efetiva nos espaços de discussão política e levantar suas próprias demandas, pois apenas elas seriam capazes de reivindicar e expor suas necessidades.

Esta desigualdade nas relações de trabalho remunerado e não remunerado tem contribuído para a tomada de consciência das pescadoras por seus direitos sociais e as tem mobilizado em busca de políticas públicas que as contemplem (LEITÃO, 2014, p. 399).

Embora em seus discursos não apareça uma clara consciência de que há uma subalternidade da mulher e a invisibilidade dos trabalhos femininos, as mulheres vêm gradativamente se conscientizando de que são excluídas em diversos momentos dos interesses políticos. Neste contexto, elas vêm se mobilizando para por em pauta as demandas das mulheres negras pescadoras e quilombolas, uma vez que perceberam a importância de que apenas elas podem falar com propriedade de suas necessidades e interesses.

Para a conquista da certidão quilombola no ano de 2009, os moradores criaram uma associação voltada para políticas relacionadas a direitos quilombolas. Os cargos de liderança da associação, no período de 2009, eram todos ocupados por mulheres, apenas em 2014 dois homens passaram a ocupar os cargos de conselheiros fiscais, permanecendo três mulheres nos cargos principais de coordenação. Carla como coordenadora administrativa, Raimunda como coordenadora financeira e Erica como secretária.

Este fato mostra como as mulheres começam se apoderar dos cargos de destaque dos quais por centenas de anos lhe foi relegado este direito. A representação no cargo de poder nas sociedades ocidentais sempre foi algo destinado à figura masculina. Após a revolução industrial, no século XIX, se consolida a separação “que seria a política e o trabalho associados ao plano masculino, em oposição ao complementar, que aqui seria o lar, o doméstico, coisas do feminino” (GROSSI, 2004, p. 16). No mundo industrial, os homens estariam ligados à produção enquanto a mulher à reprodução, ao cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico.

Os movimentos feministas, ao defenderem a agenda internacional de gênero, no que diz respeito às reivindicações das pescadoras, marcam as décadas de 1970 e 1980 do século XX. Estas décadas foram caracterizadas pelos momentos de ruptura do que seria lugar de homens e lugar de mulheres nas Colônias (LEITÃO, 2014).

Se as Colônias de Pescadores/as eram presididas apenas por homens, onde a Marinha de Guerra, quem as controlavam, não permitiam até finais da década de 1970 mulheres como trabalhadoras, em 1989 há uma ruptura com este modelo excludente. Neste ano, pela primeira vez foi eleita uma mulher para presidente de Colônia no Brasil (idem). De modo geral não se colocava em pauta a participação das mulheres e suas respectivas demandas.

Os conflitos políticos, por exemplo, sempre foram discutidos em uma perspectiva macro, onde as políticas sociais de gênero, por tratarem de minorias, são sempre marginalizadas, pois se trata de uma discussão onde a mulher sempre foi excluída. Ainda focando as especificidades, não podemos deixar de considerar a situação ainda mais desigual das mulheres negras que possuem experiências de vida diferenciadas em comparação as mulheres brancas.

Parte dos moradores de São Braz é cadastrada na Colônia de Pescadores Z27, sediada na comunidade de Acupe, no município de Santo Amaro, Bahia. Em um contexto de ruptura do modelo que imperava nos cargos de liderança nas colônias de pescadores, vimos em 2014 a presidência da Colônia Z27 ser ocupada por uma mulher pescadora.

De acordo com dados fornecidos pela presidenta da Colônia são cadastrados na instituição um contingente de aproximadamente 260 pescadores e marisqueiras da comunidade de São Braz. Deste são em média, 150 marisqueiras, 100 pescadores e 10 já foram aposentados (PRESIDENTA da colônia Z27, 2014). Os dados fornecidos pela presidenta é parte de uma estimativa feita a partir de uma vivência na entidade. Vale

saber que nem todos os moradores são cadastrados na colônia, pois por desavenças políticas, são muitos os que mantêm uma relação de disputa e reivindicam seus direitos de pescadores a partir da associação quilombola.

Como ilustrado na figura 11 acima, embora a carteira da pesca seja emitida a homens e mulheres como *pescador (a) profissional*, no cadastro realizado na colônia, as mulheres são denominadas marisqueiras e os homens pescadores. Em relação a isso, a presidenta da colônia informou que o preenchimento das fichas com determinadas categorias é estabelecido por normas que não cabe à instituição modificar. Para ela as normas foram estabelecidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), hoje Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Entretanto, informou que estas nomenclaturas estão sendo reavaliadas, havendo a possibilidade de padronizar as categorias para a de pescador.

Em muitas comunidades as mulheres já reivindicam uma identidade de pescadora, sendo que em São Braz as mulheres se identificam como marisqueiras e são assim reconhecidas na Colônia de Pescadores na qual são filiadas, todavia a Colônia atualizará o cadastro passando as denominar como pescadoras. O termo não modifica, nem traduz o modo de vida das mulheres, apenas normatiza em uma categoria política que lhes trarão ou negarão direitos. Direitos estes que tem sido o foco dos moradores de São Braz, em especial as mulheres que estão sendo gravemente prejudicadas principalmente com a criação do Decreto 8425/2015.

Entre os moradores surge uma consciência de que direitos a políticas públicas e acesso a estes direitos só será possível com a organização do grupo e participação nos espaços de discussão política. Apenas com a organização em busca de estratégias para pressionar coletivamente as instâncias de poder, surge uma expectativa de mudança no cenário brasileiro.

### 3.1 PRÁ MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE AGENTE QUER. PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER

*Segunda-feira no mangue,  
Na terça-feira marisco.  
Na quarta-feira tem peixe  
Na quinta-feira vender.  
A sexta-feira é de branco,  
No sábado faço a feira.*

*Domingo não tenho descanso  
É vida de marisqueira  
Sou operária peão da Santa Maré,  
O meu trabalho no mangue é com a lama no pé.  
Domingo não tenho descanso,  
No sábado faço a feira.  
A sexta-feira é de branco  
Par quinta-feira vender  
Na quarta-feira tem peixe,  
Na terça-feira marisco,  
segunda-feira no mangue  
É vida de marisqueira.*

(Operarias da santa maré. Música: Carlinhos de Tote)

Os moradores da comunidade de São Braz lutam para garantir o modo de vida da população - cultura peculiar que se expressa através das territorialidades e dos processos de trabalho das atividades realizadas na maré e dentro do manguezal. A luta incessante pela manutenção de seu modo de vida lança a população na arena das políticas sociais, no entanto, para conquistar políticas sociais, fez-se necessária a organização da coletividade e sua participação nos espaços políticos de discussão.

Durante os trabalhos de campo, ficou constatado que os moradores ao se organizarem para lutar pela manutenção dos processos de trabalho da pesca e mariscagem, se conscientizam da segregação e marginalização que vêm sendo colocados frente a direitos conquistados, bem como a tomada de consciência de direitos conquistados, mas que sofrem ameaça de retrocesso. O mediador entre tais conhecimentos e as comunidades tem sido o CPP, e como este Conselho começou um trabalho mais sistemático de conscientização política no território do Recôncavo da Bahia apenas por volta do ano de 2004, como pontuado acima, apenas neste momento estas comunidades passam a reivindicar os direitos garantidos as comunidades não só de pescadores e marisqueiras como também os quilombolas.

A Associação quilombola como integrante do MPP fortalece a luta dos moradores uma vez que se reúnem com outras comunidades com demandas semelhantes na luta pela conquista dos objetivos. O Movimento é para as comunidades um espaço de conhecimento, organização e reivindicação dos direitos até então negados a pescadoras (es) e quilombolas. A CPP se apresenta como um dos aliados do Movimento e que presta acessória social a este. O Movimento integra comunidades que possuem modo de vida tradicional e almejem autonomia e resistam ao modelo de exclusão social.

O modo de vida de São Braz se expressa pela pesca e mariscagem enquanto principal meio de subsistência dos habitantes, fato que passou por um longo processo de ressignificação ao longo dos anos, uma vez que a agricultura familiar era o que marcava a cultura da coletividade na memória dos moradores, como vimos anteriormente.

Com a decadência da atividade agrícola, a partir de 1974, as atividades da pesca artesanal e da mariscagem ganharam força para a população local, tornando-se as principais fontes de renda. Hoje, apenas 3% dos moradores de São Braz realizam a atividade agrícola e, mesmo estes, intercalam a agricultura com a pesca e/ou mariscagem.

O gráfico 3 abaixo apresenta as atividades de subsistência da comunidade, nele vemos as principais atividades realizadas entre os moradores. A pesca aparece como a principal atividade (29,1%), já a mariscagem aparece como a terceira atividade principal (19,9%), mas vale pontuar que, embora a mariscagem apareça nos dados estatísticos como terceira atribuição na categoria de atividade principal, perdendo para a pesca e prestação de serviços diversos (gari, professora, zeladora, merendeira, motorista, pedreiro, ajudante de pedreiro, comerciante, artesão, eletricista, etc.), ainda assim ela se caracteriza como atividade principal pelo tradicional modo de vida da população.

Além do mais, assim como acontece com a agricultura, estas atividades de prestação de serviços diversos que são realizadas entre os moradores são sempre intercaladas com a pesca e/ou mariscagem, o que torna estas atividades primordiais para a subsistência local.

Como a mariscagem é uma atividade que as mulheres realizam em concomitância com as atividades domésticas, muitas vezes elas não a encara como uma atividade econômica, mas como uma forma de complementação de renda, como uma extensão dos trabalhos domésticos. Então ao perguntar para elas qual a atividade principal, elas acabam respondendo outra coisa e não a mariscagem, principalmente as mulheres mais novas. Nas entrevistas algumas responderam que são domésticas, que fazem faxina, só que estas que dizem que são domésticas e fazem faxina também estão mariscando.

Note que a mariscagem está abaixo de prestação de serviços diversos por pouco mais de 1% e, um fato de extrema relevância é que, na arena pública, os moradores evocam a identidade de pescador, marisqueira e quilombola, o que dá maior força às identidades de pescador e marisqueira.

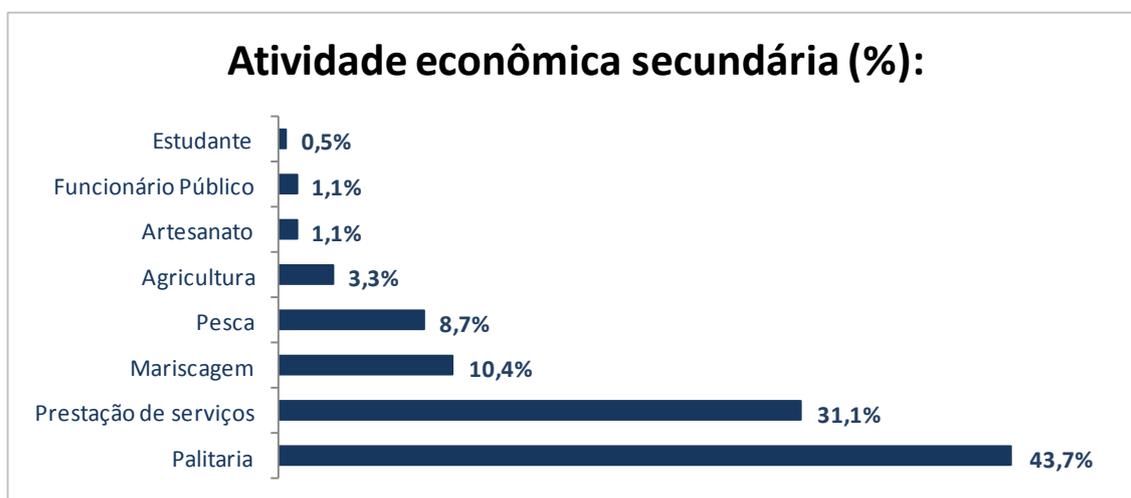
**FIGURA 12**

**Gráfico 3: Principal atividade de subsistência em São Braz**



**FIGURA 13**

**Gráfico 4: Atividades de subsistência secundárias em São Braz**



A atividade da mariscagem é intercalada com várias outras, como prestação de serviços gerais e principalmente com a palitaria (fabricação artesanal de palitos a partir do bambu), por isso estas outras atividades aparecem no gráfico 4 como principais atividades secundárias. Mesmo nas atividades secundárias a pesca e mariscagem também aparecem com um percentual significativo, sendo que o percentual atribuído a

mariscagem é superior ao da pesca, mesmo que as mulheres declarem que são donas de casa.

Aqui apresento um universo de 193 núcleos familiares, o que não pode ser confundido com número de famílias. Aqui nos referimos a residências, lembremos, todavia que em cada núcleo familiar podem existir mais de uma família. Deste universo de 193 eu trabalho com 742 pessoas, identificadas nos dados estatísticos (questionários aplicados na comunidade) como a população aproximada de São Braz.

Estas pessoas assumem prioritariamente as identidades de pescador e marisqueira, embora desenvolvam uma multiplicidade de outras atividades. Ao utilizar a referência da representação destes agentes, temos que nos atentar para duas questões: para a representação e para a agência, ou seja, para o discurso e para a realidade, como é de fato, devemos dialogar com as duas instâncias.

O discurso se forma e se sustenta pelo fato de a comunidade ter se configurado tradicionalmente, historicamente como de pescador e marisqueira. Apenas muito recentemente é que a realidade começa a se modificar, começa a surgir uma emigração – emigração jovem onde o modo de vida dos moradores começa a passar por mudanças assim como as atividades de subsistência, comoveremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Fazendo esta contraposição, a questão é que o discurso se mantém embora a realidade já esteja se modificando, mas do ponto de vista identitário que é o que trata este trabalho, a identidade de marisqueira é fundamental ainda que do ponto de vista estatístico ela já possa está sendo ultrapassada por outras atividades.

O percentual que os gráficos mostram - o qual estamos aferindo - também não é algo fixo, com o passar do tempo a realização de um novo censo pode dar resultado diferente. O dado estatístico não é uma camisa de força, temos que interpretá-lo a luz dos dados etnográficos. Muitos dos moradores declaram ter sido pescador ou marisqueira, mas que agora estão fazendo outra atividade.

Algumas atividades sazonais os moradores intercalam e alternam com a pesca e com a mariscagem, este dado estatístico não contradiz o que estou afirmando. É importante usar não apenas os dados estatísticos, mas mostrar como estes dados estatísticos não são simplesmente uma leitura automática, é preciso contextualizar os dados para melhor compreendê-los, e neste caso compreender o modo de vida da população.

Foi a ameaça a este modo de vida e, sobretudo, a conquista por direitos até então negados e usurpados, que mobilizou a organização da coletividade. O objetivo maior era fazer com que os trabalhadores locais tivessem uma participação democrática efetiva nas decisões que dizem respeito a suas existências e, com isso, lutassem por políticas sociais que beneficiassem a população e garantissem suas condições de vida, em especial as principais atividades que lhes dão subsistência, que como já abordado tratam-se dos processos que envolvem a pesca e a mariscagem.

Com a mobilização dos trabalhadores da comunidade aqui estudada e, sobretudo, com a participação democrática dos grupos, inevitavelmente se destacaram lideranças que sistematizaram a organização do coletivo. Esta população carente, que necessita de políticas que lhe garantam o exercício de direito de cidadania como educação, saúde, habitação popular, previdência social, trabalho, saneamento, meio ambiente, etc., passou a ver na organização o único meio de garantir sua sobrevivência.

Todavia, a forma estratégica que eles encontraram para se ter acesso aos direitos almejados foi a institucionalização do grupo. A Associação de Moradores e Pequenos pescadores e Marisqueiras de São Braz que já existia na comunidade, foi presidida por vinte anos por um homem, embora houvesse a presença de mulheres na organização.

É nesta perspectiva que, ao falar das lutas libertárias nos anos 1960, como os movimentos sociais de 1968, em busca de uma vida melhor, mais justa e igualitária, Miriam Pillar Grossi (2012) aponta o surgimento da problemática de gênero. As mulheres possuíam um papel secundário nestes movimentos, embora participassem em pé de igualdade com os homens. Raramente assumiam a liderança política, eram sempre esquecidas no momento de escolher um representante do grupo ou alguém para falar em público, eram sempre postas como secretárias ou ajudantes em confecção de faixas ou para panfletar, tarefas consideradas menos nobres.

O momento crucial para que as mulheres da comunidade se mobilizassem contra esta forma de organização foi com a ameaça ao seu modo de vida onde passam a ter uma visão da exclusão das marisqueiras de políticas importantes para garantia do sustento e saúde delas. A luta passa a ser um meio de garantir a manutenção e reconhecimento do processo de trabalho, pois ao conquistar o título de seu território elas possuirão a garantia de continuar realizando suas atividades culturais e na luta elas passam a reivindicar direitos e, portanto, visibilidade de seu trabalho. Passa a ser principalmente uma forma de colocar em pauta não apenas as demandas das populações de pesca, pois isso abrangia as discussões que privilegiava os homens. As mulheres

querem pautas específicas para suas demandas, elas querem políticas específicas para as pescadoras e marisqueiras.

Foi diante da intensificação das ameaças sofridas, o que envolvia conflito territorial, que os comunitários criam, em 2009, outra associação como forma estratégica de garantir o território. Funda-se a Associação Quilombola de São Braz, uma instituição voltada para interesses específicos, que iam ao encontro de políticas criadas para atender demandas específicas de populações quilombolas. Tais políticas ajudariam a garantir o território e conseqüentemente seus modos de vida.

A recém-criada instituição se estabelecia com uma nova proposta de organização. Todos os participantes deveriam se engajar na luta política, onde todos seriam os responsáveis pelas conquistas e fracassos. Fazia-se necessária uma maior participação dos moradores haja vista que passaram a lidar com interesses políticos muito mais complexos, que envolve uma luta que está para além das fronteiras da comunidade de São Braz. A luta das comunidades quilombolas tem repercutido no âmbito macro da questão política, um debate que envolve grandes latifundiários, a mídia, empreiteiras, o poder público e questões emblemáticas de reparação e segregação racial<sup>12</sup>.

A instituição tem maior flexibilidade no que diz respeito aos cargos de representação. Todos os moradores podem e devem acompanhar as discussões e deliberações da associação. A diretoria é composta por coordenação e conselho fiscal, eleita por um período de dois anos, assim sendo três coordenadores e dois conselhos fiscais, porém os associados têm a liberdade de criarem um regimento interno que possibilita maior número de participação dos moradores em comissões de representação. A associação tornou-se o palco de debate e organização para as mulheres, ocupando a diretoria da associação elas colocavam em pauta suas demandas, suas dificuldades, seus problemas.

---

<sup>12</sup> Para maior entendimento da literatura que envolve a luta quilombola ver JESUS (2013).

**FIGURA 14: Reunião da associação quilombola com o INCRA para iniciar o processo de titulação da comunidade.**



Fonte: Jesus, 2015

A organização foi cada vez mais se fortalecendo e aumentando a participação da comunidade nas reuniões. A participação das mulheres nas discussões era cada vez mais presente. A associação quilombola nasce na comunidade como uma arena política que apresentou as mulheres uma possibilidade de se manifestarem enquanto sujeitas de fala.

Na **Figura 14** acima podemos visualizar uma reunião que aconteceu na comunidade, nela está a equipe do INCRA, órgão responsável atualmente por emitir o título das comunidades quilombolas.

Estava presente na reunião também o grupo de pesquisa MITO o qual foi convidado pela coordenação da associação. O representante do INCRA enumerou os procedimentos administrativos a serem realizados no processo de titulação do território enquanto área remanescente de quilombo.

Ao término da reunião não pude conter a necessidade de compartilhar a experiência de luta da minha comunidade no processo de delimitação pelo qual já passamos, uma vez que vivenciei o conflito de perto como liderança do movimento. Pontuei a organização, participação e união do coletivo como fator de extrema

relevância para o alcance dos objetivos, permanência, visibilidade da luta. O respeito que o grupo pode conquistar por parte dos organismos políticos depende desta conjuntura. É crucial a formulação de estratégias de resistência para os obstáculos que surgem no decorrer do processo.

A reunião tem a presença de homens da comunidade, entretanto a participação significativa é das mulheres. Se a associação de moradores era dirigida e liderada por homens, nesta o protagonismo pertence às mulheres, são elas que coordenam a associação, quem coordenam as reuniões. Na imagem vimos Carla se pronunciando, ela faz a abertura da reunião, onde o INCRA esclarece a respeito dos processos de regularização da comunidade, é ela quem faz a abertura e as mulheres determinam o rumo da discussão, elas esclarecem e expõem suas dúvidas, se posicionam.

Os moradores vêm na organização do grupo uma estratégia de conquista de direitos, de políticas públicas. São vários os autores e várias as definições existentes sobre política pública, onde Rezende (2004) atribui a definição mais clássica à Lowi, que se refere a esta como “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (SOUZA, 2007, pg. 68). Autores mais recentes como Souza acreditam que as teorias sobre políticas públicas também devem explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, uma vez que as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade.

Neste sentido, ao resgatar as várias definições dadas por diversos autores que estudam o tema, a autora resume política pública como

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e /ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2007, pg. 69).

Aqui ao falarmos das políticas públicas que almejam os moradores de São Braz, enfatizamos as políticas públicas de assistência social assim como políticas com recorte de gênero, ou seja, políticas públicas que ao reconhecerem as diferenças de gênero implementem ações diferenciadas para as mulheres (LEITÃO, 2014).

Em São Braz, 50,3% dos núcleos familiares já acessaram o *defeso* e 54,9% são beneficiários do Programa Bolsa Família, enquanto 39,4% são aposentados. Estas são as

políticas que mais chamam a atenção dos moradores, pois são as que mais impactam diretamente na renda e, portanto, no sustento das famílias.

Mais da metade das residências no local não possuem fossa, embora 87% delas possuem banheiro. Com isso ocasiona o despejo do esgotamento sanitário dentro do manguezal, área de sustento dos moradores locais. A água encanada chega para apenas 56,5% das casas.

As políticas até então implantadas na localidade mostra o quanto o poder público precisa investir para o bem-estar da população. Assim sendo a coletividade tem muito que reivindicar para garantir melhoras de vida.

Para denunciar o descaso do poder público e na luta pela garantia de direitos, estes atores sociais se organizaram em associação. Buscando unir forças, as lideranças integram o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais. Esta inserção no Movimento além de fortalecer a luta dos moradores, sendo que estes contribuem também para o fortalecimento da luta de outras comunidades, também significa uma inserção mais precisa nas questões políticas, que se desenvolvem gradativamente pelo aprofundada dos sujeitos e das sujeitas que são capazes de refletir mais minuciosamente a respeito da marginalização pela qual nosso povo vem sofrendo a centenas de anos.

A conquista de direitos por parte do MPP se pauta em duas questões primordiais, a) as comunidades integrantes devem ser politizadas e passar por capacitações para obterem conhecimento dos direitos a serem conquistados, b) as comunidades devem estar engajadas com as bandeiras de luta levantadas pelo coletivo que é de interesse de todas. Uma decisão importante tomada pelo Movimento diz respeito ao posicionamento político sustentado pelos integrantes onde eles afirmam:

Decidimos assumir um novo nome para o movimento com objetivo de simbolizar o rompimento com um modelo institucional e representativo que não foi capaz de acolher as lutas e sonhos dos povos das águas. Assim, não estamos vinculados a qualquer instituição. A base do movimento são os grupos de pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades que assumem os objetivos do movimento de forma organizada e que se fortalecem a partir de coordenações locais, regionais, estaduais e nacional. A participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização dos pescadores e pescadoras. A presença negra e indígena marca profundamente a nossa identidade. Acreditamos no poder popular e assumimos a missão de organizar e formar os lutadores do povo nas águas, como contribuição histórica para a construção de uma sociedade justa (Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Trecho da carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, escrita em assembleia realizada de 05 a 09 de abril do ano de 2010, em Acúpe, localizado no município de Santo Amaro, território do Recôncavo da Bahia. Na assembleia estavam presentes 65 homens e mulheres de 11 Estados Brasileiros, onde foram redefinimos os princípios, objetivos e estratégias para o fortalecimento da luta

O MPP, antes conhecido como Movimento dos Pescadores da Bahia (MOPE-BA), pontua questões extremamente pertinentes para a discussão aqui estabelecida, questões como a organização e participação política dos pescadores e pescadoras artesanais. Com esta dinâmica de acreditar e capacitar a população para a participação política a partir de processos de formação de base, o Movimento busca combater questões que defendem a exclusão do povo dos espaços de discussões políticas e de decisões primordiais para a melhoria de suas vidas.

A atuação do Movimento nas comunidades pesqueiras e de mariscagem tem sido de extrema importância na tomada de consciência política, organização e formação de lideranças para a luta dos direitos. Em São Braz fica visível como esta atuação tem surtido efeito na conscientização dos moradores para a organização do grupo e o aumento de lideranças no engajamento do processo político.

Eu saía nas portas para chamar o povo, menina... Eu e Gil. Agente não perdia a hora, muitas vezes agente chegava da pescaria, Gilmar gritava: “-Val, vai ter reunião tal dia, dá para você ir?” Nós ficava doido procurando gente para a reunião (...) eu e ele foi que começou foi quando Gilmar veio para aqui (VAL, pescador, janeiro de 2012).

Val hoje tem 42 anos de idade, no início de organização da comunidade no Movimento ele estava engajado nos primeiros passos da organização política, é um pescador cujo jeito comunicativo o torna simpático e extrovertido, características que lhes favoreceram anteriormente um papel importante na diretoria da associação de pescadores, e mais tarde um papel de militância no início do processo de mobilização pelo reconhecimento da identidade quilombola.

Foram várias as pessoas que se engajaram na luta da comunidade depois da chegada do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. O MPP busca meios de desenvolver nos indivíduos as características de uma liderança política capaz de tecer críticas, articular ideias, reflexões, objetivos e estratégias de combater as desigualdades, bem como segurança para decidir sobre questões que envolvam sua vida e proteção de seu território, não apenas na esfera governamental, como em outros espaços de poder.

Afirmamos como nossas principais bandeiras de luta: defesa do território e do meio ambiente em que vivemos. Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resistimos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. Queremos combater o capitalismo e sua lógica excludente. Pretendemos construir um projeto popular para o Brasil e contribuir para as transformações mais amplas da sociedade (Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais)<sup>14</sup>.

O MPP assume o compromisso de organizar e formar os lutadores do povo das águas. Vale lembrar que, ao aderir ao Movimento, os pescadores e marisqueiras de São Braz almejam fortalecer a organização e, portanto, suas possibilidades de defesa do território, manutenção dos processos de trabalho da pesca e/ou mariscagem e implementação de políticas sociais que envolvam os interesses da população.

No que se refere à formulação de políticas sociais, para se entrar na agenda governamental uma questão precisa se tornar um problema, neste caso, os moradores possuem a consciência de que, para serem inseridos na lista de beneficiários de políticas sociais, eles precisam dar visibilidade à luta e criar uma consciência coletiva de que tal problema precisa ser prioritariamente resolvido.

A estratégia adotada pela população é a de se articularem com outras comunidades com demandas parecidas, formando redes que fortaleçam as estruturas da organização. Com a formação de redes, torna-se mais eficaz pressionar o poder público para a implementação de políticas sociais em áreas estratégicas de atuação do Movimento. A reivindicação é feita com base na demanda e realidade de cada comunidade, levando em consideração o modo de vida sociocultural de cada região. Vale destacar que, assim como ocorre nas esferas governamentais, os interesses de cada comunidade entram na pauta do Movimento por ordem de urgência e/ou conflito estabelecido. A demanda que os moradores de São Braz buscam defender com mais veemência é a titulação do território enquanto quilombo, ou seja, a garantia do território e de seus modos de vida.

---

<sup>14</sup> - Trecho da carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, escrita em assembleia realizada de 05 a 09 de abril do ano de 2010, em Acupe, comunidade localizada no município de Santo Amaro, território do Recôncavo da Bahia. Na assembleia estavam presentes 65 homens e mulheres de 11 estados brasileiros, onde foram redefinidos os princípios, objetivos e estratégias para o fortalecimento da luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Disponível em: <https://cppnorte.wordpress.com/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/> Acessado em: 29.01.2015.

A comunidade busca também como prioridade a garantia do direito da mulher marisqueira, sua identidade e respeito pelo seu modo de vida e autonomia. Buscam a formulação de novas e permanência de políticas sociais para mulheres.

A comunidade de São Braz, assim como as demais comunidades integrantes do Movimento, possuem demandas específicas distintas de cada local, nesse caso é preciso tomar decisões a partir de uma escolha racional, ou seja, o sistema de políticas públicas pressupõe racionalização uma vez que há uma multiplicidade de interesses envolvido.

Existem mais chances de organizar os interesses de poucos do que os interesses difusos de muitos. O interesse público, todavia, não é a soma dos interesses dos grupos, desta maneira, a política pública deve resultar de uma análise racional e não da disputa entre os grupos (SOUZA, 2007, p. 78).

Entretanto, é possível conquistar políticas sociais a partir da mobilização social ou ação coletiva, principalmente quando o coletivo apresenta proposições de debate público de alternativas. Tais proposições precisam conquistar um consenso que as legitimem e alcancem uma abrangência ainda maior que os interesses corporativos ou setoriais (TEIXEIRA, 2015 p. 07).

O exercício do poder em espaços de representação política é uma questão que envolve conflito social na distribuição de poder, se constituindo um fator preocupante. Embora exista na comunidade de São Braz uma série de problemas identificados pelos moradores em termos de políticas públicas, problemas que requerem atenção específica, ainda é insignificante o número de pessoas que participam de organizações, chegando a quase 70% o número de não filiados a nenhum tipo de associação em São Braz.

A abstenção da participação por parte dos indivíduos ocorre por diversos fatores, dentre eles, por disputas políticas e conflito social envolvendo os cargos de liderança. Outro fator diz respeito ao fato de os indivíduos possuírem interesses distintos e não conseguirem chegar a um consenso, destacando a existência de maiores chances de organizar os interesses de poucos do que os interesses de muitos (SOUZA, 2007 *apud* OLSON, 1965).

Embora haja uma maior consciência política em formação na comunidade com a atuação do MPP, ainda são poucos os moradores que tem uma participação política efetiva, cabendo maior participação as mulheres. Apenas questões que digam respeito a todos ou a maioria, conseguem mobilizar um maior número de moradores.

A ameaça ao modo de vida da população foi um fato que atingiu todo o coletivo, onde parte dos moradores se mobilizou para garantir seu território. Outro fato de

extrema relevância que atingiu todos os membros da comunidade foi o Decreto 8425/2015. Com a repercussão que teve o Decreto, o qual impacta na identidade dos pescadores e pescadoras artesanais, onde os pescadores para terem o reconhecimento de tal identidade pelo órgão público precisam modificar drasticamente seu cotidiano de trabalho. As lideranças do MPP se revoltaram, pois, os formuladores da lei mostram pleno desconhecimento da vida do mar. Os trabalhadores e trabalhadoras apenas são reconhecidos se realizarem a atividade o dia inteiro, mas nesta atividade os trabalhadores determinam seus horários pelos horários da maré.

Neste conflito, as mais prejudicadas foram as mulheres, e foram elas quem mais se mobilizaram contra este desrespeito. Foi 20 de agosto do ano de 2015, uma data emblemática, marcada pelo primeiro encontro das mulheres pescadoras da Bahia em um ato em protesto ao Decreto 8425. Reuniram-se mulheres de várias regiões da Bahia, onde ocuparam o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), antiga Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP).

A comunidade de São Braz neste ato foi representada apenas por Carla e, um jovem pescador da comunidade, integrante da associação quilombola foi como apoio à manifestação. Este foi um ato organizado, liderado e realizado pelas mulheres pescadoras da Bahia, mas os pescadores militantes do MPP estavam presentes apoiando a luta e as demandas das mulheres.

O dia vinte foi marcado pela ocupação do prédio do MPA, mas com o objetivo de dar maior visibilidade à ocupação fazendo este repercuti na mídia, as mulheres também ocuparam as ruas e a praça frente ao Mercado Modelo em Salvador, onde o MPA se localiza próximo com o objetivo de chamar a atenção dos meios de comunicação.

**FIGURA 15: Ato das pescadoras em frente ao mercado modelo contra o Decreto Federal 8425/2015**



Fonte: Jesus, 2015

**FIGURA 16: Pescadoras beneficiam marisco na praça em protesto ao Decreto Federal 8425/2015**



Fonte: Jesus, 2015

Na **Figura 15e 16** pescadoras de várias regiões da Bahia reunidas na Praça Visconde de Cairu, em frente ao Mercado modelo na cidade de Salvador. Elas armaram mesas de madeira onde puseram bacias, baldes e balaios cheios de mariscos como siri, sururu, aratu. Os mariscos foram beneficiados em praça livre pelas pescadoras, bandeiras do Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais foram hasteadas, e faixas de protesto foram esticadas. O beneficiamento do marisco representou um protesto para mostrar que as mulheres têm um papel importante na atividade da pesca. O marisco é muito importante para a culinária e economia brasileira, e as principais responsáveis pela sua produção são as mulheres pescadoras. O ato foi em sinal de protesto ao desrespeito sofrido por estas mulheres com a criação do Decreto 8425.

Alguns movimentos também pautaram este desrespeito as pescadoras. A Marcha Mundial das Mulheres, conhecida como a “*Marcha das Margaridas*”, maior manifestação de mulheres da América Latina trouxe na manifestação de 2015 as demandas urgentes das mulheres pescadoras. A manifestação ocorre todo ano em 2015 ocorreu no dia 11 de agosto, em Brasília e, o lema foi “margaridas em marcha por desenvolvimento sustentável, justiça, soberania, liberdade e igualdade”. As demandas urgentes das pescadoras dizem respeito ao modelo de economia familiar, elas reivindicam o acesso aos mesmos direitos dos homens trabalhadores da pesca. O Estado nega tais direitos às mulheres

Porque muitas não são as responsáveis pela atividade de pescar o peixe em si, mas sim por processar e beneficiar o pescado, além de fazer a manutenção dos materiais. Mesmo que o trabalho das mulheres seja fundamental para esta economia, o Decreto 8425 não reconhece as mulheres pescadoras como tal e elas não podem receber o seguro defeso na época em que não se pesca, ficando sem renda (Marcha das Margaridas, 2015).

O que ocorre é que o Estado considera estas mulheres apenas apoiadoras dos maridos, pais, irmãos ou filhos nesta cadeia produtiva, o que determina o modelo de economia familiar. Com esta lei as mulheres são colocadas na dependência da figura de um homem. Assim sendo, A conquista de 1979, que dava as mulheres solteiras o reconhecimento como trabalhadoras profissionais da pesca (LEITÃO, 2014) e a Lei 11.959 de 2009, que considerava todo o processo como trabalho da pesca - desde a coleta e beneficiamento - entram em retrocesso, assim como vários direitos já conquistados.

As pescadoras foram para o enfrentamento, logo pela manhã do dia vinte, mulheres lideranças de cada comunidade reivindicaram uma reunião com representantes

do Ministério da Pesca e Aquicultura. Os moradores de São Braz chegaram por volta das 12 horas em um ônibus que conduzia as mulheres do Recôncavo, como as comunidades de São Francisco do Paraguaçu e Santiago (Cachoeira), Acúpe (Santo Amaro) e comunidades do município de Maragogipe.

Acompanhei todo o trajeto delas no ônibus e durante a mobilização e pude contemplar a garra e determinação daquelas mulheres em defesa de seus modos de vida, de sua identidade. Eu estava ali, não apenas como pesquisadora estava enquanto liderança de uma comunidade de pescadoras, mais ainda, como pescadora desrespeitada cuja identidade e modo de vida estavam sendo violentadas por quem não conhece nosso universo de subsistência, nosso habitat, nossas habilidades, nossas necessidades.

Ao chegarmos em Salvador, o prédio do MPA já se encontrava ocupado, crianças, homens, mulheres, malas, colchonetes, utensílios como pratos, canecos, garfos e colheres, etc. tornavam aquelas várias salas poucas e pequenas. As pessoas já estavam ocupando seus espaços, algumas já marcavam o lugar que tinha escolhido para passar a noite.

As crianças que se faziam presentes eram filhos e filhas das pescadoras, e os homens eram pescadores esposos, filhos e pescadores militantes do MPP.

Em meio àquela multidão, os funcionários do MPA buscavam resolver algumas demandas reivindicadas pelo Movimento. Era preciso dividir grupos, um permanecia no prédio, para não tirar a legitimidade da ocupação e outro ia para as ruas, abrir faixas, distribuir panfletos, recolher assinaturas da campanha pela regularização do território pesqueiro.

Permaneceu no prédio uma equipe de aproximadamente cinquenta (50) pessoas. Deu-se preferência a ficar no prédio as mulheres idosas, mulheres com crianças. Carla também ficou no alojamento, pois estava muito cansada com o trajeto de São Braz para a capital. Na praça estavam as demais participantes da mobilização, fazendo um ato. Ali, na praça foi distribuído o almoço, todas as pessoas levaram seus pratos, canecos e garfos (*kit militante*) como os integrantes do Movimento costumam chamar.

A parada para o almoço foi rápida, este foi realizado como parte do protesto, foi consumido os próprios mariscos beneficiados na praça. Por volta das quinze horas, as bandeiras do Movimento voltaram a serem empunhadas e as faixas com os dizeres do protesto abertas. Grito de guerra, canto de animação, gestos, revolta e muita disposição tomaram conta da praça naquela tarde de quinta-feira. Um enorme pano branco com o nome do movimento dos pescadores ilustrada com imagens de peixes foi aberto no meio

da praça e segurado pelas participantes da mobilização com cantos e gritos. Este pano foi levado para o meio da pista juntamente com as faixas causando um enorme engarrafamento.

As viaturas policiais logo apareceram, usaram de violência verbal para inibir e deslegitimar a manifestação. Neste momento, em meio ao tumulto causado pelos policiais e participantes da mobilização avistei Carla segurando a faixa, cantando e gritando junto a todas as pescadoras (figura 13).

Foi um momento de muita tensão, onde os policiais armados exigiam que liberássemos a pista. Eu estava envolvida com aquela tensão instaurada, mas tentava encontrar Carla e não conseguia, queria observá-la, analisar seu comportamento em meio aquele conflito estabelecido, como ela se comportava na arena pública. Mas meus interesses particulares estavam postos, eu também estava ali lutando por um direito da categoria que faço parte, não era apenas uma observação participante, eu estava vivenciando exatamente a experiência da minha interlocutora.

Malinowski (1975) defende que o pesquisador pode e deve viver entre os nativos por um determinado período de tempo para apreender seus pontos de vista e assim poder apreender o que Roberto Cardoso de Oliveira (2000) denomina *excedente de significação*, significados apreendidos apenas por momentos fora do método, apenas na observação participante. O pesquisador não pode querer ser um “nativo”, pois jamais o será. Eu, entretanto ali estava vivenciando as mesmas emoções, prejuízos e possíveis conquistas com a “nativa”, mas também enquanto “nativa” de que fala o autor.

Carla estava no prédio com outras mulheres, mas logo desceram para reforçar o movimento de ocupação das ruas. Nós gritávamos por direitos, queríamos a garantia de políticas públicas para as pescadoras, políticas estas que estavam em vias de retrocesso. Reivindicávamos respeito pela nossa identidade de pescadora.

Ainda hoje, muitas políticas públicas encontram limites porque seguem a cultura patriarcal, que naturaliza a divisão sexual do trabalho e considera os homens como provedores das famílias, ocultando a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida (Marcha das Margaridas, 2015).

Nós mulheres não aceitamos ter nossas identidades de pescadora ou marisqueira negadas, não aceitamos ser consideradas apoiadoras da pesca. Embora haja conflito nas identidades requeridas pelas mulheres na comunidade de São Braz, o conflito diz respeito a um dilema que interliga a representação a agência de gênero, onde as mulheres são denominadas marisqueiras independente das atividades que exerçam na

pesca ou na mariscagem, entretanto os direitos que elas reivindicam vão ao encontro da atividade que elas efetivamente fazem/realizam.

Com a luta pela manutenção dos processos de trabalho e conseqüentemente por direitos, as marisqueiras de São Braz passam a desenvolver uma consciência política da marginalização da mulher e passam a observar o trabalho da mulher como um trabalho de pescadora.

O termo não modifica seus modos de vida, mas o novo termo, “apoiadora da pesca” é criado para negar não só as identidades requeridas, como também o modo de vida das mulheres trabalhadoras da maré.

O Decreto em questão chega para impor novas formas de realização da atividade, onde mesmo os homens para ter direitos referentes a identidade de pescador, e, portanto, os direitos destinados aos pescadores, precisam exercer unicamente a atividade da pesca, ou seja, fazer da pesca seu único meio de vida, traduzindo em outras palavras, o homem apenas vai ser considerado pescador se sobreviver apenas da pesca sem intercalar a atividade com outras secundárias.

Outro ponto levantado pelo Decreto e que levanta a revolta dos trabalhadores da pesca é o fato de que os trabalhadores precisam ir ao mar realizar a atividade todos os dias e o dia todo.

Isso mostra como o formulador da lei desconhece completamente o modo de vida dos pescadores, uma vez que nós trabalhamos em uma relação com a maré que vai ser influenciada pela lua, e os horários da maré não nos permite pescar todos os dias e o dia todo, ninguém pesca todos os dias. Os não trabalhamos com o intuito de enriquecer, mas pela subsistência. Se um pescador for a maré e dependendo ele pegar muito em um dia ele não volta lá no dia seguinte<sup>15</sup> (pescadora, 20 de agosto de 2015).

As pescadoras buscam mostrar como a pesca artesanal é uma atividade que é necessária ser realizada em íntima relação com a natureza, onde os trabalhadores precisam ter um profundo conhecimento de técnicas e modo de manipulação de instrumentos e do meio ambiente como o vento, a maré movida pela influência das fases da lua, etc.

Conhecimentos estes completamente ignorados pelos formuladores do Decreto que vem para implantar uma nova forma de exercício, um exercício que diz respeito aos

---

<sup>15</sup> Fala de uma pescadora em ocupação feita ao prédio do Ministério da Pesca e Aquicultura em 20 de agosto de 2015.

pescadores que trabalham com embarcação e em escala comercial. É em protesto a isso que as pescadoras estavam nas ruas de Salvador.

**FIGURA 17: Pescadoras e marisqueiras abrem a bandeira do território  
pesqueiro**



Fonte: Jesus, 2015

Na **Figura 17** acima, mostra as integrantes da mobilização, assim como os apoiadores. Elas participam com muita garra do ato. Carla, a primeira mulher à direita segura a bandeira que está sendo esticada pelas mulheres participantes do protesto. Elas gritavam ininterruptamente palavras de ordem, grito do movimento e canto do território pesqueiro. Dentre eles dois foram os que eram insistentemente repetidos, como,

“Prá mudar a sociedade do jeito que agente quer  
Participando sem medo de ser mulher”  
(SEM MEDO DE SER MULHER)

“Este é o nosso país, esta é a nossa bandeira  
É por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira”.  
(ORDEM E PROGRESSO)

Carla estava representando as demandas das marisqueiras de São Braz em um ato que reunia a luta pelo direito das pescadoras de modo geral e, estava ali reivindicando para além de uma identidade de pescadora ou marisqueira, mas direito a

um modo de vida tradicional e, sobretudo direitos que garantam este modo de vida, ou seja, políticas sociais que se adéquem a realidade de vida de cada comunidade.

O modo de vida das pescadoras e pescadores artesanais é traduzido nas territorialidades do coletivo, em seus esforços de transformar seu ambiente biofísico em um território, tanto na maneira de ocupá-lo, usá-lo, controlá-lo e se identificar com ele, dinâmica que engloba o conceito de territorialidade trabalhado por Little (2002). E neste esforço, nesta ação sobre o território, os agentes determinam as agências de gênero dos grupos, agências estas determinadas a partir das formas de sociabilidade exercidas na comunidade. É a respeito da agência de gênero que envolve as marisqueiras e pescadores em São Braz a partir da socialização, que trata o próximo capítulo.

#### **4. MURI: SOCIALIZAÇÃO E AGÊNCIA FEMININA NOS PROCESSOS DE PESCA E MARISCAGEM**

Em São Braz, a socialização da população se traduz na relação do dia a dia, seja enquanto trabalham o território para a construção dos espaços de moradia; no convívio familiar que ocorre nas próprias residências; nas áreas de lazer; no comércio que se concretiza no local, – vendas, bares e restaurantes - ou nas feiras do município; nas atividades produtivas; nas festas; nos encontros religiosos, dentre outros. São inúmeras as atribuições que formam as territorialidades do grupo, e aqui trataremos de uma destas atribuições especificamente, a saber, as atividades produtivas, este é o foco do presente capítulo.

Contudo, como já ficou claro, das diversas atividades econômicas existentes na comunidade (conforme mostra o gráfico 3 acima), me dedico em analisar a pesca e a mariscagem.

A ênfase é dada apenas aos processos de trabalho destas atividades, refletimos, portanto, a agência feminina nestes processos de trabalho e a importância destes processos de trabalho na socialização de gênero, ou como a socialização determina em especial a agência feminina.

A socialização é um fator determinante para as representações que os moradores possuem a respeito dos processos de trabalho na pesca e mariscagem. É por socialização que mães e pais ensinam aos seus filhos a cultura local os fazendo assimilar certas características que vão contribuir para a construção de sua visão de mundo. Estas

características são transmitidas, aprendidas, e reforçadas desde o nascimento no cotidiano, no compartilhar as histórias orais, mas é principalmente no observar que a prática é moldada e assim as crianças são formadas e transformadas em pescadoras e marisqueiras.

As atividades são apreendidas pelas crianças desde a infância, “as crianças desde cedo, com cinco anos que já ia comigo mariscar, todos ajudavam a catar e pegar” (D. ZEFA, marisqueira aposentada, janeiro de 2015). D. Zefa recorda como antes na comunidade era mais intenso as ocorrências de mães e pais levarem as crianças para o ambiente de trabalho para que aprendessem os processos de atividade.

O processo de aprendizado dos moradores da forma como está aqui abordado encontra paralelo com o realizado pela sociedade amazônica Kaxinawá. Os Kaxinauás são povos indígenas que vivem no Acre, estado pertencente ao Brasil e no rio Purus, no Peru, eles são cerca de 5 mil habitantes que sobrevivem principalmente da agricultura de derrubada e queimada, da caça e da pesca, os moradores também produzem borracha, artesanato e algum produto alimentício para venda (MCCALLUM, 1999).

Os Kaxinauás pertencem a uma sociedade indígena, diferente da sociedade aqui estudada, entretanto se trata de uma população tradicional como o é a quilombola cujas atividades econômicas referidas são similares, portanto os insights de McCallum muito nos ajuda a refletir sobre a preparação das crianças para uma vida adulta produtiva na comunidade de São Braz.

As crianças Kaxinawá necessitam aprender a realizar a produção econômica local para que assim sejam generizadas. Até os sete anos as crianças são apenas sexuadas, sendo que a partir desta idade é que a diferença de gênero é formalmente constituída entre meninos e meninas. A etnografia produzida por McCallum (1999) mostra como estas crianças amazônicas são preparadas para uma vida adulta.

Para os Kaxinawá o processo de preparação para uma vida adulta se inicia aproximadamente aos sete anos de idade, onde a criança a partir do processo de socialização adquire conhecimentos para a produção econômica. Ela precisa aprender a produzir para que possa fazer com que os outros consumam, desta maneira e após desenvolver a capacidade de gerar vida é que passa a ser considerada uma pessoa completa.

Em São Braz, por sua vez, “é importante as crianças desde cedo aprender a pescar e mariscar para não fazer besteira” (D. ZEFA, marisqueira aposentada, janeiro de 2015). A “besteira” está relacionada ao envolvimento com uso de drogas, algo que vem

ganhando força na comunidade. Aprender a atividade e a exercer é, portanto, crucial para que as crianças passem a ser consideradas pessoas responsáveis, pois o trabalho dignifica o homem e a mulher. O receio dos moradores expressado por D. Zefa é de que os jovens que não realizam a atividade da pesca e mariscagem ou qualquer outra atividade produtiva se tornem marginais e se envolvam no mundo das drogas. Tal receio torna-se pertinente na medida em que os impactos da globalização vêm cada vez mais alcançando a comunidade tornando-se evidente o poder cooptado que as drogas passaram a exercer sobre jovens e adolescentes na comunidade.

Mães e Pais têm a preocupação de que suas filhas e filhos aprendam as atividades produtivas, em especial os meninos, pois a “responsabilidade do sustento da família é do homem, mas a mulher ajuda” (D. Zefa, marisqueira aposentada, janeiro de 2015). Persiste a figura do homem como o provedor da casa enquanto a agência feminina, ainda que seja uma atuação para o sustento da família é tida como uma ajuda, pois aqui o trabalho da mulher é observado como uma extensão do trabalho doméstico.

As crianças necessitam aprender a respeito da produção econômica local, para que assim sejam reconhecidas pela identidade de pescador ou marisqueira e não levem o rótulo de irresponsáveis.

Desde que eles tinham uns cinco anos que eles iam para maré com agente, todos aprenderam e ajudavam a pegar no mangue e a catar. O menino aprendeu a nadar e ia pescar, a menina tem hoje 28 anos e não aprendeu a nadar. Por quê? Porque eu tinha medo que acontecesse alguma coisa então não deixava ela ir para o mar. Ela era muito seca [risos], eu tinha medo. A menina ficava em casa fazendo as coisas comigo, ela aprendeu desde pequeninha porque ela ficava olhando eu fazer. Ela ia mariscar também, no raso não tem perigo de se afogar. Não sabia nadar (D. Zefa, 65 anos).

É a partir da socialização que lhes são impostas que as crianças têm suas identidades configuradas e tal socialização é determinante para a identidade a ser evocada. Para a construção das identidades

Faz parte uma precoce e permanente socialização para o trabalho no mar, o que garante a acumulação de um saber visto como intrínseco ao pescador mesmo, incorporado, nesta longa socialização em contato com os ambientes aquáticos, sem que se soubesse muito bem como, e que hoje fazem parte de seu comportamento (MOTTA-MAUÉS, 1999, pg. 395).

Em São Braz, os garotos com aproximadamente cinco anos de idade, passam por uma espécie de rito de aprendizagem. Como detentores de liberdade e autonomia, são levados pelo pai para o mar com o intuito de aprenderem a nadar, a remar e a governar

e, assim, estarem aptos a realizar a atividade da pesca. Eles são levados ao local de atividade para observarem a prática, algumas tarefas mais simples eles realizam, como por exemplo, levar seu pequeno remo, um balde vazio para colocar o pescado, levar a “*cuia*” (recipiente plástico) para “*desgotar*” a canoa, ou em outras palavras, retirar a água de dentro da embarcação.

Aqui fica muito claro o que Grossi (2004) busca expressar ao lembrar a tese de Elizabeth Badinter de que o gênero masculino se constrói necessariamente da separação dos meninos da relação com a mãe. Desta forma, a construção do masculino ocorre na separação do feminino e, com este propósito, existem vários rituais de separação do menino da mãe, ou seja, do mundo das mulheres - representado, muitas vezes, pelo espaço da casa.

A partir das entrevistas e da observação participante, fica explícita uma socialização de gênero diferenciada para homens e mulheres na comunidade. Tal socialização inicia-se desde a infância, onde as crianças já são lançadas à aprendizagem das atividades de subsistências numa construção distinta dos corpos masculinos e femininos. Tal construção reflete na oposição das agências masculinas e femininas as quais no mundo Kaxinawá se expressam no modo como tais agências são adquiridas.

As mulheres aprendem através de uma relação de parentesco consanguíneo, com suas MM (*chichi* - avós maternas), suas homônimas; os homens aprendem através de uma relação de afinidade, com seus MF (chal -avós maternos), homônimos de seus cunhados. As mulheres aprendem num estado mental predominantemente consciente, enquanto os homens aprendem tanto em estado consciente quanto, por meio de alucinógenos, numa situação em que seus corpos se tornam alheios ao mundo cotidiano. Finalmente, os homens aprendem afastando-se da aldeia, em viagens pela floresta e pela cidade, conscientes ou não, enquanto as mulheres aprendem com relativa imobilidade, na casa de suas *chichi* (MCCALLUM, 1999, pg. 5).

A agência de homens e mulheres são distintas, o que reflete a forma de socialização dos Kaxinawá onde as mulheres são socializadas com outras mulheres, enquanto os homens são socializados com outros homens, assim sendo os homens são inseridos num aprendizado fora da aldeia, longe de casa, e por outro lado as mulheres são lançadas no convívio do lar, do doméstico.

Há, portanto uma construção diferenciada de gênero similar tanto para os Kaxinawá quanto para a sociedade aqui estudada. As crianças Kaxinawá em idade aproximada de sete anos são inseridas no mundo de aprendizagem das atividades econômicas. As avós e avós maternos são os responsáveis pela produção dos corpos

masculinos e femininos das garotas e garotos. A avó prepara o corpo da menina para o aprendizado de técnicas femininas como a tecelagem, enquanto por outro lado o avô prepara o corpo do menino para o aprendizado de técnicas masculinas como o trabalhar na roça, caçar e pescar no rio. “Os avós maternos têm um duplo papel; eles não só transmitem conhecimento aos filhos de seus filhos como também preparam a criança para a aquisição corporal do conhecimento e para sua realização física” (MCCALLUM, 1999, pg. 6).

São as avós e avôs quem preparam o corpo da criança para a realização física das atividades econômicas.

Entre os moradores de São Braz, sendo o garoto submetido precocemente ao trabalho no mar, a garota se identifica enquanto marisqueira também devido a uma precoce socialização no ambiente da lama do manguezal ou no processo de beneficiamento do marisco.

Como observou Fassarella (2008) em um estudo realizado numa comunidade pesqueira do Rio Grande do Sul, as crianças estão sempre em volta de seus pais sendo que as meninas sempre em companhia de suas mães e os meninos com o pai, desta forma “as meninas auxiliam a mãe no tratamento do pescado e nas tarefas de casa; os meninos quase sempre brincam no espaço externo da casa, na rua ou na beira d’água e, às vezes, acompanham o pai em uma de suas viagens ao mar” (FASSARELLA, 2008,p. 184).

**FIGURA 18: Socialização de gênero masculina**



Fonte: Jesus, 2015

A **Figura 18** mostra a socialização masculina de um garoto de seis anos na atividade da pesca em São Braz. Por presenciar inúmeras vezes a atividade com o pai, a criança já conhece os processos da atividade. A criança sobe na canoa com apenas uma das mãos, na mão esquerda ela empunha o remo, material importantíssimo na condução da embarcação. Nota-se que o pequenino remo é ideal para a idade do garoto, o que mostra que este foi feito para ele, para que a criança aprenda desde cedo a responsabilidade e importância de saber utilizá-lo, ou seja, o garoto deve utilizar uma embarcação, deve exercer atividades de pescador.

A atuação dele mostra equilíbrio, conhecimento e segurança, ele subiu pela *popa* da canoa, ou seja, pela parte posterior, oposta a *proa*, tal posição mostra que a criança tem o conhecimento de que ao está só na canoa significa que ela precisará conduzi-la, ou seja, terá que governar a canoa.

Em artigo que trata de gêneses relacionais ou tecnogêneses do masculino, estudo feito com os pescadores de uma vila do estuário do Amazonas, Sautchuk (2014) mostra como o sentido de ser *macho* é muito particular para laguistas e pescadores costeiros. Se os laguistas são reconhecidos pela capacidade de interação especial com o pirarucu, o pescador costeiro é reconhecido por sua capacidade de atuação embarcado. E neste rito de aprendizagem do ofício ocorre a produção da masculinidade.

A reflexão trazida pelo autor mostra a socialização de gênero masculina onde até que estejam prontos para o trabalho embarcado:

Os pescadores costeiros vivem a expectativa do embarque para as expedições de pesca ao longo da infância e no início da adolescência, quando voltar suas atenções intensamente para os barcos, observando, desenhando, construindo miniaturas, etc. (SAUTCHUK, 2014, pg.387).

Em São Braz, os garotos são inseridos num contato mais direto com o ambiente da pesca e suas atenções são sempre levadas para o entendimento do exercício da atividade a partir do uso de instrumentos.

Voltando a fazer um paralelo com a sociedade Kaxinawá, se as crianças na medida em que vão se aproximando da puberdade são cada vez mais inseridas nas atividades econômicas, passando cada vez mais tempo realizando-as, ou seja, dispõem de mais tempo fiando e as meninas começam aprender a fazer tecidos de algodão, cestos e esteiras quando em idade de 11 ou 12 anos (MCCALLUM, 1999), as crianças de São Braz devem aprender a exercer a atividade desde muito jovens e ao

entrarem na adolescência, o aprendizado precisa ser posto em prática de maneira mais independente e rigorosa passando então a ser uma obrigação do jovem para com a renda familiar.

Este passa a utilizar o trabalho para sustento. O trabalho passa a ser visto como uma forma de autonomia principalmente para os homens que em idade escolar na maioria das vezes abandonam os estudos para iniciar uma vida econômica e assim conquistar a tão sonhada autonomia.

Os meninos a partir de 12 ou 13 anos de idade buscam autonomia e o aprendizado da natação é muito importante para o trabalho da pesca. Por outro lado, é negado as meninas este conhecimento, o que, na maioria das vezes, é um obstáculo para a inserção destas na atividade no mar.

O que ocorre é que, enquanto os garotos acompanham o pai na pesca, as garotas se ocupam em acompanhar a mãe na mariscagem e nas tarefas domiciliares, sendo muito raro os casos em que as garotas acompanham o pai. O conhecimento adquirido pelos homens sobre a natação se estabelece principalmente no imaginário dos moradores, como um fator que vai caracterizar a pesca como atividade superior à mariscagem, ambiente que abriga os que não precisam necessariamente saber nadar.

**FIGURA 19: Socialização de gênero feminina**



Fonte: Jesus, 2015

As conversas que tive com Cristiane, uma marisqueira da comunidade em Santo Amaro, me deram acesso a sua casa, em especial a cozinha, o terraço e o *puxadinho* no lado da casa, o qual serve de local de venda dos peixes, camarões e mariscos capturados. Estes são os principais lugares da casa onde a marisqueira costuma passar todo o tempo, pois ela está sempre ocupada com tarefas que envolvem o beneficiamento de mariscos e peixes.

É Cristiane quem *ferventa*, cata e vende o siri, ela também limpa o peixe e vende os produtos no *puxadinho*. Com tantas tarefas a serem realizadas pela marisqueira, é sua filha quem a auxilia nos afazeres de casa. A **Figura 19** mostra a filha de Cristiane, uma adolescente e enquanto a mãe executa o processamento e a venda do pescado e marisco, ela realiza principalmente as tarefas da casa as quais aprendeu com a mãe desde pequena.

As mulheres desde a infância e adolescência vão acompanhando as mães em suas tarefas cotidianas, com isso as meninas aprendem as tarefas de casa, por serem

entendidas como afazeres femininos, em comparação com a rua (espaço masculino). Neste rito de aprendizagem ela ver a mariscagem como atividade de mulher, pois são levadas por suas mães ao manguezal.

Assim percebe-se como a agência é fundamental para a determinação e configuração das identidades laborais de pescador e marisqueira, agências que são norteadas pela divisão de gênero.

Homens e mulheres realizam seus trabalhos na comunidade, em suas proximidades ou em cidades circunvizinhas. As áreas de trabalho também são utilizadas como espaço de lazer, onde também acontece a socialização e, portanto, a transmissão de conhecimento. Percebe-se uma relação muito forte entre lazer e trabalho, onde os moradores utilizam-se dos espaços de trabalho para diversão, e desta forma a territorialidade do grupo é construída a partir das atividades múltiplas que eles exercem sobre o território.

Um dos espaços que podemos utilizar como exemplo é o cais que fica próximo da Rua da Lama, uma das principais ruas onde ficam os pescadores e marisqueiras de São Braz. Este é um espaço utilizado para o trabalho da pesca, mas também é utilizado para o lazer, é onde os jovens se reúnem para mergulhar num divertido momento de socialização. Além do cais, outra área de trabalho muito utilizado pelos moradores para o lazer é a *coroa*. A *coroa* (local formado por bancos de areias) é um ponto de pesca e de mariscagem para os moradores e é um dos locais de trabalho que os moradores mais usam para lazer, o que faz deste espaço uma importante área de socialização.

Em um determinado dia de pesquisa ao voltar de uma observação participante da pesca e da mariscagem com pessoas da comunidade, passamos a *coroa* para lavarmos os mariscos e retirarmos a lama destes e do corpo, e aproveitamos para cavar *sarnambi*<sup>16</sup>. Em São Braz eles são encontrados na *coroa*. São duas as *coroas* existentes na comunidade: a *coroa de dentro* e a *coroa de fora*.

Na *coroa de dentro* é mais encontrada *lambreta*, o local é muito perigoso por não oferecer fuga. A área de areia onde os trabalhadores ficam é cercada de água por todos os lados como uma espécie de ilha e se as pessoas que nela estão não ficarem atentas podem cair em águas profundas, ou ter as canoas que utilizam como único meio de fuga levadas pelas águas, ficando sem ter para onde ir. Já na *coroa de fora* se encontra mais *mapé*, *tarioba* e *sarnambi*.

---

<sup>16</sup>Assim como a *lambreta*, *tarioba*, *mapé* e *bebe fumo*, o *sarnambi* é uma espécie de molusco encontrado em conchas que ficam enterradas na areia do mar.

Várias pessoas costumam ir à *coroa* tanto com o objetivo de trabalhar como se divertir, sendo mais comum juntar as duas coisas ao mesmo tempo. Eu estava chegando à *coroa de fora* e lá já estavam muitos moradores homens, mulheres e crianças. Todos estavam agachados ou sentados, logo percebi que para ter êxito na mariscagem neste local é preciso assumir tais posições, cavar com uma pequena enxada, cujo cabo pequeno mede cerca de 20 cm, servindo apenas como suporte para uma das mãos.

Os mariscos são encontrados em meio à areia, não é preciso cavar buracos profundos, bastando cavar a superfície do local para logo descobrir as conchas, e assim as pessoas percorrem todo o espaço de areia descoberto pelas águas. É preciso ficar atentos para não cavar a concha e ao mesmo tempo a enterrar novamente a deixando para trás.

Nesta área as pessoas trabalham e se divertem, é um verdadeiro espaço de trabalho e lazer. Não fui preparada para cavar na *coroa*, pois estava apenas de passagem na volta do manguezal, mas aproveitei para cavar com as mãos como faziam algumas crianças que ali estavam e os moradores com quem eu estava. Cavamos algumas conchas, as colocamos no saco e levamos para a canoa.

Antes de entrar na canoa aproveitei a oportunidade e dei um mergulho para lavar meu corpo sujo de lama da mariscagem no manguezal. Os trabalhadores da comunidade com quem eu estava não mergulharam, apenas se lavaram com as mãos como fazem muitas vezes ao passarem por lá na volta da mariscagem. As pessoas costumam utilizar a *coroa* para trabalhar e planejam ficar no local durante todo o dia.

Oia, agente vai para a coroa mariscar, mas é bom quando agente fica o dia todo, leva comida para fazer um piquenique, leva algumas cervejas e se diverte, aí fica o dia todo. A coroa é a área de lazer, tanto trabalha como se diverte. (CARLA, oficina de cartografia, junho de 2012).

Seja no mar, no manguezal ou na *coroa*, nas áreas utilizadas para a captura de peixes, crustáceos, moluscos, seja nos locais utilizados para beneficiamento do pescado ou do marisco ou nos locais de venda, os trabalhadores estão na maioria das vezes em grupo.

Em meio a tantas trabalhadoras e trabalhadores, Muri é uma personagem emblemática, capaz de oferecer a este trabalho os elementos necessários para a reflexão aqui proposta, e por isso suas contribuições foram de fundamental importância para este trabalho. Ela, como tantas outras pessoas da comunidade, começou a realizar a atividade desde criança, com idade de uns 10 anos Muri acompanhava sua mãe na maré. Sua mãe

não realizava as atividades que são atribuídas à pesca, apenas as que seriam de mariscagem, entretanto Muri aprendeu a realizar todas as atividades, de pesca e de mariscagem. Ela aprendeu olhando e ouvindo as pessoas que faziam o trabalho, assim como aprendeu a entralhar rede, “os caras dizia que eu não acertava e terminei acertando e, até hoje eu faço, da maré sei fazer quase tudo” (MURI, *apud* MAIA, 2013, pg. 43). Pelas suas habilidades, hoje a trabalhadora se reconhece e aparentemente é reconhecida pelos moradores como mestre de pesca. Assim como ela, sua mãe e muitas mulheres da comunidade já foram trabalhar nas cidades como trabalhadora doméstica, mas terminaram descobrindo que só podem ter autonomia na comunidade realizando a mariscagem de forma livre.

Transitando entre o que seria o mundo da mariscagem e o mundo da pesca artesanal, a trabalhadora realiza com primor todos os processos que caracterizam ambas as atividades. Se as mulheres são as marisqueiras e os homens os pescadores, Muri se nega a escolher entre as duas identidades. Pesca/mariscagem, água/lama, maré/manguezal, estes são elementos de seu domínio, o que faz dela a pescadora/marisqueira.

#### 4.1 MURI: “PESCADORA AQUI É A MINHA PESSOA, PESCO, MARISCO... SEI TUDO DE MARÉ...”

Com 61 anos de idade, a história de Muri nos ensina muito a respeito do modo de vida local, pois desafia os papéis pré-estabelecidos e o lugar tradicional da divisão sexual do trabalho. É uma mulher de personalidade marcante, decidida, trabalhadora. Mantém uma postura séria, mas logo no primeiro contato se revela uma mulher atenciosa, carismática e muito competente no trabalho que faz, é conhecida por todos como pescadora/marisqueira. Possuindo quatro filhos, três homens e uma mulher, sustentou todos eles com o trabalho da pesca e da mariscagem. Muri relembra como foi seu nascimento, sua mãe estava trabalhando no manguezal quando começou a sentir as dores do parto.

Eu ia nascer dentro do mangue, quase eu ia nascer na ponta do lavador. Como ela [a mãe] tava com as companheiras, levou ela para casa e trouxe para Santo Amaro, quando chegou na maternidade, se demora mais um pouquinho eu ia nascer lá mesmo. Eu não dei muito trabalho para nascer (MURI *apud* MAIA, 2013, pg.44)

Apesar de ter casado por três vezes e ter tido quatro filhos, os casamentos não foram duradouros, e hoje mora sozinha. Quando ainda crianças os filhos aprenderam a realizar a atividade da pesca e mariscagem com Muri, aprenderam e realizavam o trabalho ao comando da mãe. “(...) Quando eu mandava: ‘— vá para a maré’, eles iam para a maré, mas agora quando eu mando eles vai?” (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos de idade, 2015).

Muri sempre os levava para a maré ou mandava que eles fossem sem sua companhia. Sempre considerou o trabalho muito penoso, por isso não gostaria de passar a vida toda o realizando para o sustento da família, ela desejava que seus filhos tivessem a oportunidade de exercer outro tipo de trabalho. “Eu queria que ele fosse trabalhar condunada para me tirar lá da maré, mas não tem jeito” (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos de idade, 2015). O desejo expressado por Muri é o de uma mulher cansada pelo tempo e tipo de trabalho.

O trabalho de pesca e mariscagem exigem muito da trabalhadora, é muito fatigante e perigoso. Ela idealizava que com o passar do tempo os filhos conseguissem um trabalho remunerado que possibilitasse ao menos - ou na linguagem êmica utilizada por Muri “*condunada*” - a garantia de seu sustento, para que não precisasse trabalhar em atividades tão pesadas com a idade que possui hoje, a saber, 61 anos, sendo que lhe foi desenvolvido problemas de saúde.

Entretanto os desejos de Muri não aconteceram, pois durante o período desta pesquisa seus filhos e filha não tinham condições de sustentá-la, trabalhavam de pesca e de mariscagem o que obrigou a permanência dela na atividade.

Em uma das pescarias em que acompanhei Muri, não pude deixar de notar a habilidade da trabalhadora para governar a embarcação, esta é inegável e lhe perguntei com quem aprendeu a remar.

Quem sabe! Vendo os outros remando. Ai eu fui botando para lá, botando para cá, ai quando pensei que não eu tava remando. Não é muito difícil não, nestante aprende. Não tem segredo, o segredo é se a maré for para lá, você chama água, oh! Ta vendo? (chamando água com o remo) Se ela for para lá você encosta o remo. Oh como ela vai certinha (encostando o remo para mostrar na prática), não tem muito segredo não (idem).

A resposta imediata foi inquietante, ela não sabe com quem aprendeu. Na sequência tudo é esclarecido, ela explica que aprendeu olhando outras pessoas que sabiam fazer. Uma questão muito interessante para refletir a partir da explicação de Muri é que tanto ela quanto seus filhos apreenderam os conhecimentos inerentes ao

modo de vida local, sendo que estes são transmitidos por gerações inteiras a partir da socialização, uma socialização do ouvir, mas, sobretudo do observar para melhor aprender as técnicas a serem praticadas. A prática aqui é vista como fator preponderante para aprendizagem, a qual se torna ainda mais possível com o ato de observar.

Voltando ao exemplo dos Kaxinawá:

A visão é uma habilidade importante para os que estão aprendendo. (...) A maior parte do processo pedagógico envolve a observação, por parte dos alunos, das ações do professor, ao invés de basear-se no aprendizado através de explicações. (MCCALLUM, 1999, pg. 7).

A explicação é secundária na cultura Kaxinawá, sendo a visão, o observar extremamente importante para os aprendizes. Da mesma forma a visão é crucial para o aprendizado dos processos que envolvem o trabalho da pesca e mariscagem. Se a oralidade é um fator relevante, onde diversas culturas subsistem por gerações inteiras em um longo processo de ressignificação a partir de histórias orais, a observação se apresenta como o fator de maior importância, pois é este quem aprimora o conhecimento possibilitando uma agência mais habilidosa.

Os conhecimentos baseados apenas em explicação oral, sem que tenha havido a observação e principalmente a realização, embora se expressem como reais, eles não se sustentam, pois se revelam como algo inseguro, como um conhecimento sem propriedade. Refiro-me a conhecimentos de habilidades práticas como atividades laborais onde apenas a agência exercida possibilitará efetivamente a realização do trabalho que permitirá a sustentabilidade econômica do grupo.

A agência de Muri na pesca foi sendo construída desde seus dez anos de idade, ela tem orgulho de realizá-la, como tem também da mariscagem, no entanto a pesar de considerar estes trabalhos dignos e honrados, reclama das dificuldades enfrentadas. “Quem gosta de ficar o dia todo sentada catando siri, coisinha? Rum! Dói coluna, dói perna, dói braço, dói cabeça, dói tudo, quem só anda catando marisco. Eu cato porque não tem outra coisa para fazer” (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos de idade, 2015).

Aqui ela reclama das consequências do trabalho que envolve os processos da mariscagem, ela aponta principalmente o beneficiamento como processo mais penoso da atividade. Os processos da pesca são menos duros, por isso ela aprendeu a pescar para não realizar apenas a mariscagem que desgasta tanto o corpo.

Os moradores têm uma visão bastante intensa da importância da pesca e da mariscagem como uma atividade de subsistência, esta última mais reconhecida pelas mulheres.

É o que a gente vive, é o que se tem. É a mesma coisa, por exemplo, de eu trabalhar na área de saúde, eu poderia tá trabalhando na área de saúde, se eu estivesse trabalhando poderia tá gostando ou não, mas era uma coisa que me dá o pão de cada dia e é isso aí. (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015).

O trabalho no âmbito da pesca e da mariscagem se revela na noção e na experiência das moradoras como o que apresenta maior possibilidade de conquistar o sustento da família de forma digna, como qualquer outro trabalho.

Já tentei ficar fazendo o palito, mas a renda foi muito pouca, eu não consigo fazer muito palito, não saía de 2 mil. Junta eu e as meninas, mas não saía de 2 mil, toda semana só fazia 2 mil. Além de pagar o bambu que para os meninos fazer era 10 reais, para mandar serrar era 4 reais, aí quanto era? 2 mil palitos era 9 reais, do grande era 10, aí para mim não foi bom não, na maré para mim foi melhor. Aí fiquei em casa vendendo cachorro quente, vendendo uns negócios, também não prestou, também a renda tava ruim. Então é isso aí... Eu fico mais com a pescaria no mangue (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Da perspectiva das trabalhadoras, ao comparar a mariscagem com outras atividades, esta se destaca como mais lucrativa, embora também exija maior esforço. Neste sentido a mariscagem tem um papel significativo na vida econômica dos moradores. Marisco é sobrevivência, sobrevivência, é... O alimento, a vida de cada um, a maneira de viver, a maneira de sobreviver, (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015).

É deste ambiente que as mulheres dependem para extrair o sustento.

Muri realizava todas as atividades na maré, mariscava e pescava. Durante o período de pesquisa em que estive com Muri, dentre os filhos que ela teve, sua filha Adilma era a que estava sempre na casa dela, sempre por motivo de trabalho com mariscagem. Tentei entrevistar Adilma, mas ela ficou insegura e sugeriu que eu entrevistasse sua mãe, pois em sua concepção é quem sabe tudo sobre maré.

Entretanto, enquanto eu conversava com Muri em sua residência, ela estava na cozinha e eu na sala na companhia de Adilma, neste momento Adilma começou a responder as perguntas. “Disse que não sabia explicar e sabe tudo. Ela não disse que não sabia explicar nada?” (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos, fevereiro de 2015).

No momento do comentário Muri tinha na face uma expressão de decepção e usava um tom de repreensão, ela tinha certeza que a filha saberia responder as perguntas que eu fazia, pois também sabe realizar as atividades, mas ficou decepcionada diante da recusa da filha sob o argumento que não sabia responder muita coisa de maré.

Adilma relata a respeito da agência de sua mãe na pesca: “tudo que faz na maré é pesca, né. Mas tem o pescar de rede grande que é puxar rede, que é com homem que ela sempre foi, sempre pescou com os homens, que é puxar a rede, puxar o chumbo, que é pesado” (ADILMA, 37 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Adilma está se referindo a sua mãe Muri, que sempre pescou de rede representando uma agência feminina na pesca. Muri relata sobre seu trabalho e explica que não é mais como antes. “Eu já fui com homem de noite, eu já fui várias vezes de noite. Agora tô com problema de coração, pressão, cansaço, um bucado de coisa” (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos, fevereiro de 2015). As mulheres de modo geral não arriscam sair para o mar na madrugada para trabalhar,

Porque qual a mulher que vai sair para pescaria de noite? Tudo escuro lá. Quem vai para lá pescar? (...) mulher é outro rolo, mulher é outra coisa, como vai sair daqui cinco mulher numa canoa para pescar de noite, quem que tem esta coragem aí? Nenhuma, nem a daqui nem a de lugar nenhum, né, eu acho! (MURI).

Percebe-se que a pescadora teme sair à noite para pescar no mar, de imediato não compreendi as razões pela qual ela argumenta que mulher não pode ir pescar pela noite sozinha. Quando ela diz que mulher é outro rolo, está fazendo uma comparação com os homens, ou seja, o caso da mulher é diferente do caso do homem que pode e vai pescar pela noite. No decorrer do diálogo com Muri e em entrevistas com outras mulheres pude compreender a reação da trabalhadora. Assim como outras mulheres, ela teme realizar o trabalho pela noite por receio de ser surpreendida por homens estranhos, que usem de violência contra ela.

A pesca de peixe e camarão é frequentemente realizada em áreas mais distantes da comunidade, e isso tem a ver com os melhores *pontos de pesca*. Os melhores pontos de pesca estão em lugares mais longínquos por serem áreas menos exploradas como são as que ficam nas proximidades da comunidade por fácil acesso dos trabalhadores e por sofrerem os impactos da degradação de forma mais indireta. Diz respeito também ao fato de que cada espécie possui uma área de localização específica.

Por serem áreas mais afastadas transitam vários trabalhadores de vários lugares, tanto pescadores, como pescadoras, marisqueiras, caranguejeiros, etc. passam também pessoas que não estão trabalhando.

Eu fico mais por aqui perto onde o pessoal me ver, eu não gosto de ir mais para longe, ficar dentro do mangue sozinha não, eu fico com medo... De um caranguejeiro de alguém me pegar. Porque vem muita gente de Santo Amaro, de Acupe pescar aqui também. Tem também os homens aqueles que armam ratoeira para pegar guaiamu. Mais de fora (...) (TUTA, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Pescadores no mar, caranguejeiro no mangue ou os que armam ratoeira, todos são ameaça para as mulheres que trabalham sozinhas em lugares distantes, por isso elas evitam ir trabalhar longe da comunidade ou em lugares escondidos, com pouca movimentação, principalmente quando estão sós.

Na companhia de homens conhecidos, Muri não considera perigoso neste aspecto.

Muitas foram as vezes em que saiu a noite para pescar com os companheiros de trabalho, como também durante o dia, em baixo de chuva, relâmpago, sol... Ela se sente segura se estiver acompanhada, pois sabe que desta forma não será atacada no trabalho.

**FIGURA 20: Muri beneficiando siri na frente de sua casa.**



Fonte: Jesus, 2015

Sua casa fica próxima de um dos portos da comunidade, a **Figura 20** mostra a fachada da residência, nela uma placa informa que ali vende marisco. Na verdade, a cobertura fica no espaço da rua, e desta forma o calçamento passa por debaixo da cobertura, como demonstra os paralelepípedos. A casa é humilde, embora possua um fogão a gás, os mariscos são *ferventados* no fogão à lenha que fica na frente de casa como podemos ver logo ao lado direito da imagem. Uma tampa em cima de uma grelha que serve para apoiar a panela indica o local exato do preparo dos mariscos.

É nessa cobertura que ocorre todo o processamento da produção, mas este não é apenas um local de trabalho, é também uma área de aprendizagem, troca de conhecimento, diversão (socialização). Durante os dias que estive na casa de Muri, a maior parte do tempo nesta área transitava muitos pescadores, marisqueiras e crianças.

A casa dela é um ponto importante por diversos motivos: por estar próximo ao porto e assim todas as pessoas que vão pescar saindo deste porto passam por sua casa; por ter um espaço coberto com um banco onde as pessoas podem se reunir para passar a chuva ou sol, indo ou voltando da maré, para conversar, assistir televisão, contar piadas, planejar o trabalho do dia seguinte, dentre outras demandas; por Muri ser muito conhecida, sendo que o fato de ela realizar tanto a pesca como a mariscagem contribui para que seu rol de amigos seja maior, tanto as pessoas da pesca como as da mariscagem, homens ou mulheres.

Muri senta para *catar* o marisco e logo começam a surgir algumas pessoas para conversar, ou olhar a realização do trabalho. As crianças estão sempre por perto, elas brincam, comem os mariscos a depender da espécie que está sendo beneficiada, olham o ato do processamento, perguntam sobre diversas coisas, sobre o trabalho (querem saber quem foi pegar, que dia, que horas, se está quente, etc.). Muri permite que elas brinquem e até que comam do marisco, mas imediatamente limita a quantidade que podem pegar na bacia, pois são para alimentação e para a venda. Ali as crianças interagem com ela e com as pessoas que chegam, eles ouvem as conversas e em algumas delas são repreendidos pelos mais velhos por interferir em “conversa de gente grande”, mas elas sempre interferem em algo.

A filha de Muri cozinha a ostra, o siri, o sururu, etc. na residência da mãe, onde também *cata* seus mariscos. Na casa da pescadora assim como em outras casas da comunidade, a todo o momento, inclusive em momento de trabalho, várias pessoas comparecem em sua casa proporcionando uma interação de muita descontração e

aprendizado. Os adultos também estão trocando experiências onde transmitem suas representações, reforçam as hierarquias e as agências de gênero, pois é no meio social que ocorre a apreensão das agências sociais.

A movimentação começa logo cedo com a saída dos pescadores e marisqueiras para a maré e/ou manguezal, o que ocorre por volta das três horas da manhã, horário que varia de acordo com a maré podendo ser mais cedo ou mais tarde. Muri vai para a atividade todos os dias, ela costumava ir pescar com os homens, hoje ela tem sua própria canoa e vai pescar sozinha nas proximidades do porto, já a mariscagem ela realiza na companhia da filha, o que possibilita que vá trabalhar mais longe da comunidade. A trabalhadora tem uma canoa na qual vai só, mas sai do porto da comunidade com vários pescadores e marisqueiras sendo que cada uma vai em uma direção e para um ponto específico. A canoa é pequena, de fibra e precisa ser conduzida por remo, mas é o que possibilita a ida e volta de Muri para o trabalho.

Não vou para longe não, meu negócio é aqui perto mesmo, aqui perto eu ganho dinheiro! Não vou ficar rica mesmo. (...) Eu não boto longe porque não to agüentando a maré muito. Apareceu problema de coração agora. Se eu cair aqui e morrer nestante a rede me acha, a rede que pesca aí fora [risos]... Só falo maluquice, ne? (...) ta vendo onde tem marisco? O marisco ta aqui. A ostra eu tiro por aia, nestes pauzinhos na beira do mangue aia, é aí que eu tiro ostra. A dali eu não tiro não porque é muito miúda (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos, fevereiro de 2015).

Ela não vai pescar longe da comunidade, realiza a pesca no mar em frente do porto próximo de sua casa. Considera que com o que captura nas proximidades dá para se sustentar. Algumas vezes ela enfatiza que estando perto da comunidade, se passar mal e cair dentro da água a rede achará os restos mortais. A agência de Muri na pesca desafia as representações de que a pesca é um mundo para homens.

#### 4.2. PESCA: O MUNDO DE HOMENS!?

Em meio à dinâmica do processo de socialização nas comunidades tradicionais, algo é certo: de uma forma ou de outra surgem casos emblemáticos de homens que aprendem as atividades que são atribuídas as mulheres e o inverso também ocorre. Entretanto as relações de gênero barram a agência feminina em atividades ditas masculinas, como também ocorre com o homem.

A relação de gênero é, portanto, determinante na agência de homens e mulheres na pesca e mariscagem, mas se negando a obedecer esta divisão que algumas mulheres na comunidade de São Braz, mergulham nos “dois mundos” e se recusam a aceitar as hierarquias estabelecidas onde são apontadas como seres inferiores, como o exemplo de Muri, o exemplo mais marcante entre os moradores, e por tanto protagonista de fala ativa e pesquisada crucial para o desenvolvimento deste trabalho.

Em São Braz, Muri é um dos exemplos mais expressivos de mulheres que transitam entre as duas identidades de pescadora e marisqueira. Ela evoca ambas as identidades se negando a ser vista como uma trabalhadora diferente dos homens, ela não aceita ser subalterna e caracteriza com vigor sua identificação.

Para mim a pescadora aqui é a minha pessoa que até rede eu sei entralhar, sei tapar caranguejo, sei tapar guaiamu, sei tudo de maré... para ser pescador tem que mariscar também, tirar ostra, tirar sururu, o siri. (MURI, 60 anos, 2015).

Muri não tem interesse em refletir sobre a distinção entre as identidades, para ela pesca ou mariscagem fazem parte de um mesmo modo de vida, é apenas um trabalho realizado em diversas modalidades, que por sinal ela domina todas. Seja a captura, seja o processamento ou a comercialização; no mangue ou na maré, a trabalhadora sempre foi muito habilidosa com os processos.

No processo de captura todo o trabalho depende do horário da maré. Os horários são determinados pelas fases da lua, portanto tal conhecimento é essencial para a realização das atividades tanto no mar como no manguezal ou *coroa*.

#### 4.2.1. Ao tempo da maré

A pesca, assim como a mariscagem são atividades realizadas com horários pré-estabelecidos pelo movimento da maré, tanto as marisqueiras quanto os pescadores possuem conhecimentos valiosos e imensuráveis a respeito das atividades que realizam, e se apropriam destes conhecimentos de forma particular. São saberes sobre as fases da lua e como elas influenciam o movimento da maré determinando, todavia, os horários e atividades dos trabalhadores e trabalhadoras; os trabalhadores, por exemplo, não seguem o horário de verão, eles não adiantam seus relógios para ir ou voltar da maré uma hora mais cedo, pois eles seguem o horário do mar que nada tem a ver com as modificações de horários feitas pelo homem.

É preciso respeitar o tempo da maré, dez minutos, “apenas” dez minutos foram o suficiente para se considerar um atraso imperdoável em uma pescaria que marquei com um dos pescadores local. Na verdade, estava indo de encontro às regras impostas pela própria natureza, pois os que trabalham na área de pesca e mariscagem precisam obedecer aos ritmos e horários da maré. Dez minutos, apenas dez minutos podem ser o suficiente para colocarem risco toda a produção do dia. Foi por isso que o pescador que havia combinado comigo no dia anterior uma pescaria para as 14:00, não estava mais me esperando quando cheguei as 14:10 da tarde.

O trabalhador sabia que a maré não o perdoaria se ele perdoasse meu atraso, e nesta questão o mais importante é o trabalho. É preciso obediência às regras impostas pela natureza, faz-se necessário conhecimentos e habilidades para realizar o trabalho. Pescar ou mariscar, não depende apenas da disponibilidade do peixe, molusco ou crustáceo, depende principalmente dos conhecimentos e habilidades em relação às técnicas a serem utilizadas, aos materiais adequados e o movimento da maré. O pescador e marisqueira precisam ter pleno conhecimento e experiência e ficar bastante atentos a este respeito, pois é o tempo da maré quem vai determinar seu horário de saída para o trabalho, assim como o horário de retorno.

Os trabalhadores e trabalhadoras classificam em dois o movimento da maré: “*maré grande*” e “*maré pequena*”. A *maré grande* tem cinco “*vazantes*”, ou seja, o ciclo da *maré grande* dura cinco dias. Em cada dia do ciclo a maré irá encher trinta minutos a mais que o dia anterior e secar também trinta minutos a mais que o dia anterior, e assim sucessivamente, até completar o ciclo de cinco dias. Nota-se, portanto que nesse ciclo a maré enche a cada dia mais, até atingir a maior cheia que acontece no quinto dia de *vazante*. Após o período de cinco dias de *vazantes*, no sexto dia acontece a “*cabeça d’água*”. Na *cabeça d’água* a maré enche e vaza no seu máximo por dois dias consecutivos até o mesmo lugar, “*a maré fica parada*” para iniciar o movimento contrário ao da *maré grande*. Esta é chamada maré *suaeira*, “na maré *suaeira*, o mar está bem calmo, não se vê balanço, depende também do vento” (RASTA, janeiro de 2012).

Rasta possui 44 anos de idade, mas sua fisionomia bem conservada aparenta menos idade. É um homem negro de estatura mediana, cuja atividade da pesca lhe mantém um físico forte e robusto. Em seus cabelos possuem apliques de seda, por isso é conhecido como Rasta, ele é vaidoso e mesmo no cotidiano de trabalho e utilizando as vestimentas que este exige gosta de adicionar acessórios no modo de se vestir, usa brinco, pulseiras e corrente. Muito carismático e atencioso, me explicou com paciência

a respeito do movimento da maré, me ensinou que passado os dois dias da *cabeça d'água*, dá-se início a “*maré pequena*”, é quando ela começa a “*quebrar*”.

Ou seja, o ciclo dura seis dias e a dinâmica é a mesma das *vazantes* só que ao contrário, a cada dia a maré seca e enche trinta minutos menos que o dia anterior.

Na comunidade, os moradores preferem pescar na *maré de quebra*, que ocorre na maré pequena, pois o mar não fica tão revolto quanto na *maré grande*. Mesmo no primeiro, segundo e terceiro dia do ciclo da *maré de quebra* a corrente da maré ainda prejudica a atividade da pesca, pois ainda existe a turbulência resquício da *maré grande*. A partir do quarto dia de *quebra* é que o mar começa a ficar mais calmo, o que facilita o trabalho dos pescadores e pescadoras.

Alguns trabalhadores e trabalhadoras realizam a atividade todos os dias, independente do movimento da maré. Mas os dias em que possuem melhor desempenho no mar são no período da *maré pequena*, principalmente a partir da quarta *quebra*.

Pescar na maré grande ou início da pequena é um risco que nem todos os trabalhadores querem correr. O risco consiste em os apetrechos de pesca serem arrastados pela correnteza das águas, ocasionando um prejuízo para o trabalho, uma vez que assim sendo os trabalhadores não conseguem capturar nada, perdendo um dia inteiro de trabalho ou até mesmo a perda dos apetrechos.

Muri trabalha todos os dias, mas isso não significa que ela esteja todos os dias na maré pescando, ela utiliza-se do conhecimento que tem a respeito do movimento da maré para planejar suas atividades. “Assim, por exemplo, a maré não ficou ruim, para mariscar? Os homens pega o balde, o colfo e vai buscar, vai para dentro do mangue tirar ostra, tirar sururu...” (MURI, 60 anos, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015). Quando fala da maré ruim para pescar, ela se refere principalmente ao período da maré grande quando a correnteza da maré prejudica a pesca, é claro que existem outros fatores que atrapalham a pesca como vento, tempestade, escassez da espécie devido degradação, etc.

Mas, a respeito do movimento da maré, do ciclo da maré grande e pequena não dava para assimilar apenas por explicação, tornou-se necessário conectar a explicação - que foi extremamente importante para minha compreensão - à observação e a prática, eu precisava compreender de uma maneira mais profunda o que significa a pesca em *maré grande* e em *pequena*.

Se a chamada antropologia de gabinete consistia em analisar relatos trazidos pelos viajantes, produzindo a partir destes, juízo a respeito dos chamados nativos sem

nenhum tipo de interação com eles, aqui muito pelo contrário busco propriedade e elementos para apreender suas representações, refletir a respeito das hierarquias e agência assumida nesta atividade produtiva que lhes dão sustentabilidade. Para isso estou eu aqui, em uma pequenina canoa que ameaça virar no meio do mar com o mais leve dos movimentos, participando do cotidiano dos moradores num tempo frio e chuvoso, na lama, no mar, enfrentando os riscos que a atividade pode oferecer.

No mar de qualquer maneira tem perigo, tem a trovada que é forte demais, tem o relâmpago, a chuva que incomoda muito na maré, o sol que as vezes incomoda demais; o mosquito é o satanás! Tem a mutuca que na maré incomoda, mas no mangue ainda é pior... Você se abaixa para tirar o sururu ele diz, levante! (...) Tem todos os tipos de perigo no mangue... Um talho igual a este que eu tomei aqui ó! A ostra passou aqui (MURI)

A pescadora/marisqueira possui grande conhecimento e habilidades a respeito da atividade, ainda assim se acidentou, imagina eu, em um território desconhecido. Embora eu seja moradora de uma comunidade de pesca e mariscagem onde possuo certos conhecimentos a respeito deste mundo, conhecimentos que em certa medida me são favoráveis em meu campo de pesquisa, sei também que os territórios são distintos, onde cada um guarda seus segredos e mistérios que apenas um morador que os utilizam sabem identificar. Portanto estava ali apreensiva e temerosa, primeiramente pela canoa instável no meio do mar e por não ter a habilidade da natação e segundo pelo dia chuvoso e pela tempestade que se pronunciava.

Estávamos Muri e eu na maré pescando siri no final do ciclo da maré grande e início da maré pequena, logo já era possível a pesca, pois o mar já não estava tão revoltado. Ao avistar um grande galho de mangue dentro da água próximo de um de seus munzuás, Muri logo explicou que

Se a maré estivesse correndo este daqui só ia achar lá... Perto da ponta da Restinga, porque tem um galho nele aí, você viu o galho? Quando a maré ta correndo muito ele leva o munzuá tudo na frente, ia levando estes tudo na frente, os munzua... (idem).

Aqui ela expressa um dos riscos que correm ao trabalhar na maré grande.

Pude acompanhar as trabalhadoras e trabalhadores na pesca e na mariscagem, na *maré pequena*, mas também na *maré grande*. Foi na *maré grande* que pude observar a grande decepção, o prejuízo que esta maré pode proporcionar ao trabalho dos pescadores e pescadoras, mas também tive o privilégio de presenciar um momento de atitude, de estratégia, uma verdadeira lição de perseverança. Neste dia a atividade foi planejada por Val, um pescador da comunidade, com ele foi seu irmão e também eu e

Janaína, uma estudante de comunicação social da UFRB que integrava o grupo de pesquisa MITO.

Sáimos por volta das quatro horas da manhã para pescar de rede, fomos capturar peixes, ou para usar uma linguagem nativa, fomos *correr* a rede. *Correr* a rede consiste no ato de verificar se ela capturou algum peixe ou camarão e os apanhar da rede para a canoa ou recipiente, explicação válida também para o ato de *correr* o munzua. A rede foi colocada no dia anterior no qual eu pude acompanhar todo o processo. Fomos Val, seu irmão, Cristiane e eu na tarde do dia anterior colocar o apetrecho na maré, mas só retornamos para *correr* no dia seguinte e Cristiane não pode ir conosco, ficou responsável por outras tarefas em sua residência.

No local encontramos a rede solta, a correnteza da maré grande a arrastou. Os pescadores recolheram o apetrecho para dentro da canoa, a rede cujas extremidades foram presas nas varas e enfiadas na lama pelos trabalhadores, se encontrava solta nas águas do mar e enrolada, embaraçada, com gravetos e galhos de árvore. Os pescadores recolheram o material e retiraram o lixo, todo o trabalho foi perdido, ao menos não perderam o apetrecho, no entanto alguns reparos precisaram ser feitos.

Os pescadores não desistiram, não voltaram imediatamente para seus lares, após recolherem a rede e retirar os galhos lançaram-na ao mar novamente para uma nova tentativa. A tentativa não tinha a pretensão de uma boa pescaria, pois para isso era preciso um pouco mais de tempo para que a rede ficasse na água *ressando*, sendo que o tempo utilizado pelos pescadores é aquele correspondente ao intervalo de um dia para o outro, onde a rede dorme no mar. Jogar a rede no mar significava para os pescadores a esperança de não voltar para casa de mãos vazias. Estes imprevistos fazem com que eles dêem preferência para trabalhar na *maré de quebra* onde a maré está mais calma.

Já a pesca de camarão pode ser realizada qualquer dia e em qualquer maré. “Camarão dá em qualquer maré, a melhor é a grande ou a preamar de quebra” (RASTA, pescador, janeiro de 2012).

Para a pesca do camarão, segundo os moradores, a melhor maré para sua captura é a que corresponde a *maré grande* ou fim do ciclo para começar a *maré pequena*. É utilizado um tipo de rede chamada *camarãozeira*, um tipo de rede conhecida como *ressa*. *Ressa* é uma categoria êmica utilizada pelos pescadores e pescadoras do Recôncavo da Bahia especificamente para se referir a uma modalidade de pesca, um tipo de rede feita para percorrer o mar com a correnteza enquanto faz a captura – o pescador e/ou

pescadora permanece no mar cuidando do material. Uma vez que a rede está sendo vigiada não há problema com a correnteza da *maré grande*.

Combinei de ir pescar com Muri, a maré não estava grande, *mais ainda tava alta*. Como havia me hospedado em outra comunidade tive que sair de casa quatro horas da manhã para que chegasse a tempo em São Braz na casa de Muri como combinado. A este horário não tem transporte para a comunidade, pois os carros que fazem linha para lá no período que corresponde a esta fase da pesquisa começava a fazer transporte por volta das 6 horas, por isso pedi que meu noivo me levasse até a comunidade

Quando chegamos a São Braz ainda estava escuro e chovia demasiadamente. Muri ainda dormia, mas não a acordamos, esperamos na porta de sua casa até que ela a abrisse. A chuva estava muito forte, mas aos poucos ia aparecendo alguns pescadores e marisqueiras que ia para o mar ou manguezal, eu os ouvia se lamentar pelo tempo chuvoso que é visto como ruim para a atividade, mas não tinham opção, precisavam ir para o trabalho.

Um senhor aparentando uma idade em torno de 60 anos apareceu e olhando para o horizonte na direção do mar ele apontou: “— veja lá, esta chuva é para limpar o tempo” (pescador não identificado, fevereiro de 2015).

Falava isso com base em sua experiência e ao ver um clarão que aparecia em meio às nuvens carregadas. Ele estava se preparando para ir para a *vila*, estava indo pescar com mais três pescadores em São Francisco do Conde, município pertencente a mesma região que a comunidade.

Várias pessoas passavam para ir trabalhar na maré, tinham homens e mulheres no mesmo grupo de trabalho, tinham canoas com mulheres e seus esposos, vizinhos ou sozinhas. Enquanto isso eu esperava Muri que ainda não havia saído de casa. Fiquei intrigada com o fato de ela sair mais tarde que as outras pessoas, mas não intervir, precisava entender todo o processo. Pouco antes das seis horas da manhã, a pescadora abriu a porta, estava muito disposta e foi logo comentando a fragrância do perfume que eu usava, pois, “ninguém vai à pesca estando tão perfumado”.

Ela estava pronta para a atividade, não saiu cedo como as outras pessoas pelo fato de ir pescar mais perto de casa e o tempo economizado na travessia era utilizado para dormir e assim sair mais tarde. Ela trajava um short, uma camisa de manga cumprida, usava um par de galochas e um boné. Levava consigo um balde, um recipiente com isca, um remo e a chave do cadeado que prendia a embarcação no tronco.

A vestimenta para a realização da atividade não é padrão, usam short, calça, saia, bermuda, não existe uma determinação, entretanto chama a atenção o fato de a maioria das pessoas estarem sempre usando algo na cabeça, seja lenço, boné, capacete ou chapéu. O uso dos acessórios na cabeça segundo elas é para proteger do sol. Mas é curioso que sendo para proteger do sol, utilizem também mesmo em dias de chuva. Um questionamento então surge inevitavelmente: seria então para proteger o cabelo dos efeitos não apenas do sol, como também da chuva, vento, água salgada, lama...?

O lenço, um dos acessórios utilizados, protege pouco da água e até mesmo do sol, ele é mais eficiente na proteção dos cabelos do vento e lama. Para a pesca na maré o boné ajuda a proteger do sol e do vento, mas no manguezal o uso de boné é complexo, pois ele pode prender nos galhos do mangue, portanto para atividades dentro do mangue é mais utilizado lenço nos cabelos.

Muri costumava ser mais frequente na pesca de rede, o que não significa que ela não realize mais a atividade, ela a faz com menos intensidade. Devido às complicações de saúde ela diminuiu a frequência de atividade com rede, mas:

Eu tenho até uma peça aí que eu comprei, mas não fiz ainda não, ó ela ali... Eu comprei para fazer uma rede... É de camarão, é uma ressa, falta eu colocar as cordas... Corda de chumbo e cortiça. Chumbo para descer e a cortiça para ficar aqui em cima... A daqui que chama ressa. (MURI, pescadora/marisqueira, 60 anos, 2015).

A pescadora ainda trabalha com rede, mas sua maior dedicação é a pesca com munzuá e no manguezal. Neste dia fomos pescar siri com munzuá que Muri tinha colocado no mar no dia anterior. Na verdade, não se sabe bem quando ela colocou o apetrecho no mar, pois ela sempre vai *correr* e os mantém no mar por um longo período de tempo. *Correr* o munzuá assim como correr a rede é como já explicado, o ato de ir a maré pegar os mariscos já capturados. São onze os munzuás que Muri colocou na maré, nesta manhã que saímos, ela percorreu cada um deles com muita habilidade.

A agência da pescadora é sem dúvida a atuação de alguém que possui habilidades e conhecimentos precisos a respeito da atividade. Como mostra a figura 18, abaixo, a trabalhadora posicionada na popa da canoa de onde a governa, ou seja, a conduz para o local onde está posicionado o munzuá. Por conhecer a localização do material, ela visualiza uma bóia de isopor amarrada na corda que indica o local do apetrecho.

Muri sem se levantar permanece sentada na popa de onde com muita leveza puxa o munzuá pela corda de forma que não balance a embarcação e ocasione um naufrágio. Ela o tira de dentro da água e o faz com tamanha habilidade que para quem não conhece a atividade e a analisa pode considerar que se trata de uma tarefa fácil de realizar e que também se trata de um material leve.

A canoa é pequena, basta um pequeno movimento para que ela se desestabilize e comece a balançar ou até virar dentro da água, todavia Muri a conduz como também realiza a atividade de forma que a canoa não fique balançando e, portanto, não vire. Ela retira o munzuá, o coloca dentro da canoa, despeja o siri dentro do balde sacudindo o apetrecho, retira a isca de dentro do munzuá, coloca isca fresca e o devolve para o mar.

**FIGURA 21: Muri pescando siri**



Fonte: Jesus, 2015

Ela troca a isca do munzuá de dentro da canoa. É preciso trocar a isca todos os dias, pelo fato de que a utilizada no dia, não serve para o dia seguinte por estar estragada, pois “se você deixar esta isca aqui... Não pega um siri com esta isca que ta aqui dentro, eles não gostam de comer o que não presta, não” (idem). Desta vez a isca utilizada para a captura do siri é o bagre, o peixe é perigoso, pois nas laterais de sua cabeça possui dois esporões que podem ser um risco para o ser humano.

O balde deste aqui, de bage para isca é 10 reais. Às vezes também eu ganho de graça, mas este aqui é comprado.(...) Isso aí colocou meu filho foi no HGE. Furou o dedo dele.(...) Peixezinho malvado é este aqui viu, olha o esporão! Em um pé aquiá, quando sai, sai cheio de carne, sabe por quê? Aquiá! Ta vendo as cerras dele as cerras aqui tudo sai cheio de carne (idem).

O peixe bagre apresenta perigo com seus esporões, ele pode furar a pele e causar um ferimento muito doloroso. Muri se lembra de quando seu filho se acidentou com o peixe e precisou se hospitalizado no Hospital Geral do Estado (HGE). É preciso ter muito cuidado ao lidar com o peixe, segundo Muri os trabalhadores e trabalhadoras costumam retirar os esporões antes de colocá-los no munzuá, até porque facilita a retirada do bagre do compartimento próprio para a isca que fica no apetrecho, sendo que com os esporões estes ficam presos nas malhas.

Os trabalhadores ficam atentos aos problemas que surgem no decorrer da atividade. Muri deixa o material dentro do mar por muitos dias indo *correr* o apetrecho apenas em momentos específicos. Mas sua atenção é voltada para o munzuá que captura pouco ou não captura nada.

Este daqui nem isca tem coitado. Vou levar ele para casa. Olhe (mostrando o buraco no munzuá) peguei o munzuá certo. O munzuá aqui tá ruim, não sei qual o problema dele, se ele não tiver... Pegar ele e levar ele para casa. Deve ta com algum buraco aí, porque não ta pegando siri. Deve ta com algum lugar lascado, depois eu vou ver (idem).

O fato é que se algum munzuá tiver danificado, ou seja, com as malhas rasgadas, o siri entra para comer a isca, mas não fica preso na armadilha, ele sai com facilidade, dando prejuízo a trabalhadora, tanto pelo fato de ta perdendo a isca, como por não ta tendo lucro com o material no qual investiu. É preciso observar o material todos os dias e se aparecerem danos é importante que os levem para conserto. Outro problema muito sério enfrentado pelos moradores diz respeito ao roubo dos apetrechos que dormem no mar. “*Pesco de ressa... Não tenho munzuá porque não tenho paciência de botar munzuá para ninguém ficar roubando*”, afirmou Valmir enquanto me contava sobre as atividades que realizava.

Para diminuir as ocorrências de roubo, os pescadores costumam colocar a rede e os munzuás no mar já tarde e vão *correr* logo no início do dia seguinte antes que alguém possa ir roubá-la. Valmir diz que para não ser roubado pesca de *ressa* porque a *ressa* é um tipo de rede que não pode dormir no mar, pois ela é feita com pouco peso e como já falamos anteriormente, é arrastada pela correnteza e vai realizando a captura, realizam a pesca e as levam para casa logo em seguida.

São muitas as pessoas que pescam na maré ao mesmo tempo, todos os momentos as canoas estão se cruzando. Durante o tempo que estivemos no mar passaram inúmeras canoas cheias de pescador e marisqueiras. As pessoas se comunicam durante a pesca (aqui falando especificamente do processo de captura). No período que estive com Muri pescando, várias canoas passavam e a cumprimentavam, ela me falava sobre as pessoas que passavam, pois conhecia cada uma delas, pelo menos as que passavam nas proximidades da comunidade, o que como já foi dito, não ocorre com os pescadores que transitam em áreas de pesca mais distantes e que cruzam com os moradores.

Encontramos um molho de chave flutuando na maré presa em uma bóia. Muri não sabia quem era o proprietário, mas sabia que iria descobrir, estava ansiosa, por ter conhecimento da importância de uma chave da casa onde guarda os apetrechos.

Eita porra! Alguém perdeu esta chave aqui. Daqui a pouco eu sei quem foi o dono, uma chave desta é 30 reais. A chave do barco que ele amarra ali. Rapaz como foi que esta chave caiu aqui dentro d'água? Aqui tem a chave da casa, da casa da rede aqui, e aqui é a do barco (idem).

Muri sabia da importância do que havia encontrado e imaginava o quando a pessoa que havia perdido podia estar desesperada. Note que estávamos no mar, entretanto a pescadora acreditava que em pouco tempo saberia quem é o dono das chaves. Ela sabia que a comunicação entre os trabalhadores na maré acontece fluentemente, pois há uma socialização envolvente entre eles. Ela colocou a chave na popa da canoa onde se encontrava sentada e enquanto trabalhava ficava atenta para ver alguém que pudesse lhe falar sobre a perda de uma chave, e assim descobrir a quem pertencia.

Uma canoa passou com um casal que estava indo pescar, e ela chamou em alta voz *“oh Gretchen! Ói! Quem é este que está aí? Se você vê alguém falar que perdeu uma chave, ói, eu achei aqui boiando ói”* (idem). Ela estava falando com uma marisqueira que passava de canoa com um homem que ela não conseguia identificar. E desta forma a comunicação na maré flui.

Assim como a notícia do achado das chaves iria se espalhar, a notícia de sua perda também o faria até que chegasse ao conhecimento de Muri. Assim sendo, antes que descobríssemos quem foi a pessoa que perdeu as chaves, o dono descobriu que Muri havia as achado e foi buscá-las na casa da trabalhadora que o explicou como havia sido o achado. Já estávamos na casa de Muri no momento em que o pescador a

procurou, ela estava processando o siri capturado no dia. Assim como a mariscagem, um dia de pesca é demasiadamente cansativo,

vou escolher os maiozinhos e os outros eu solto. Não vou escolher agora porque se eu se buli aí, você cai dentro d'água. O caramuru outro dia subiu aqui (mostrando o lugar na canoa, por trás dela em cima da popa) e quase me derruba dentro d'água. Bicho abusado da porra. (...) Escolher balança mais que tirar o munzuá, porque as vezes eu tenho que ir lá pegar ele aí sempre balança. Despejo dentro do barco aia. (idem).

Os trabalhadores e trabalhadoras da pesca em São Braz costumam selecionar os mariscos pequenos para devolver ao mar, pois têm consciência de que levar os mariscos filhotes se trata de pesca predatória que irá prejudicá-los posteriormente com a extinção da espécie utilizada para sua sobrevivência. É com este entendimento que eles utilizam redes com malhas maiores para evitar a captura de peixes pequenos. Na comunidade as pessoas costumam utilizar apetrechos como

rede de arrasto, tem camboa, tem a ressa, tem arraieira... Arraieira é aquela lá, é para pegar arraia, ressa é para pegar camarão, só pega camarão graúdo, peixe pega qualquer um, agora... Só pega camarão graúdo, não é aquela de arrasto que pega qualquer um não... Não pega pequenininho porque ele passa pelo buraco e cai dentro da água de novo (MURI, 60 anos, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015)

A pescadora enumera algumas modalidades de rede utilizadas por algumas trabalhadoras e principalmente pelos trabalhadores na comunidade, são redes que compram prontas. Em muitos casos elas confeccionam as próprias redes ou as montam, assim como fazem também os homens. Muri está montando uma camarãozeira em sua casa, ela comprou a *peça* da rede onde colocará o chumbo e as cortiças para montar uma rede de *ressa*. A *peça* é composta apenas pela panagem.

A estratégia adotada pelas trabalhadoras e trabalhadores da maré é o uso de vários tipos de apetrechos, pois a vida da pesca é muito instável, “*dia dá, dia não dá nada*”, assim sendo quando a pesca do siri, por exemplo, estiver precária, elas passam a realizar a pesca com *ressa*, por exemplo, ou a mariscagem, como enunciado em páginas anteriores.

**FIGURA 22: Socialização no porto onde se encontram as pessoas que trabalham na pesca e/ou mariscagem.**



Foto: Jesus, 2015

Uma vez capturado o peixe, camarão, siri, dentre outros, a seleção é realizada imediatamente no mar ou ao chegar ao porto da comunidade. Ao observar a figura 18 acima, percebemos o encontro de inúmeras trabalhadoras e trabalhadores que acabaram de voltar do mar. Algumas pessoas estavam pescando, outras mariscava, este é também um momento de socialização onde é transmitido e aprendido o conhecimento do que deve ser capturado ou do que deve ser posto de volta no mar e o porquê isso é importante, assim como é importante identificar e separar o que serve para o consumo e o que deve ser comercializado, o que é sobra ou lixo do que é aproveitável.

No porto as pescadoras e pescadores se encontram para selecionar o pescado e marisco; lavar a canoa utilizada no trabalho com o intuito de que esteja limpa para a próxima saída ao mar; lavam os apetrechos, ao mesmo tempo em que identificam o problema para que os levem para conserto; conversam, perguntam sobre como foi a pescaria de cada um ou grupo, e socializam as novidades, dentre as quais os acontecimentos que descobriram um do outro; aqui também é o local onde algumas pessoas na comunidade vem comprar peixe para consumo e para isca, comprar camarão, siri... O porto também é o lugar onde as pessoas que foram de canoa trabalhar na

mariscagem se encontram para se lavar e retirar a lama do corpo, sendo em sua maioria a mulher uma vez em que o trabalho da mariscagem é uma atribuição feminina.

#### 4.3. MARISCAGEM: O MUNDO DE MULHERES!?

Dentre os fatores que caracterizam a mariscagem como uma atividade feminina estão a lama, a paciência, posições de realização e, a mais significativa, a relação com a natureza, com o imutável, relação com a qual a mulher sempre foi submetida para justificar sua situação de inferioridade.

Evoco mais uma vez o estudo de Mccallum (1999) sobre os Kaxinawá, em que qualidades como a paciência devem ser adquiridas pelas meninas durante o aprendizado das atividades produtivas, pois lhes serão necessárias durante toda a vida. As mulheres devem aprender a serem pacientes, a serem capazes de permanecer dias a fio em casa tecendo, fiando e cuidando dos recém-nascidos, assim como as mulheres de São Braz precisam ficar sentadas por muitas horas *catando* o marisco.

Quando eu levantava cedo fazia as coisas, limpava a casa, quando tinha comida pra fazer eu fazia a comida, quando dava umas 11 horas assim aí eu pegava pra catar, eu, no caso eu, pegava pra catar, umas 11 horas e aí eu ia levando até cinco, seis, no caso ainda parava, pra almoçar, chegava seis horas aí parava pra comer alguma coisa e às vezes terminava de catar siri 10 horas da noite (CARLA, marisqueira fevereiro de 2015).

As mulheres passam horas beneficiando o produto da pesca e mariscagem, os mariscos são os que consomem mais tempo para o processamento onde elas precisam passar dias *catando* sentadas. A captura de mariscos dentro do manguezal também consome muito tempo das trabalhadoras e é um trabalho muito minucioso.

Eles acham que dentro do mangue é coisa de mulher, e o deles tem que ser a pescaria. Eu que to pensando que eles acham isso por que muitos já falou: “— há, ficar dentro do mangue só é coisa de mulher, não tenho paciência não!” Muitos já falaram. Para tirar ostra: “— há tirar ostra não é comigo não, não tenho paciência para ficar tirando ostra não”. Mas agente não, agente sabe que o trabalho da gente é aquele, agente tem que tirar a ostra. Eu não vou dizer: “— eu vou pescar...” Quer dizer, eles já não vão, mas se tiver de: “— Tuta vamos embora, ta faltando um moço, você pode ir comigo?” Eu vou. (TUTA, 51 anos, fevereiro de 2015).

Para Muri a pesca e a mariscagem não devem se fragmentar como dois trabalhos completamente distintos, mas ao contrário ambos fazem parte de um mesmo trabalho: o trabalho na maré. Para ela o trabalho na maré oferece duas atividades compostas por

várias modalidades: a pesca (de rede, de munzuá, de linha, dentre outras) e a mariscagem (de sururu, de ostra, de sarnambi, dentre várias outras).

Assim sendo é sempre possível a ouvir chamando de *mariscada* atividades que expressam modalidades da pesca. Para a trabalhadora, a pesca se diferencia da mariscagem pelo maior perigo e dificuldade que esta segunda representa. Sem dúvida ela não ignora os perigos na pesca, entretanto estes não são tantos quanto os que as marisqueiras estão expostas dentro do manguezal.

Hoje a modalidade mais realizada pela trabalhadora na pesca é a pesca de siri e na mariscagem ela pega “tudo que tiver lá. Agora mesmo, peguei ostra, peguei sururu... Peguei até siri de mangue aí agora. No mangue pega tudo” (MURI, 60 anos, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015), ela está sempre no manguezal e considera este um ambiente mais difícil e mais perigoso. As experiências vividas na atividade contribuíram para que formulasse estratégias para vencer alguns problemas recorrentes.

Já cheguei no mangue de trovoada rincar longe, eu com medo me picar e vim me embora. Chegar aqui e a trovoada passar. Agora se a trovoada rincar... Eu nem tô lá quando ela tá roncando... Eu só vou para maré de manhã. Quando tá roncando trovoada... A trovoada gosta de vim mais de noite e de tarde, né... Já tô em casa assistindo televisão. Eu vou para o mangue tirar ostra, 9 horas, 10 horas... Tem dias que 7 horas eu estou aqui com minha ostra, esta maré que amanhece bem baixa, 7 e meia já tirei um balde de ostra (idem).

Neste caso a pescadora já enfrentou diversos problemas em tempo de trovão, já precisou se deslocar uma grande distância de sua residência até o manguezal onde realizaria o trabalho, mas com o medo do trovão, do perigo dos raios em uma área de floresta como o mangue, ela precisou voltar imediatamente para casa perdendo um dia inteiro de trabalho. Hoje os moradores identificam os horários que começam os trovões, sendo assim se programam e planejam a atividade em horários antes que o trovão possa vim.

Não apenas o relâmpago é um problema para as marisqueiras no mangue, a própria lama que compõe todo o manguezal guarda riscos letais à saúde das trabalhadoras e trabalhadores. “Eu caí dentro do buraco para sair deu trabalho” (ADILMA, 37 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Foi em uma de suas idas ao mangue no início do ano com as companheiras que Muri se acidentou, mas como a necessidade de trabalhar não lhe permitia voltar para casa sem nenhum ganho, ela permaneceu realizando a atividade mesmo com um profundo corte na mão.

Levou ponto nenhum que eu não fui para o posto. Se eu fosse para o hospital, no outro dia eu ia para o mangue e os pontos quebrava tudo. Aqui eu enrolei um pano e no outro dia fui para o mangue de novo. Isso aqui foi assim que eu cheguei no mangue este talho aia. Assim que eu cheguei no mangue, primeira que eu fui bater ela passou aqui... Só vim para casa com a maré cheia, depois que marisquei... Aí a mulher tirou o lenço da cabeça e amarrou aqui e eu continuei mariscando (MURI, 60 anos, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015).

A concha da ostra costuma ser demasiadamente afiada, o que exige o máximo de cuidado em seu manuseio. Ao se acidentar, ela foi socorrida pelas companheiras de trabalho que amarrou o ferimento com o lenço que trazia na cabeça para proteção dos cabelos.

Além da necessidade, a pescadora/marisqueira considerou a providência adotada pelas companheiras de trabalho um incentivo a mais para permanecer no mangue. Ela não abandonou o trabalho mesmo com ferimento grave na mão, apenas com a maré cheia (momento em que elas abandonam o mangue e dá por findado o dia de trabalho dentro da floresta), é que ela foi para casa com as companheiras.

Ao chegar na comunidade ela não procurou cuidados médicos, pois isso exigiria que ficasse de repouso por dois ou três dias o que não considera viável por precisar lutar para conquistar o alimento do dia. Considerou que o curativo que possivelmente seria feito pelo médico iria dificultar seu trabalhar no manguezal ou pesca, por tanto optou por não ir ao hospital. Sem considerar o risco de adquirir algum tipo de doença na lama ou mar pelo contato com o ferimento, Muri continuou trabalhando.

O ferimento na mão diminuiu o ritmo de trabalho dela, pois dificultava seu desempenho. Ao perguntar a pescadora/marisqueira se há alguma modalidade de mariscagem que homem não saiba fazer ou tenha dificuldade em executar, imediatamente ela explicou sua percepção sobre o tema.

Faz sim, não diga que o homem não faz não que o homem faz. Homem também tira ostra, tira sururu igual a mim. Os homens pega o balde o colfo e vai buscar, vai para dentro do mangue tirar ostra, tirar sururu. Quando chega em casa cozinha e cata igual a eu, os homens daqui tudo sabe pescar, sabe mariscar. Aquele que não vai mesmo é um tal de inrolão, um tão de inrolão, homem preguiçoso, não gosta de trabalhar, não gosta de trampo (idem).

Para Muri trabalhar na maré exige que se realizem atividade da pesca e da mariscagem, os homens que só realizam atividade de pesca e evitam a mariscagem são considerados por ela como *enrolão*. Aqui o *enrolão* é o homem preguiçoso, que não gosta de trabalho, são aquelas pessoas que preferem não exercer nenhum tipo de atividade, mas se tiver que fazer algo, que seja apenas as atividades mais fáceis, que

exija menos esforço. O *enrolão* não realiza a mariscagem, pois é um trabalho muito duro.

A partir do ponto de vista de Muri, o homem para realizar a mariscagem precisa ser esforçado, sendo assim os homens que se recusam a realizar o trabalho utilizando o argumento de que esta é uma atribuição feminina, estão utilizando um *álibi* para esconder a falta de coragem de enfrentar a dureza que a atividade no manguezal exige.

Ela, assim como as demais pessoas que trabalham no manguezal possui habilidades e estratégias de captura dos mariscos dentro deste ambiente. Para a captura do caranguejo, por exemplo, a trabalhadora utiliza uma estratégia que nem sempre foi o método utilizado pelos populares.

Esta semana o caranguejo tava andando. O munzuá pega isso aqui também, ó. Boto dentro do mangue para pegar siri de mangue, ele entra no munzuá e não saem mais. Eles não vão comer nada, se batem no munzuá e entra. Eu deixo o munzuá lá ai quando pensar que não eu vou no outro dia e tá cheio de caranguejo. (...) Peguei 37 caranguejo no munzuá. Aqui cê bota quando ele tá andando, cê bota de junto do mangue. Chega junto do mangue, assim na beira da maré bota ele. Quer dizer, a maré é aqui, né? Pega ele bota na costeira aqui. Ele entra tudo ai dentro (idem).

Aqui ela mostra uma estratégia utilizada para capturar siri de mangue dentro do manguezal, estratégia que funciona também para capturar caranguejos. Entretanto para a trabalhadora tal estratégia só serviria para a captura de caranguejos na época em que *estão andando*. Pois para capturá-lo fora desta época é necessário outro tipo de técnica que é muito utilizada na comunidade.

Caranguejo, tem época que ele tá correndo, que ele fica meio louco dentro do mangue, andando a torto e a direita, aí agente pega. É uma certa época do ano que eu não sei porque né, chove, ronca trovoada, aí acho que a zoadá deixa atordoado, não sei, aí eles começam a andar... Vários, aí agente vai pegar. Andando agente bafa com a mão, bafa com um pauzinho, bafa com luva. Andando é assim, e quando não tá andando, no braço agente pega estas folhas de mangue, enfia o pau dentro do buraco, para limpar, aí pega o mangue, folha de mangue, entope. Uma para poder ele subir para comer e outra porque prende o ar, aí ele tem que subir para respirar, aí agente puxa a folha e mete o braço e pega ele, aí ele tá raso. Agente escolhe o buraco maior para não pegar o pequeno. Enquanto limpamos o buraco porque de tirar as raízes e ostra que pode ter, eles podem até descer, mas depois eles sobem porque agente faz em vários buracos e deixa lá, é uma técnica que marca o espaço e conforme vai tirando um já tá vendo o próximo aí depois vai voltando e puxando as folhas, fazendo os procedimentos (EVERALDINHO, 23 anos, pescador, abril de 2013).

Everaldino explica com detalhes a técnica e os procedimentos na captura do caranguejo, conhecida como *tapagem*. Ele aprendeu a realizar a atividade ouvindo e vendo as pessoas fazerem e praticando posteriormente.

Ele é filho de Muri, no momento desta entrevista ele possuía 23 anos de idade, estando hoje com 26 anos. Sua personalidade extrovertida o destaca na comunidade como uma liderança com uma visão política importante para a luta quilombola. Ele é um dos poucos jovens a se engajar na luta pela terra, em uma comunidade onde se predomina o segmento infantil e jovem na medida em que 53,8% dela possuem idades entre 0 a 29 anos, enquanto 25, 2% estão na faixa entre 35 a 59 anos e 12,5% têm 60 anos ou mais.

Ajuda na visão política de Everaldinho o fato de que ele é um dos poucos a cursar o 3º ano do ensino médio, em uma comunidade onde aproximadamente 52,3% da população possuem o ensino fundamental incompleto. É importante ressaltar que 19,6% da coletividade encontra-se em idade escolar correspondente a esse nível de formação, ou seja, em mais da metade dos casos tratam-se de pessoas que pararam de estudar ou que estão levando mais tempo do que o ideal para concluir essa etapa do seu processo de escolarização<sup>17</sup>.

Everaldinho aprendeu por socialização as técnicas da *tapagem* do caranguejo, ele também realiza a captura de outros mariscos dentro do manguezal, sendo que trabalha mais na mariscagem do que na pesca, entretanto Everaldinho não é considerado um marisqueiro e sim pescador. O jovem pescador mostra como executa as técnicas aprendidas dentro do manguezal, mas nem todos os jovens ao aprender determinadas técnicas as realizam, “caranguejo nunca peguei. Caranguejo é mais para homem, tem muitas mulheres que tem raça e tira, mas esta raça [risos] eu não tenho não porque arranha o braço muito” (SUELEN, 21 anos, marisqueira, agosto de 2013).

No momento em que entrevistei Suelen, ela tinha 21 anos de idade, ela se declara marisqueira. Embora Suelen conheça a técnica para capturar caranguejos, não realiza por considerar um trabalho muito duro. Ela sabe que a atividade machuca o braço ao mesmo tempo em que afirma que nunca a realizou. Isso porque ela ouve os relatos ou acompanha algumas pessoas que realizam a mariscagem do caranguejo, o que caracteriza a socialização entre os moradores. Ao contrário de Muri, Suelen reproduz as

---

<sup>17</sup>Os números percentuais referentes aos dados socioeconômicos da comunidade apresentados neste trabalho foram obtidos a partir do projeto de extensão “Cartografia Social de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Recôncavo da Bahia” realizada na comunidade para a construção da cartografia social do local entre junho de 2011 e agosto de 2012.

regras estabelecidas na divisão sexual do trabalho, pois entre as duas mulheres há uma diferença de geração frente ao trabalho. Como mostra Sansone (2004), gerações diferentes se relacionam de maneira diferente com sua identidade racial e com o trabalho. Para o autor, na cidade de Salvador negros com idade entre 30 e 60 anos tem escolaridade mais baixa, mas conseguiu certo lugar no mercado de trabalho em comparação a geração mais nova até os 25 anos de idade que possuem escolaridade superior, mas estão excluídos do mercado de trabalho ou estão incluídos marginalmente.

Com a diferença de geração frente ao trabalho, onde Muri possui 61 anos e Suelen 21, a jovem está excluída de certas áreas do trabalho na pesca e na mariscagem. Ela foi socializada em um ambiente em que a *tapagem* de caranguejo não é uma atividade para ela, por isso seu comentário é de que as mulheres que o realiza são de muita *raça*, mas que *esta raça* ela *não tem*. Por outro lado ela possui uma habilidade impressionante na mariscagem do sururu.

(...) O sururu tira com o gancho, tira também com a mão, eu tiro mais se for com a mão, mas é muito dificultoso e nem todo mundo gosta, uma porque pode ferir a unha, porque as vezes pode ter... O próprio sururu, que a pontinha dele é bem fina, e as vezes pode ter ostra dentro da cama dele e as vezes a cama é muito dura então tem que tirar com uma barrinha de ferro (SUELEN, 21 anos, marisqueira, abril de 2013).

Retirar sururu segundo a marisqueira é um trabalho que nem todos gostam de realizar por ser perigoso. A atividade com o uso dos dedos pode levar a uma lesão na unha provocada pela concha do próprio sururu, ou pela concha da ostra que costuma se criar na concha do sururu ou ficar escondida na lama onde este fica. A própria *cama* do sururu por ser dura pode lesionar o dedo. A *cama* do sururu consiste no aglomerado de diversos sururus.

A representação que Suelen possui da divisão de trabalho é devido ao meio de socialização ao qual foi inserida desde a infância, socialização esta que aponta a produção do feminino a partir de tarefas mais “leves”, assim sendo, a coleta do sururu no manguezal é considerada uma atividade de paciência onde deve ser coletado um por vez. Ainda me referindo a geração mais nova de São Braz, William se orgulha de ter habilidade na captura do aratu.

O mais abestalhado que tem é o aratu... É sério! Você amarra um pedaço de peixe na linha, coloca o balde assim, amarra a linha na vara, você joga assim... Ele vai na isca, você levanta assim e sacode dentro do balde, ele cai. Se você for correr atrás dele você não consegue pegar ele, mas para pegar deste jeito você joga a linha... Ele tem o buraco dele, mas ele fica por fora, fica andando por cima da lama. Os que estão no pé do mangue quando você

jogar a isca eles descem para ir na isca, porque eles são muito curioso, se eles estiverem longe e você bater no balde eles vem tudo para perto, para ver o que que é... O que tiver dentro do buraco sai tudo para ver o que tá acontecendo (WILLIAM, 22 anos, pescador, abril de 2013).

No momento desta entrevista no ano de 2013, William possuía 22 anos de idade. Hoje o jovem possui 25 anos. Ele demonstra as habilidades que aprendeu na comunidade e que foram se aperfeiçoando com o passar do tempo. Ele concilia habilidade com conhecimento para a formação de uma técnica que o ajuda a praticar a atividade. Adquiriu conhecimentos que o faz demonstrar completo domínio sobre o aratu e se aproveita da suposta “curiosidade” do marisco para facilitar sua captura. Assim como Everalzinho, William desenvolve atividades no manguezal.

Para que eles relatassem a respeito de tal atuação que envolve o ambiente da lama, foi preciso conquistar a confiança dos entrevistados, o que custou algum tempo de convívio e afinidade. Para alcançar o propósito da entrevista e conseguir que relatassem a respeito de seus trabalhos no mangue foi preciso construir um momento de descontração e aproximação através de um diálogo, uma conversa, onde eu pudesse ser vista não enquanto pesquisadora, mas como uma espécie de amiga que sem juízo de valor me interessava e admirava seus conhecimentos e estratégias para a realização de um trabalho tão duro e difícil.

O diálogo com William ocorreu em sua casa, no quintal. Sentei-me no chão de barro na saída da porta do fundo e conversava com o pescador enquanto ele capinava a área de mato verde que crescia no fundo de sua casa. Sua esposa estava na residência e também interagiu conosco, naquele dia ela estava tomando conta da sobrinha de pouco mais de 3 anos e a arrumava para ir ao colégio.

No início o jovem estava inseguro, mantinham respostas curtas e poucas palavras. No momento da entrevista uma abelha começou me perseguir e minha tentativa de fuga provocou longas gargalhadas no casal e logo o pescador começou a falar e dialogar com tanta naturalidade que me possibilitou grandes questões para a reflexão proposta neste trabalho.

A existência de jovens trabalhando na maré ou manguezal era mais significativa. Atualmente a presença dos jovens nas atividades que envolvem os processos da pesca e/ou mariscagem é mais escassa. Como vimos antes as crianças eram inseridas no processo de socialização da pesca e da mariscagem desde muito pequenas. Iam com

suas mães e/ou seus pais para o mar ou manguezal aprenderem desde cedo a realizar as atividades concernentes a tais processos.

Hoje a inserção das crianças no ambiente de pesca e mariscagem é cada vez menos intenso, vimos de forma mais forte a socialização das crianças serem relacionadas aos estabelecimentos escolares. As crianças estão nas creches e escolas, pois hoje as mães e pais têm uma oportunidade melhor para incentivar a educação escolar dos filhos.

O acesso dos pescadores e marisqueiras aos programas sociais e previdenciários contribuem para esta oportunidade. São programas como bolsa família que tem como finalidade auxiliar e complementar a renda de famílias de baixa renda no Brasil - são quatro as categorias do benefício como o Básico, Variável, Variável Jovem e para Superação de Extrema Pobreza; Estes e outros benefícios como o Brasil Carinhoso para famílias com crianças de 0a 6 anos e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que objetiva o fim do trabalho precoce das crianças e adolescentes com menos de 16 anos têm contribuído para que a inserção tradicional das crianças nos espaços de trabalho nas comunidades sofra esta alteração.

Outro fator que tem contribuído para a diminuição da atuação dos jovens na atividade é o processo de degradação pelo qual o mar e o manguezal vêm sofrendo no decorrer das últimas décadas.

A minha cunhada ontem foi na maré, ela não conseguiu pegar um quilo de ostra porque não tá se achando no mangue, a ostra porque também como todo mundo sabe tem as questões das empresas que poluem o manguezal e tudo.  
(CARLA, marisqueira).

As degradações ocorrem por intervenções feitas por empresas como Penha Papeis e Fábrica de Chumbo, o que já foi discutido acima, mas também por desastres ecológicos como o caso do derramamento de óleo ocorrido em Madre de Deus, na Baía de Todos os Santos, região metropolitana de Salvador, em 2009 “o vazamento ocorreu durante o processo de carregamento do navio de bandeira panamenha, Cabo Pilar” (TIAGO DECIMO, 2009); Derramamento de óleo no Porto de Aratu, em Ilha de Maré, Salvador Bahia no ano de 2013 pelo navio Golden Miller.

Um dos maiores e mais significativos desastres ecológicos ocorrido na Baía de Todos os Santos que ficou conhecido como *Maré Vermelha* que ocorreu na Bahia no ano de 2007. Estudos afirmam que o excesso de algas microscópicas que provocam manchas de coloração escura na água do mar pode ter sido a causa da poluição das

águas da Baía de Todos os Santos sendo este o fator causador do desastre da *Maré Vermelha*.

O desastre matou mais de 50 toneladas de peixes e mariscos, fato que ocasionou um impacto extremamente negativo para os pescadores e pescadoras e um prejuízo incalculável.

Com tantas intervenções negativas, a pesca artesanal e a mariscagem vêm passando por um grande processo de resistência. Contudo os moluscos não resistem ao ataque dos dejetos que chegam ao manguezal e morrem por serem mais sensíveis. Com os moluscos mortos e a lama do manguezal contaminada fica difícil a reprodução das espécies. Assim sendo, a mariscagem dentro do manguezal se tornou precária, onde mais uma vez as mais prejudicadas são as mulheres.

Pois os homens têm a possibilidade de se deslocarem para áreas mais longínquas onde não foi afetada pela poluição enquanto as mulheres precisam aguardar os manguezais se recuperarem da tragédia.

Em decorrência de todos os fatos apresentados, dentre outros que não foram citados aqui, hoje entre algumas mulheres na comunidade de São Braz mariscar se resume em catar o marisco, capturado principalmente do mar como é o caso do siri. Portanto é comum ouvir na comunidade a expressão “*marisqueira de pé enxuto*”, que é a marisqueira que beneficia o marisco, mas não a captura, não vai à maré.

Digo entre algumas mulheres porque é certo que homens e mulheres continuam a tirar o sustento de dentro do manguezal. O que ocorre é que os trabalhadores que tinham um mangue saudável e reprodutivo nas proximidades de sua casa, hoje precisa se deslocar para longe da comunidade em busca de um manguezal menos poluído e menos degradado.

O processamento do siri é hoje a atividade que ocupa o maior tempo das mulheres marisqueiras na comunidade. Muitas delas costumam comprar baldes cheios de siri para beneficiar e assim produzir sua renda e garantir o sustento.

#### 4.4. BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO: PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DO PESCADO E MARISCO

A captura de mariscos, camarões e peixes é uma das três etapas que compõe os processos da pesca e mariscagem, sendo também parte destes o beneficiamento e a comercialização. A captura é vista como o processo mais importante dos trabalhos

citados, entretanto o beneficiamento se apresenta como um processo de importância crucial na mariscagem e pesca. O beneficiamento serve para agregar valor ao produto capturado. Quando vendido após passar pelo processamento estes tem seus valores ainda mais elevados, no entanto as pescadoras e marisqueiras vivenciam um problema na comercialização do produto.

Os *atravessadores* ao mesmo tempo em que representam um ganho para os trabalhadores e trabalhadoras por significar uma via fixa de venda dos produtos, representa um prejuízo para a renda dos moradores por ser quem determina o valor máximo dos produtos.

Os *atravessadores* são comerciantes que compram marisco, camarão e peixe direto nas mãos dos pescadores e pescadoras por um preço muito baixo para revender por um valor considerável. Eles costumam comprar em quantidade, por isso torna-se um acordo interessante para os moradores que passam a possuir um comprador fixo e desta forma não precisam estocar o produto por muito tempo já que precisam imediatamente do dinheiro da venda para o sustento e também evitam a possibilidade de que estraguem.

O beneficiamento além de agregar valor aos produtos é o que garante uma maior durabilidade dos crustáceos, peixes e moluscos.

O processamento, etapa muitas das vezes realizada pelas mulheres, se manifesta, portanto como um passo de extrema relevância para o produto e para a economia local, não podendo ser considerado uma extensão do trabalho doméstico.

Entretanto este trabalho realizado pelas mulheres são invisibilizados e desvalorizados, pois o valor pago pelo produto é insignificante se comparado ao tempo de trabalho gasto por estas mulheres. Se na comunidade de São Braz no Recôncavo da Bahia a agência das mulheres é invisibilizada, o estudo realizado por McCallum (1999) sobre a sociedade amazônica Kaxinawá revela que apesar de as agências femininas e masculinas serem observadas como opostas, as consideram complementares nos processos econômicos e sociais. “Homens matam e trazem a caça (ambas as ações, aka), enquanto mulheres transformam (bova/bama)” (MCCALLUM, 1999, pg.5). A agência da mulher é fundamental para a vida econômica dos moradores e há o reconhecimento disso.

Elas são responsáveis pela transformação da carne crua em comida cozida, retalham a maior parte da caça, distribuem a carne crua às mulheres da família e a cozida aparentes de ambos os sexos e aos visitantes. Boas cozinheiras, a meu ver, não podem ser boas caçadoras. Da mesma forma,

bons caçadores não podem ser bons cozinheiros. Assim, os homens precisam da agência feminina se quiserem consumir o produto de sua caça, assim como as mulheres precisam da agência masculina para produzir uma refeição completa (idem, pg. 17).

Para os Kaxinawá não se pode definir a agência mais importante no que se refere à caça, pois a agência masculina torna-se responsável pela captura do que se considera a refeição, mas a qual não está completa sem a agência feminina, ou seja, de nada adianta a captura da caça sem que tenha quem a prepare para a refeição.

Por outro lado, a agência feminina que torna a caça passível de ser consumida não teria nenhuma serventia, ou seja, não haveria refeição sem que a caça fosse capturada pela agência masculina.

Assim sendo ambas as agências são expressamente importantes. Vemos, portanto que a agência feminina é vista como importante e necessária, onde é visível a necessidade desta para a sociedade Kaxinawá. Levando em consideração a reflexão feita pelos Kaxinawá em relação as agências impostas nas atividades laborais, de igual modo não se pode apontar qual o processo mais significativo nas atividades da pesca e mariscagem, pois se a captura é importante, o beneficiamento também é crucial para o produto.

Depois de capturado, o pescado ou marisco não tem nenhum valor para a alimentação se não passarem pelo processamento, ou seja, na cultura estabelecida na comunidade, os referidos alimentos não são consumidos crus, portanto o processamento torna-se de suma importância. Da mesma forma não existiria o que beneficiar para o alimento se não fosse antes capturado. Em São Braz a agência feminina não é visibilizada, embora necessária para a valorização do produto. Por exemplo, o peixe após ser capturado ele precisa ser imediatamente refrigerado e congelado, ou até eviscerado e assado, salgado ou defumado, de outra forma ele estraga com muita facilidade.

Muri também realiza o processamento, há, portanto, uma sobrecarga de trabalho para ela, pois faz o beneficiamento dos produtos que captura e os vende. Ao chegar da maré com os produtos, ela providencia organizar logo o beneficiamento. Quando chega do manguezal com ostras, por exemplo, ela não costuma fazer o cozimento do marisco imediatamente, pois elas podem resistir até o dia seguinte. Já o siri a pescadora precisa cozinhar no mesmo dia, ou para usar a linguagem êmica, ela *ferventa*.

O siri ela *ferventa* e *cata*, ou seja, separa a carne do esqueleto ou casca. Em uma lata grande é posto o marisco com água e sal a qual é levada ao fogo de lenha. O

marisco depois de *ferventado* é despejado em uma vasilha ou bacia para que o caldo escorra, em seguida ela se prepara para *catar* o marisco. Muri cata o marisco com sua filha, ao término das horas que determina para o beneficiamento, ela guarda na geladeira o restante para ser beneficiado no dia seguinte.

Dentro da bacia onde se encontram os siris sempre ficam dois recipientes, um menor para armazenar as carnes que são retiradas do siri com o auxílio de uma faca e o outro maior para colocar a casca do siri. Muita técnica para retirar a carapaça do marisco sem se machucar; para quebrar as pinças ou boca e retirar a carne; para separar a carne da casca. É necessária muita dedicação, muita disposição para permanecer sentada por muito tempo e muito movimento com as mãos e uma postura que seja confortável para a coluna.

Após a captura, alguns produtos são lavados na própria canoa algumas vezes no porto da comunidade como é o caso do camarão.

Eles mesmos escolhem na canoa, o camarão, tiram o lixo do camarão, aí pesam e já levam direto pra venda. E no caso da mulher, da marisqueira, ela já chega, já vai, lava o marisco na maré mesmo, quando elas chegam elas já vão acender o fogo, cozinhar o marisco, sentar pra catar, ensacar, pesar e vender (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015).

Como constatamos a partir da declaração de Carla, muitos pescadores costumam lavar o camarão e o vender sem que seja preciso passar pelo beneficiamento. O processamento de crustáceos como, por exemplo, o siri, caranguejo e aratu é uma atividade realizada majoritariamente por mulheres, entretanto em algumas famílias os homens também realizam o processo.

Eu conheço uma família que os homens é que cozinham, os homens é que sentam pra catar e a mulher ajuda a catar. (...) Onde eu morava mesmo a maioria eram os homens que catavam. Eles cozinham e catam e eles mesmos vendem (idem).

Existem casos em que o homem é quem cata o marisco, ainda assim as mulheres estão acompanhando na atividade, entretanto o processamento é atribuído as mulheres. A participação dos homens pode ser vista em alguns casos quando se trata de moluscos, como é o caso do *sururu*, *mapé*, *bebe fumo*, *tarioba*, dentre outros.

Ele vai buscar porque e tudo trabalho coletivo. Bira ele já trás o sururu já lavado, aí ele vai lavar e cozinhar, aí vê, depois vem mais gente, porque como é muito... Aí senta cinco ou até dez pessoas rodeados assim, aí vai catando, mulheres, homens e crianças também (idem).

O beneficiamento requer que os trabalhadores fiquem muito tempo sentados, e na maioria das vezes eles costumam realizar a atividade juntos, onde se aglomeram crianças, homens e mulheres para conversarem e assim tornar o processamento menos estressante.

Sempre tem alguém que no caso você sempre... Por exemplo, se eu chegar com o marisco aí na frente, começar a catar, aí um, aí conversa vai, conversa vem. Quando você cata sozinha... Tem pessoas que preferem catar só sem zoadas nenhuma. Eu no caso, se tiver gente ao meu redor eu cato mais rápido, vai catando e conversando. Conversa de tudo minha filha! Do dia-a-dia, da casa, tá querendo comprar isso, tá querendo comprar aquilo, é ponto de caixa, é água, é luz pra pagar, é o bolsa família... De tudo! Se marido tá bom, se marido não tá, se marido tá fazendo alguma coisa, se não tá. É. Marido “bebo” que apanhou de mulher. Todo diabo [risos]. É muita coisa que rola mesmo (idem).

Este momento de aglomeração é um dos muitos momentos de socialização, onde as crianças aprendem sobre o modo de vida local, onde os moradores compartilham os conhecimentos, as experiências vividas, os planos, os pensamentos, as conquistas e as frustrações. É um momento onde as conversas servem de distração que como declara Carla, torna o trabalho mais rápido, menos penoso. Basta sentar na porta de sua casa para começar o beneficiamento e logo as pessoas se aproximam e uma conversa descontraída começa a acontecer.

Quando Muri não está cercada por pessoas no momento de beneficiamento dos mariscos, ela costuma o fazer assistindo televisão, gosta muito de futebol e de novela, o que também reflete a quebra da socialização de gênero tradicional, pois se trata de gostos diferenciados em relação a maioria das mulheres do local. Os moradores apreendem os códigos de valores a partir de momentos de conversas, mas principalmente do observar.

Porque é o que eu digo, porque tem coisas que minha mãe diz que a gente não aprende, a gente sabe. Como por exemplo, ela diz que ninguém nunca ensinou ela a fazer um vatapá, mas ela faz né. Eu não lembro de ninguém ter me ensinado a catar, mas eu sei catar, como eu falei de minha sobrinha. Porque quando você senta e você olha, você só tá achando que a pessoa tá ali só observando, ah não te ajuda a fazer nada, quando você pensa que não, a pessoas já tá ali te ajudando porque ela aprendeu sem você ensinar, ela aprendeu só no olhar. Porque catar siri você tem que saber catar. E tem uma maneira de catar diferente (idem)

Aqui nos deparamos mais uma vez com um esclarecimento da importância da observação para a cultura dos moradores, pois é quem garante a agência destes nas atividades. Carla por exemplo “não sabe” beneficiar o camarão, na realidade ela não

tem uma agencia voltada para tal atividade, mas possui o conhecimento a respeito do beneficiamento.

É uma coisa que eu nunca aprendi foi secar camarão, mas também porque eu nunca cheguei pra parar e fazer. Tem uma técnica, tem um jeitinho porque se você botar ele na roda e largar ele lá, ele vai queimar, aí você vai ter aquela coisa de você sacudir a roda pra cair a barba do camarão, de você espalhar ele de novo pra ele secar o outro lado, então tem uma técnica de você não quebrar ele, ou seja, não separar o corpo da cabeça, tem tudo isso. Aí é o mínimo, você tem que ver se o fogo não tá muito alto pra não fumaçar, não queimar. Vocês conhecem a rede. Vocês conhecem a roda? A roda ela parece com a rede, só que ela é pau, é tipo... É feito de cipó. Ela vai ao fogo. A gente chama de roda aqui. Não queima quando vai ao fogo porque é um cipó já próprio. Ele só vai queimar se você botar ele em uma temperatura muito alta, ou seja, vai queimar a roda e vai queimar o que tá em cima da roda. Você bota o camarão... O que eu aprendi foi isso, não sei fazer mais o que se ensina é isso (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015).

Aqui é o claro exemplo de que o conhecimento e a agência estão em níveis diferentes. É certo de que a agência está inteiramente ligada ao conhecimento, entretanto ter conhecimento não significa que a pessoa exerça tal atividade. Carla compreende que não apreendeu a realizar o processo pelo fato de não a realizar e justifica que isso ocorre por nunca ter tentado fazê-la. Entretanto o comportamento da marisqueira mostra seu total conhecimento a respeito da atividade. Observamos que a marisqueira adquiriu o conhecimento a partir dos relatos dos moradores e da observação, onde a convivência lhe possibilitou momentos de aprendizagem.

Na cultura Kaxinawá “as meninas aprendem a cozinhar com suas mães e irmãs mais velhas, a quem ajudam por muitos anos antes de poderem cozinhar por si mesmas (depois do casamento e do primeiro filho)” (MCCALLUM, 1999, pg. 12).

Em São Braz estamos diante de uma aprendizagem que ultrapassa as gerações em um constante movimento de ressignificação. Pois seria incorreto afirmar que estes ensinamentos e aprendizagens fazem da cultura ou modo de vida desse povo algo estanque, até porque ficou constatado na pesquisa que a visão de mundo e o modo de vida dos moradores vêm passando no decorrer dos anos por um processo de ressignificação constante. O camarão, por exemplo, assim como os peixes, antes era capturado por redes confeccionadas com cordão.

O cordão por sua vez é um material que estraga em contato com a umidade, e por ser algo utilizado dentro da água ficava inevitável o estrago da rede. Os pescadores e pescadoras passaram a confeccionar a rede com outro tipo de material que não estraga

com a umidade e que é mais resistente. As redes passaram a ser produzidas com nylon, material de maior durabilidade no que se refere ao contato com a água.

A ressignificação da cultura ocorre de forma sistemática, esta por sua vez também ultrapassa as gerações sendo transmitida e observada por entre as gerações.

Carla observa as atividades, ouve a respeito delas e as apreendem sendo até possível ensinar, transmitir o conhecimento, entretanto embora saiba explicar com propriedade cada passo do processo do beneficiamento do camarão, por exemplo, afirma não saber realizar a atividade. Isso acontece pelo fato de que para se considerar habilidosa no exercício de determinada atividade não é necessário apenas o conhecimento, mas também a agência.

Assim Carla segue mostrando seu conhecimento sobre o processamento do camarão:

(...) você ferventa ele com sal e com o corante, com água do corante, não com o pó do corante, você vai botar o pó do corante na água e aquela água do corante é que você vai botar no... pra secar. É o que dá a cor. Mas não é o mesmo camarão que você vê na Feira de São Joaquim que é vermelhão. O da gente ele não é vermelhão. O corante é pra dar cor, mas não como... porque tem aquele vermelhão mesmo, mas aquilo ali acho que não é corante, o corante que a gente usa na cozinha, porque as mulheres usam o corante que usa na cozinha. Aquele ali parece como se fosse anilina, uma coisa assim, sei lá. É porque o camarão não fica nem com sabor de nada.

Aí nisso a gente leva ele no fogo, ele cru, você bota ele na panela, aí ele vai ferver, no que ele vai ferver você vai virar ele na panela, você vai mexer ele na panela pra cozinhar o outro lado que subiu. Aí você vai... Você vai escorrer ele no balaio e quando você escorre ele aí você bota ele na roda e na roda você vai botar ele no giral que é tipo uma casinha...você bota quatro paus, bota duas varas nas laterais e bota ela em cima. O fogo tá aceso em baixo. Mas o fogo tá aceso em baixo em uma temperatura que... de um jeito que tem a temperatura pra secar o camarão mas que não queime. Aí aquela barba do camarão, ela vai queimando toda no fogo porque ela é fininha, aí ela vai se quebrando, aí você tira a roda, sacode pra cair aquela barba toda no chão. Pra virar o lado. Se ele já tiver seco, você despeja ele de novo em outro balaio.

Eu só não sei fazer, sei explicar como é que faz porque lá em casa faz. É como se fosse... Quase todos os marisco passam por essa... Só não vai secar, mas quase todos os mariscos passam por essa... Esse mesmo processo de olhar se ele já cozinhou, o tempo que ele já cozinhou (idem).

Ao falar a respeito do processamento do camarão, ou seja, como fazer para secá-los e a maneira como os moradores o prepara para a comercialização, Carla pontua que o modo como fazem na comunidade é particular, diferente de outros que já viu na feira de São Joaquim em Salvador, ela desconhece o produto que utilizam nos camarões que são vendidos na referida feira, produtos completamente diferentes dos utilizados na comunidade de São Braz.

Ela conhece a técnica para defumar camarão por conviver em um ambiente onde pode ouvir a respeito e observar a realização da atividade e a ligação que faz é que todos os mariscos passam por pelo menos parte de um mesmo processo, como o processo de separar, *ferventar* e escorrer. O que diferencia a partir daí é que o siri, aratu e caranguejo têm suas carnes separados da casca, ou seja, é *catado* com o auxílio de uma faca; o camarão é seco ou defumado, e ostras, sururu, mapé, tarioba, bebe-fumo, etc. têm as conchas abertas e separadas do molusco.

Além de Muri beneficiar seus próprios mariscos ainda compra mariscos na mão de outros pescadores “*porque quando o siri ta fraco aqui eu compro. Essa semana eu comprei dois baldes cem reais*” (MURI, 60 anos, fevereiro de 2016).

Ela compra um balde grande cheio de siri por cinquenta reais. “*No balde? Depende do siri. Se ele tiver graúdo você tira 4 kg, 4 kg e alguns gramas. Mas se estiver miúdo, 3 kg, 3 e meio*” (CARLA, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015). Existem muitas mulheres que compram os baldes de siri nas mãos dos pescadores para beneficiar. Elas visam o lucro, pois compram o balde por 50 reais e em cada balde, de acordo com o relato de Carla, mas também de outras mulheres é possível que consiga até mais de quatro quilos de filé. Sendo o quilo do filé, 25 reais, em quatro quilos a marisqueira consegue recuperar o valor investido na compra do balde e ainda conta com um lucro de 100%, ou seja, um lucro de 50 reais em média.

As mulheres conseguem catar aproximadamente um balde de siri por dia, algumas catam um pouco menos, outras um pouco mais. Carla, por exemplo, cata:

No máximo um balde por dia. Muri cata o balde todo por dia. Até um e meio se tiver ela cata, minha irmã. Eu cato um balde ou até menos de um balde, porque no caso sempre fica um pouquinho pra o outro dia. Se você tiver ajuda, melhor (idem).

A ajuda de que fala Carla para agilizar o processo de beneficiamento do siri é o ato de solidariedade no momento de socialização, é quando os moradores se reúnem ao redor das mulheres que beneficiam o marisco, neste momento muitas são as pessoas que costuma contribuir com o beneficiamento, ou seja, ajuda as trabalhadoras a *catar* o marisco.

Embora a mariscagem seja uma atividade mais desvalorizada, é mais lucrativo trabalhar nela do que na pesca.

Quem trabalha no mangue todo dia agente tem dinheiro, na pesca não. O camarão tem dia que eles panham, não é todo dia que pegam camarão, tem dia que pega peixe, tem dia que não pega, só tem peixe somente para dividir para os moços para comer mal, sem camarão. Ainda ontem eu fui para dentro do mangue tirei um quilo de ostra, eu já tenho 20 reais, se eu pegar um quilo de siri eu já tenho 25 reais. E eles não, que é para dividir para 6 moços. 6, 7 quando vai pescar mais longe de rede grande (TUTA, marisqueira, fevereiro de 2015).

O trabalho no mangue supera a pesca por sua variedade de produto, além do mais as águas do mar guardam seus segredos, os quais influenciam diretamente na atividade da pesca e, portanto, na captura de peixes, crustáceos e moluscos. Mesmo com todos os seus conhecimentos, instrumentos e habilidades, os trabalhadores e trabalhadoras estão sujeitos à movimentação da natureza, à influência do vento e da lua.

Entre pegar ostra e pegar camarão eu prefiro ir pegar ostra. Claro que dá mais dinheiro! Tem dia que você vai para a maré aqui e tem dia que você não ganha nada. Tem dia que ganha 5,00, tem dia que ganha 10,00... Também tem dia que ganha 50, ganha 100, mas na maioria das vezes o que pega é bactéria, só dá para comprar o pão mesmo, o feijão... E no mangue dá, no mangue eu vou lá tiro 3 quilos ganho 60 reais. Ela não tirou 3 quilos de ostra ali? Se dé 3 quilos ela ganhou 60 reais, que é 20 reais o quilo... Ela ganhou 60 e na maré tem vez... Acho que não ganharam isso na maré hoje ainda, pescando de rede ai (MURI, 60 anos, fevereiro de 2016).

A pesca e a mariscagem são trabalhos que dependem muito da maré e não se tem uma renda fixa a partir das atividades realizadas uma vez que é possível ter dias que não tenha ganhos nas atividades. Mas se os moradores podem falar em uma renda mais garantida é aquela adquirida a partir de atividades realizadas no manguezal. É onde existe a maior possibilidade de voltar para casa com o produto fruto do trabalho.

Os mariscos vendidos por Muri é comercializado em sua própria casa, assim como costuma fazer outras pessoas. Já Tuta costuma vender na feira do município. Ela é irmã de Muri, ela trabalha no manguezal, captura os mariscos e beneficia. É na feira de Santo Amaro que os moradores vendem peixes, mariscos e camarão, costumam vender também frutas e verduras. Na realização do trabalho na maré ou manguezal Tuta se mantém com indumentárias que requerem a atividade, além de estar sempre suja pela lama que forma o local de trabalho.

Como mostra a figura 19 abaixo, no comércio a transformação é notável, revela-se a mulher linda e meiga que a lama consegue ocultar. Ela se produz com acessórios tais como brincos e turbante, o qual além de lhe ajudar na higiene que o comércio exige, substituindo a touca, ainda lhe dá um ar de elegância e um charme especial.

No momento da foto estávamos na feira do município, ou seja, em Santo Amaro da Purificação, era aproximadamente seis horas e quarenta minutos, a feira já estava quase toda montada quando chegamos, mas ainda faltavam chegar alguns vendedores incluindo a senhora e a filha que vendem muito próximas de Tuta. Como a feira é dividida quase que por seções, Tuta se posiciona sempre na área onde se concentra os vendedores de marisco, peixes, camarão, frutas, verduras e legumes.

O comércio dos moradores acontece de formas diversas. No que diz respeito à venda dos mariscos, peixes e camarões, eles vendem em casa, e desta forma o ganho é maior, pois conseguem vender mais caro aos compradores que procuram o produto em suas casas; repassam os produtos também para os restaurantes que existem na comunidade e para os donos de venda local.

Como vimos, os atravessadores se manifestam como uma opção significativa para o comércio dos moradores, mas a venda na feira é a mais lucrativa, pois os produtos são vendidos por um preço maior para os feirantes do que para os atravessadores. A feira mais frequentada pelos moradores tanto para venda como para compra é a do município, São Francisco do Conde e também Salvador.

Logo cedo, por volta das 06 da manhã os moradores saem de São Braz para o centro da cidade (Santo Amaro) em transportes alternativos. Eles levam o marisco gelado em baldes plástico ou isopor e todo o material que será utilizado para montar a estrutura na feira. Na figura 19 abaixo podemos observar as moradoras no comércio, mais especificamente na feira de Santo Amaro.

Elas levam recipientes plásticos para arrumar o produto para que fiquem apresentáveis e levam também balaios onde apresentam os produtos. Os balaios são recipientes artesanais feitos com cipó e muito utilizados pelos pescadores e marisqueiras para escorrer o marisco e o camarão após serem *ferventados*. Em um cantinho da feira elas montam uma estrutura com o balde que transportou o marisco, os produtos são expostos para os feirantes e um pequeno banco é levado para que possam sentar e aguardar os compradores.

Elas se encontram, montam suas áreas de venda próximas uma da outra ou compram no mesmo lugar, o que possibilita uma interação entre elas.

**FIGURA 23: Comércio na feira de Santo Amaro**



Fonte: Jesus, 2015

Para facilitar tanto a venda como também a compra, elas separam os mariscos em sacos de meio quilo, pois na maioria das vezes os compradores optam por comprar menos de um quilo já que sai mais barato. Tuta vende o siri por 15 reais, a ostra 12 reais e cinquenta centavos, o sururu 10 reais. Bi é a mulher que aparece ao lado de Tuta na imagem, ela é marisqueira e reside na comunidade. Bi vende as ostras mais caras que as de Tuta, pois as compram para revender enquanto que Tuta captura e beneficia os mariscos que vendem, sendo assim é necessário que Bi aumente o valor para que seja possível algum lucro.

Ela vende o pacote de meio quilo por 15 reais, ela vende também o siri. Meio quilo de mariscada (uma mistura de mariscos como ostra, *tarioba*, *bebe fumo* e camarão *ferventado*) é 15 reais, a medida menor de camarão seco, como se pode verificar na **figura 19** é vendida por 5 reais enquanto a maior por 10 reais. A bacia pequena que aparece na imagem com o peixe seco custa 5 reais.

Elas chegam à feira por volta de seis e meia da manhã, eram oito horas e Tuta havia vendido seis pacotes de marisco restando ainda sete. Era preciso vender depressa ou retornar para casa imediatamente para que os mariscos não estragassem por falta de gelo e pelo sol quente. Quando os mariscos não são vendidos até determinado horário

elas precisam voltar para casa e colocar o produto no refrigerador para que não os perca e possam vender no dia seguinte, principalmente se forem para a feira sem a embalagem de isopor e gelo. Na feira de Santo Amaro não avistei nenhum homem residente em São Braz vendendo mariscos, apenas as mulheres estavam realizando a venda.

Tuta me declarou que não sabia de nenhum homem da comunidade que vende na feira de Santo Amaro, e as vezes que presenciei a venda de mariscos foi por mulheres, se configurando esta como uma atribuição feminina. A feira se mostra uma verdadeira área de socialização, onde vendedores e compradores conversam sobre diversas coisas. As vendedoras ajudam uma a outra, quando uma precisa sair para resolver algum problema emergente a vendedora vizinha toma conta dos produtos e até os vendem também, estão sempre dialogando e até fazendo propaganda do produto da outra.

## 5. CONSIDERAÇÕES

A partir das observações feitas em campo e que foram sistematizadas neste estudo, as constatações no âmbito do trabalho é de que as hierarquias entre homens e mulheres na comunidade quilombola de São Braz são estabelecidas por fatores diversos, que estão intimamente interligados às relações de gênero estabelecidas.

Para os moradores, a representação é de que os trabalhos que exigem força e coragem são de atribuição masculina, como é o caso da pesca, enquanto os trabalhos considerados leves e de paciência são de atribuição feminina, como é o caso da mariscagem. Tal representação vem sendo acionada no processo de construção das identidades laborais sendo transmitida entre as gerações a divisão sexual do trabalho o que reforça as hierarquias de gênero onde a agência feminina é sempre invisibilizada.

Na pesca, as atividades *puxadas* ou que exigem força referem-se ao fato de serem realizadas no mar, ambiente que carrega o estigma de perigo e instabilidade e por ser um espaço que exige habilidades específicas na relação entre pessoa e ambiente a partir do uso de instrumentos (redes, varas, anzóis, etc.).

Acredita-se que são atividades de atribuição masculina por exigirem certas habilidades e força física “ausentes na mulher”.

Se a pesca é uma atividade de atribuição masculina, em São Braz as explicações para tal representação aparecem apenas como evasivas que tentam justificar o que só pode ser explicado pela relação de gênero. Observamos uma menção a dois “mundos”

diferentes: o “mundo” da pesca e o “mundo” da mariscagem, sendo o primeiro atribuído ao homem e o segundo a mulher.

O que não pude deixar de notar é que existe uma hierarquização nas atividades, onde a relação de poder estabelecida entre homens e mulheres termina por invisibilizar o papel da mulher em atividades fundamentais para a subsistência do grupo local e para a economia como o é o processamento dos mariscos, peixes e camarões.

Homens e mulheres, no que tange ao aspecto físico, possuem as mesmas capacidades para realizar as atividades na área pesqueira, no entanto a divisão de gênero impera entre os moradores, definindo agência diferenciadas para homens e para mulheres. As hierarquias existentes nas atividades delimitam os espaços de poder entre homens e mulheres nos chamados papéis de gênero. Espaços que foram constituídos socialmente e neste

processo de construção social dos comportamentos atribuídos às subjetividades do masculino e feminino, persistem as representações sociais que diferenciam o lugar dos sujeitos nas atividades a serem realizadas na casa e na rua consequentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do trabalho doméstico (LEITÃO, 2014, pg. 399)

Ao utiliza o argumento de força física, os moradores inconscientemente estão tentando justificar a divisão de gênero. Uma divisão que estabelece as tarefas realizadas fora de casa (na rua) e nas águas do mar para os homens enquanto as realizadas na lama do manguezal e próximo da residência para as mulheres.

Pesca de peixe, pesca de camarão ou pesca de siri, todas estas modalidades são aprendidas por socialização e prática e, exatamente por esta ser a forma de aprendizagem que a agência masculina e feminina é configurada para funções distintas. As representações que expressam a divisão sexual do trabalho são construídas, apreendidas, reforçadas e transmitidas tradicionalmente de geração em geração na comunidade por socialização.

Uma socialização pela qual os jovens são inseridos desde a infância e que é fundamental para o desenvolvimento da agência de gênero que é absorvida a partir do aprendizado das representações existentes na comunidade a respeito das atividades laborais, lúdicas e religiosas. A agência dos pequeninos é moldada distintamente a partir da oralidade e da observação, ou seja, meninos e meninas são submetidos a uma socialização de gênero diferenciada.

A socialização é, portanto, uma forma de transmitir os saberes considerados femininos e masculinos, e ao transmitir também garante a acumulação dos conhecimentos atribuídos à homens aos pescadores e os atribuídos à mulheres as marisqueiras. Isso ocorre pelo fato de que a socialização é feita de forma que as meninas aprendem com as mulheres (mães, avós, irmãs mais velhas, etc.), enquanto os meninos aprendem com os homens (pais, avôs, irmãos mais velhos, etc.).

Mas se no aprendizado a observação contribui significativamente para a aquisição de conhecimento dos códigos local e a prática, a agência determina a forma como cada indivíduo deve se identificar ou aprender cada processo, tal dinâmica possibilita uma disseminação do conhecimento entre homens e mulheres de forma similar. Assim sendo embora sejam estabelecidos trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, ambos aprendem os conhecimentos a respeito das “atividades do outro” embora a divisão sexual do trabalho delimite a agência na referida atividade.

Com esta ampla difusão do conhecimento a respeito das atividades laborais percebemos que ao mesmo tempo em que os trabalhadores atuam em diferentes atividades, tem momentos em que se juntam na realização de uma mesma atividade. Percebemos, portanto que embora a atividade da pesca, do mar seja de atribuição masculina e a atividade da mariscagem, da lama seja atribuída as mulheres, existem casos emblemáticos de mulheres que transpõem esta fronteira e realizam as atividades da pesca no mar, sendo que também existem homens que desafiam tais fronteiras e realizam a mariscagem. “*Os homens pescam, mas tem algumas mulheres que vão também*”. Entretanto a nomenclatura, ou caracterização são pré-estabelecidas tradicionalmente onde a mulher é identificada como marisqueira e o homem como pescador e isso independe de sua atuação no mar ou mangue.

O que ocorre é que os trabalhos das mulheres na pesca e/ou mariscagem não são vistos como atividades produtivas, o que termina por invisibilizar as atividades exercidas por elas. Mesmo as mulheres que realizam a pesca, seus trabalhos são vistos como ajuda, sendo que de modo geral é atribuída a mulher a atividade de processamento e em certa medida a comercialização, sendo estas atividades consideradas complementar a renda da casa e, portanto, uma ajuda.

Esta invisibilidade reflete o tratamento que a sociedade e os órgãos públicos dispõem para as mulheres. Se em 1967 reconhecem a importância da pesca para a economia do país, a regulamentação desta ocorre apenas em 2009. Algumas mulheres têm seus trabalhos reconhecidos em 1979, apenas as que trabalhavam embarcadas, mas

dependendo de um homem para comprovar regime de economia familiar. Apenas em 2003 há um acesso mais amplo das mulheres ao Registro Geral da Pesca (RGP), que lhe confere acesso aos direitos previdenciários.

As poucas vitórias até aqui conquistadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e mariscagem, em especial as mulheres, sofrem retrocesso com o decreto 8425/2015. O referido Decreto desrespeita completamente nosso modo de vida tradicional e nossa identidade de pescadora artesanal. Este desconsidera a mulher enquanto pescadora e passa a nos considerar como auxiliar, *apoiadoras da pesca*. Este e os vários outros desrespeitos sofridos pelas mulheres que participam da cadeia produtiva da pesca e mariscagem, lançaram os moradores de São Braz nos debates políticos que discutem direitos sociais. A consciência política dos moradores se alarga no ano de 2009, onde após a ameaça da perda de seu território se auto reconhecem enquanto remanescentes de quilombo, cujo estopim do conflito é a eminência da construção de um mega empreendimento turístico e hoteleiro na Ilha de Cajaíba, um dos principais pontos de subsistência da comunidade.

Em meio ao enfrentamento os moradores resistem a perda de seu território e lutam pela manutenção dos processos de trabalho da pesca e mariscagem, principais meios de vida local e, portanto, sinais diacríticos apontados para demarcar fronteiras e caracterização de pertença étnica juntamente com as territorialidades do grupo. Tal enfrentamento impacta diretamente na visão política das mulheres onde é despertada uma consciência de que seus trabalhos são desvalorizados. Estas passam a assumir os espaços de discussões onde colocam suas demandas e buscam direitos específicos para as mulheres marisqueiras.

Diante do exposto, percebemos que a existência das hierarquias não diz respeito às habilidades, a aspectos físico/biológicos, mas o que está em jogo é a relação de gênero, a agência de gênero. Além do mais é preciso colocar em discussão o próprio conceito de pesca, uma vez que as mulheres participam de processos que envolvem a cadeia produtiva do trabalho. Desta forma, estando a mulher também envolvida com os processos da pesca, esta deveria estar enquadrada na categoria de pescadora, no entanto, dentre todos os fatores já mencionados acima, o processo de nomeação está intrinsecamente ligado a aspectos sociais que visam subalternizar o papel da mulher.

Em todo caso, o que realmente importa não é a nomeação dada a homem e mulher, mas o reconhecimento dado a estes trabalhadores e a seus trabalhos. É preciso garantir a manutenção dos processos de trabalho da pesca e/ou mariscagem e assim

garantir a existência das comunidades, para tanto se faz necessário a formulação e implementação de políticas sócias específicas para os/as trabalhadores/as destas áreas, em especial a mulher cujo trabalho não é reconhecido. Políticas que levem em consideração a cultura e assim garanta a perpetuação do modo de vida local.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (pesq.); CIPRIANO, André (fot.); **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**, São Paulo: Aori Comunicação, 2006; 240 p.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**, (coleção Ciências Sociais). Bauru, SP: Edusc, 2006. 370 p.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **Teorias da Etnicidade**. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BAUER, Martin W. e GASKEEL, George (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guarreschi; 7 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008; pg. 16:113.
- BEAUD, Stéphane. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERNARDES, S. A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia**, n.º 1/ano XII, 1958, pg. 21-52.
- BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia Feminista: o que é esta antropologia adjetivada?. In: **Gênero, mulheres e feminismos**. Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.). - Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011. Coleção Bahianas. 14. p. 53-67.
- BONIFÁCIO, Robert. Apontamentos Teóricos a Respeito do Papel da Participação Política na Democracia, Paraná Eleitoral: **Revista brasileira de desenvolvimento eleitoral e ciência política**, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art25). Acesso em: 12.06.2016.
- BRASIL. **Instrução Normativa nº 14**, de 14 de outubro de 2004 - IBAMA. Disponível em: [www.ibama.gov.br/category/40?download=2476%3A0142004-p](http://www.ibama.gov.br/category/40?download=2476%3A0142004-p) Acesso em: 27.06.2016.
- BRASIL. **Decreto Federal 8425/2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm). Acesso em: 21.06.2016.
- BRASIL. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)**. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: [www.palmares.gov.br/uploads/crqs](http://www.palmares.gov.br/uploads/crqs). Acesso em: 26.10.2015.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 726**, de 12 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm). Acesso em: 09.06.2016.
- BRITO, S. Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro. **Estudos, Ensaios e Documentos**, Lisboa, 1960.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro, 1957, Ministério de Educação e Cultura.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Lugar — e em lugar — do Método. In: **O trabalho do antropólogo**, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. **Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM)** - Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, 2012.

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA. Doenças Ocupacionais: o que são e como preveni-las? **Gestão: 2012 / 2013** (07 de março de 2013); Universidade Estadual paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Ilha Solteira – Faculdade de Engenharia de ilha Solteira.

COMISSÃO PRÓ-INDIO DE SÃO PAULO (CPI SP). **Terras Quilombolas - maio: identificação na política de regularização das terras quilombolas, 2016**. Disponível em: <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2016/06/terras-quilombolas-maio-indefinicoes-na.html> . Acesso em:09.06.2016.

DAMATTA, Roberto; Trabalho de campo; In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**; Rio de Janeiro: Rocco, 2010;

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino / The woman’s labor as part of craft fishing: perceptions from women’s viewpoint. **SER Social**. Brasília, v.10, n. 23, p. 171-194, jul./ dez. 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**/Martin W. Bauer; tradução de Pedrinho A Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Pg. 3-21

GOMES, Rosana Costa. A vida no vai-e-vem das águas: mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida, trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990) **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia -UNEB-** Departamento de Ciências Humanas – Campus V- 2009.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984 - p. 223-244.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. UFSC: 2012;

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. In: **Antropologia em primeira mão**. UFSC, 2004. Disponível: <http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf>

JESUS, Roseni Santana de. Etnogênese e Identidade Étnica Enquanto Modo de Vida na Comunidade Quilombola de São Braz em Santo Amaro/BA. 2013. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)** - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cachoeira, Bahia.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Relações de Gênero e de Poder na Pesca Artesanal em Pernambuco. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo. **ENTRE LUGARES E MOBILIDADES**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. 592 p.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**; Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, DF; Brasília – 2002;

MALINOWSKI, Bronislaw. 1 - Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: **DESVENDANDO MÁSCARAS SOCIAIS** – Alba Zaluar Guimarães – Seleção,

introdução e revisão técnica; Livraria Francisco Alves, editora S.A, Rio de Janeiro, 1975, pg. 39-61

**MARÇA DAS MARGARIDAS**; [www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-das-margaridas-comeca-hoje-em-brasilia-e-traz-as-reivindicacoes-das-mulheres-rurais/](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-das-margaridas-comeca-hoje-em-brasilia-e-traz-as-reivindicacoes-das-mulheres-rurais/); MCCALLUM, Cecília. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. **Revista de Estudos Feministas**, v. 7, n. 1-2, p. 157-175, 1999. Encontrado em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/11990/11265>, acesso em 10 de maio de 2016.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica; Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil; **Etnográfica**, vol. III nº 2, 1999, pp. 377-399; disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N2/Vol\\_iii\\_N2\\_377-400\\_.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf), acesso em 08 de março de 2016.

MOURÃO, F.; A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia; São Paulo, USP, 1967, **Dissertação de mestrado**.

MUSSOLINI, Gioconda; “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”, **Revista de Sociologia**, 7 (3), 1945.

—————; **O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que Teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil**, 1946.

NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORTNER, S. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura?, In: Rosaldo, MICHELLE Z. & LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1979. p. 33-64.

PIERSON, D., e C. TEIXEIRA; **Survey de Icapara**, *Sociologia*, 9; 1947 , pg. 50-79.

PRZEWORSKI, Adam; **Capitalismo e Social Democracia**; São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMOS, Alcida Rita. Pescadores portugueses no Rio de Janeiro. Pesquisa Antropológica N° 17. **Tese elaborada como requisito parcial para obtenção do grau de Máster of Arts (Antropologia)**, University of Winsconsin, 1965, pp. 19-46

ROCHA, Ana Lúcia Carvalho da; Etnografia: saberes e práticas; In: **Ciências humanas: pesquisa e método**; PINTO, Céli Regina Jardim; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROCHA, Gilmar; A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna; **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 99-114.

ROSÁRIO, Jeruza Jesus do; CULTURA, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: práticas de vida da mulher trabalhadora da maré; In: **Revista Espaço Livre**, Vol. 5, nº 10, jul./dez. 2010.

SANSONE, Lívio. Pais negros, filhos pretos. Trabalho, cor, diferença entre gerações e o sistema de classificação racial num Brasil em transformação; In: **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**; trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004, 52 p.

SANTOS, Maria das Candeias dos; ‘Minha mãe era mariscadeira, meu pai era pescador...’: o papel do idoso na construção da memória e sua relevância nos processos políticos e identitários na comunidade remanescente de quilombo de São Braz, no Recôncavo da Bahia; **Trabalho de Conclusão de Curso** defendido no Centro de Artes Humanidades e Letras, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira – Bahia, 2013.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel; Sobre peixes e machos: notas sobre aprendizagens e masculinidades na pesca amazônica; In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA,

Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo/(organizadoras); **ENTRELUGARES E MOBILIDADES**; Tubarão: Ed. Copiart, 2014. 592 p.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para a análise histórica**. Educação e realidade, n. 20, v. 2, jul-dez, 1995, p. 71-99.

SILVA, Luciene Assunção da; Mulheres marisqueiras e o uso de ‘novas’ tecnologias no Recôncavo Baiano – uma reflexão crítica feminista sobre as intervenções do Estado em comunidades tradicionais; **Fazendo Gênero 9** – Diasporas, Diversidades, Deslocamentos, agosto de 2010.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; **A regularização jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras**, 2012; Encontrado em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>; acesso em 20 de março de 2016.

SOUZA, Cellina; Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas; In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; **Políticas públicas no Brasil**; Rio de Janeiro: editora fiocruz, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso; **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**; Artigo encontrado em [www.aatr.org.br/site/textos\\_publicações/index.asp](http://www.aatr.org.br/site/textos_publicações/index.asp), acesso em 30 de janeiro de 2015.

TIAGO DECIMO, 2009, encontrado em [http://googleweblight.com/?lite\\_url=http://m.estadao.com.br/noticias/geral,vazamento-de-oleo-atinge-baia-de-todos-os-santos-ba,425779&ei=hMix3T3y&lc=pt-BR&s=1&m=774&host=www.google.com.br&ts=1457719015&sig=ALL1Aj7mkNIKg\\_F3emoloW8K364SHwcEmQ](http://googleweblight.com/?lite_url=http://m.estadao.com.br/noticias/geral,vazamento-de-oleo-atinge-baia-de-todos-os-santos-ba,425779&ei=hMix3T3y&lc=pt-BR&s=1&m=774&host=www.google.com.br&ts=1457719015&sig=ALL1Aj7mkNIKg_F3emoloW8K364SHwcEmQ), acesso em 11 de março de 2016.

VASCONCELOS, Laiane Conceição de; ARANHA, Maria Lúcia Machado; LIMA, Séphora Vanessa Nascimento; Trabalho, meio ambiente e saúde em comunidades marisqueiras de Sergipe; **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**; Eixo temático: Pesquisa fora do contexto educacional; São Cristóvão-SE, Setembro de 2012.

VELHO, Gilberto; Observando o familiar; In: **INDIVIDUALISMO E CULTURA: NOTAS PARA UMA ANTROPOLOGIA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**; 8 ed.; Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2008;

WEISHEIMER, Nilson; A Situação Juvenil na Agricultura Familiar; **Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-graduação em Sociologia**; Porto Alegre, 2009; Encontrado em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1>.

WERNWCK, Jurema; Intersecções de Raça/Etnia/Gênero e Classe: faces cotidianas e teóricas; In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo/(organizadoras); **ENTRELUGARES E MOBILIDADES**; Tubarão: Ed. Copiart, 2014. 592 p.

## APÊNDICE A

ADAILTON da Silva Souza (Ito), 37 anos de idade, pescador (pesca siri), cassado, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 24 de fevereiro de 2015;

ADILMA, 37 anos de idade, marisqueira (trabalha no manguezal), casada, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 25 de fevereiro de 2015;

ANA CRISTINA (Cristina), 32 anos de idade, marisqueira (trabalha no mar e no mangue), casada, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 27 de fevereiro de 2015;

CAÍQUE de Oliveira Santana, 21 anos de idade, pescador, (trabalha no manguezal), solteiro, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 08 de Janeiro de 2015;

CARLA da Silva Bastos, 32 anos de idade, marisqueira (cata siri), Coordenadora da associação quilombola de São Braz, casada, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 08 de Janeiro de 2015;

CARLOS (Carlinhos), 33 anos de idade, pescador (trabalha no mar), residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 26 de fevereiro de 2015;

CRISTIANE Gonçalves Ferreira, 40 anos de idade, marisqueira (trabalha na maré e na peixaria), residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 12 de janeiro de 2012;

D. ZEFA, 65 anos, marisqueira (aposentada, trabalha no mercadinho) Residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 08 de janeiro de 2015.

EDER, 32 anos de idade, pescador (trabalha no manguezal), casado, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 27 de fevereiro de 2015;

EVERALDINHO 26 anos de idade, pescador, solteiro, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em abril de 2013;

FLORDINICE (MURI), 60 anos de idade, pescadora/marisqueira (trabalha no mar e manguezal), solteira, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 25 de fevereiro de 2015;

JULIANA, marisqueira, presidente da Colônia Z27, Residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 08 de janeiro de 2015;

LUCIENE (Bi), 37 anos de idade, marisqueira (trabalha no manguezal e na feira), residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 28 de fevereiro de 2015;

MARIA DA PAIXÃO (TUTA), 51 anos de idade, marisqueira (trabalha no mar e manguezal e na feira), solteira, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 27 de fevereiro de 2015;

NILDES de Oliveira, 49 anos de idade, marisqueira, (trabalha no manguezal e faz palito), ex-coordenadora da associação quilombola de São Braz, solteira, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 08 de Janeiro e 24 de fevereiro de 2015;

SUELEN 24 anos de idade, marisqueira, casada, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em agosto de 2013;

VAL, 42 anos de idade, pescador, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 12 de janeiro de 2012;

VALMIR, pescador, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em 12 de janeiro de 2012;

WILLIAM, 25 anos de idade, pescador, residente em São Braz, Santo Amaro, Bahia, entrevista em abril de 2013;